

As ideias dos comunistas

As tentativas, de que alguma comunicação social tem sido portadora, para promover elementos de intriga e mistificação que prejudiquem o «novo impulso na organização, intervenção e afirmação política» decidido pelo Comité Central, não apresentam nada de surpreendente.



■ Edgar Correia

Pág. 20

Oposição à esquerda, coerente e responsável

O balanço apresentado pelo ministro dos Assuntos Parlamentares não é sério, e ainda menos inocente. Do que se trata é de manipular alguns números e de falsear o contexto político em que se inserem, por forma a resuscitar com novas roupagens a teoria cavaquista das «forças de bloqueio».

■ António Filipe

Pág. 21

PORTUGAL > 2000

Caminhos para a unidade

Um animado debate sobre o tema «O Projecto de Esquerda e de Poder - Que Políticas? Com que forças? Por que caminhos?».

Pág. 23

Os baldios são do povo

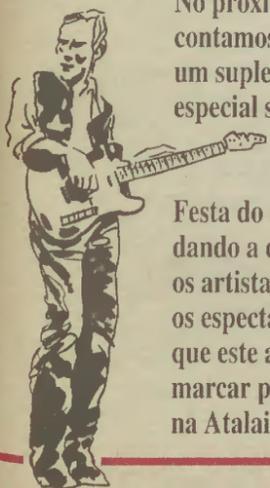
Em 22 anos de administração democrática dos baldios pelos povos foi possível concretizar, em mais de uma centena de localidades do distrito de Viseu, um notável conjunto de iniciativas que se traduzem numa invulgar obra de progresso económico, social e cultural.

Pág. 25

Suplemento especial da Festa do "Avante!"

No próximo número, contamos publicar um suplemento especial sobre a

Festa do Avante!, dando a conhecer os artistas e os espectáculos que este ano vão marcar presença na Atalaia.



Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Julho de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1287 • Director: José Casanova



Fúria legislativa ao serviço do patronato

A generalidade dos projectos legislativos do Governo contém matérias que, a serem aprovadas, lesariam gravemente importantes direitos dos trabalhadores, como é o caso da escandalosa tentativa de alteração do conceito de retribuição, que conduziria à redução real de algumas prestações salariais - palavras de José Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva da CGTP-IN, que em entrevista ao «Avante!» comenta a actual situação social e laboral.

Págs. 5 e 6

REGIONALIZAÇÃO

19 perguntas com resposta

Esclarecer, informar, desfazer dúvidas, no que respeita à institucionalização das Regiões Administrativas, é o objectivo do PCP, para que os portugueses possam tomar uma posição consciente e esclarecida sobre a matéria.

Págs. 15, 16, 17 e 18



Carlos Carvalho visita obras na cidade de Lisboa

RESUMO

22
Quarta-feira

O Presidente da República promulga a Lei das Finanças Locais, apesar dos protestos de muitos autarcas ■ O grupo parlamentar do PCP critica o Governo pela falta de apoio aos agricultores e realiza um conjunto de visitas às regiões agrárias mais afectadas ■ É inaugurado o complexo de piscinas no Estádio Nacional ■ Mário Soares chega à capital da Argélia para dar início à missão de informação da ONU ■ O enviado especial da ONU para Timor-Leste termina uma visita à Indonésia afirmando que todas as partes desejam uma solução negociada ■ Israel e Palestina aceitam retomar as negociações, ao mesmo tempo que o parlamento israelita aprova uma lei estabelecendo que qualquer retirada de um território anexado não poderá ocorrer sem um referendo e sem um voto do Parlamento por maioria absoluta.

23
Quinta-feira

Carlos Carvalho visita, a convite da CML, várias obras em curso na cidade de Lisboa ■ A CNA contabiliza em 98 milhões de contos os prejuízos provocados pelo mau tempo nos cereais e azeite ■ O Banco de Portugal revela que a economia cresceu em 1997 cerca de 4 por cento, tendo aumentado o défice da balança de bens e serviços para 8 por cento ■ O Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol despromove o Leça da Palmeira à 2ª Divisão de Honra por crime de corrupção num processo que remonta a 1994 e em que foi detido o árbitro José Guimarães ■ O ex-ministro do Interior espanhol, José Barrionuevo, e o ex-secretário de Estado de Segurança, Rafael Vera, são condenados a 13 anos de cadeia por sequestro e má gestão de fundos públicos ■ Os ministros dos países da Convenção Oslo-Paris (OSPAR) reunidos em Sintra decidem banir as plataformas metálicas de exploração petrolífera e assinam o compromisso de eliminar totalmente os efluentes radioactivos até ao ano 2020.

24
Sexta-feira

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, exige mais debate político sobre o referendo sobre as regiões e insiste na inutilidade da consulta sobre a Europa ■ Um atirador furtivo penetra no Congresso dos EUA fazendo quatro feridos ■ Um porta-voz do governo indonésio anuncia que serão retirados cerca de um milhão de militares de Timor-Leste ■ A Missão da CPLP encontra-se em Bissau com o Presidente Nino Vieira ■ Fonte governamental angolana afirma que o massacre da UNITA na província de Bula provocou 215 mortos e 70 feridos ■ Keizo Obuchi é eleito presidente do Partido Liberal Democrata,

sucedendo assim, no cargo de primeiro-ministro do Japão, ao demissionário Ryutaro Hashimoto.

25
Sábado

Relatório da OCDE revela que a taxa de desemprego é maior para os jovens com qualificação académica superior em Portugal ■ Termina em Lisboa o Congresso Extraordinário e Mundial comemorativo dos 500 anos das Santas Casas de Misericórdia ■ A Associação das Nações do Sudeste Asiático lamenta a realização de testes nucleares em Maio passado na Índia e no Paquistão e lança um apelo à interdição total deste tipo de armas.

26
Domingo

Representantes do Governo da Guiné-Bissau, da Junta Militar e do Grupo de Contacto da CPLP assinam a bordo da fragata Corte Real um memorando de entendimento que declara uma trégua no conflito ■ Dados oficiais revelam que o desemprego aumentou 15 por cento neste primeiro semestre, em relação a igual período de 1997 ■ Mais de 20 pessoas são assassinadas na região de Saïda, na parte ocidental da Argélia ■ Realizam-se no Camboja as primeiras eleições pluralistas nos últimos 30 anos.

27
Segunda-feira

Um navio petroleiro fica encalhado no Mar da Palha depois de passar a barra de Lisboa sem o auxílio dos serviços de pilotagem ■ Um incêndio destrói completamente a fábrica de máquinas de café Briel em Leça do Balio, deixando sem emprego 250 trabalhadores ■ Fidel Castro confirma a sua presença na Cimeira Ibero-Americana que se realiza no Porto em Outubro.

28
Terça-feira

O empresário Belmiro de Azevedo presta declarações na Assembleia da República sobre o alegado favorecimento do Governo à Sonae ■ Pilotos de barra decidem manter a greve e queixam-se do Governo à OIT e à UE ■ António Guterres manifesta ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, disposição de Portugal para aceitar uma solução «intercalar» para Timor-Leste ■ Partidos da oposição parlamentar guineenses exigem retirada «incondicional» das forças de ocupação estrangeiras e saúdam mediação da CPLP no conflito ■ Polícia sérvia cerca centenas de separatistas albaneses armados numa aldeia do ocidente de Kosovo, próximo da Albânia ■ Oposição cambodjana rejeita resultados das eleições legislativas de domingo, acusando-as de fraude.

EDITORIAL

Irresponsabilidade e arrogância

As reacções do Governo às lutas dos pilotos das barras e dos camionistas que transportam mercadorias perigosas evidenciam a irresponsabilidade e a arrogância que cada vez mais dão forma à forma de “governar o País” adoptada pelo engenheiro Guterres. Tudo indicando que, nesta matéria, o pior ainda está para vir, é certo que o que já veio é suficiente para causar sérias preocupações.

O exame a que o Governo queria submeter os camionistas era, para a esmagadora maioria deles, um autêntico despedimento com justa causa. Tratava-se, ao fim e ao cabo, de prosseguir caminhos e métodos que já atiraram para o desemprego muitos milhares de trabalhadores - e como sempre acontece nestas situações o governo não hesitou em recorrer a velhas fórmulas da velhíssima cartilha antilaboral: o direito à greve foi posto em causa, multiplicaram-se as ameaças e chantagens, invocaram-se, hipocritamente, “os superiores interesses do País”. A greve dos camionistas - contra os exames/despedimentos, por melhores salários e por melhores condições de trabalho - levou ao encerramento total ou parcial, por falta de combustíveis, da quase totalidade dos postos de abastecimento do País. Comentando este facto, o secretário de Estado Armando Vara falou de “prejuízos graves para a economia nacional” e, utilizando a arma-tipo do Governo, disparou a habitual ameaça: para pôr termo à greve, “o Governo tem um plano e executá-lo-á”. Referia-se às clássicas “medidas de emergência” que, como se sabe, incluem a clássica “requisição civil”. Alcançada parte das reivindicações apresentadas - do lado do Governo há a garantia da anulação, nos exames, do risco de desemprego que lhes era inerente; por parte da associação patronal há o acordo com a atribuição de um subsídio de risco cujo valor está a ser discutido na base dos 40 contos reivindicados pelos camionistas - a greve foi, naturalmente, suspensa.

Demonstradas ficaram a razão e a força da razão dos trabalhadores, a importância decisiva da luta na defesa dos seus interesses e direitos. Demonstrado ficou, igualmente, que se o Governo não tivesse rejeitado há um mês e meio o que aceitou agora, os camionistas não teriam tido necessidade de recorrer à greve - pelo que “os prejuízos graves para a economia nacional” e para “os interesses do País” são da exclusiva responsabilidade do Governo, da sua arrogância, da sua irresponsabilidade, da opção que tomou e assume de se colocar sempre, sempre contra os interesses dos trabalhadores.

No caso dos pilotos das barras, a situação é semelhante, assumindo em alguns aspectos maior gravidade. Na origem básica da situação está a febre privatizadora do

governo do PS e o seu objectivo de criar condições para proceder à privatização dos portos, à liberalização de alguns importantes sectores estratégicos, enfim, à privatização de todas as actividades portuárias. Decidindo arbitrariamente retirar a autonomia aos pilotos das barras e tornando-os dependentes das administrações dos diversos portos, o Governo semeou ventos. E quando a inevitável tempestade surgiu, sacudiu a água do capote e lançou as culpas de tudo para cima dos pilotos. Inclusive, não hesitou em, substituindo-se e antecipando-se às decisões dos tribunais, considerar alguns pilotos culpados de acusações que só no final do ano serão submetidas a julgamento. Em todo este processo, o ministro João Cravinho esteve à altura do governo a que pertence guterrizando exemplarmente a situação. Para além do recurso à mesma argumentação hipócrita e pretensamente defensora dos “interesses do País” utilizada em relação aos camionistas, o ministro Cravinho e o Governo exibiram ou uma monumental ignorância ou uma irresponsabilidade de dimensão semelhante.

Em nome do Governo, o ministro suspendeu o regulamento dos serviços de pilotagem, dispensando os pilotos e deixando aos comandantes dos navios a decisão de entrarem ou saírem dos portos pelos seus próprios meios e por sua conta e risco - com o tranquilizante aviso de que, no caso de encalharem, os seguros cobririam as despesas... E sempre minimizando junto da opinião pública as eventuais consequências da ausência dos pilotos, nomeadamente divulgando “informações” género: “No Verão as condições de tempo nos mares são mais favoráveis” e “as barras portuguesas são totalmente conhecidas dos comandantes das embarcações”. Em crescendo de irresponsável delírio, o ministro produziu, depois, a disparatada ideia de substituir os pilotos das barras por pilotos automáticos; e

finalmente - violando a lei da greve e colocando-se na ilegalidade - decidiu conceder licenças de pilotagem a oficiais da marinha mercante - com a curiosidade de tal decisão ter sido comunicada à Capitania do Porto por um organismo (o INPP) que, contra a opinião dos pilotos, o Governo extinguiu na quinta-feira passada.

Na sequência de tanta irresponsabilidade, quatro navios encalharam, até ao momento, em vários portos - felizmente, ao que parece, sem consequências particularmente graves. E poucas pessoas duvidarão de que a responsabilidade destes acidentes, e de outros que eventualmente venham a verificar-se, é toda do Governo do engenheiro Guterres.

Também neste caso os “interesses do País” estão a ser prejudicados por efeito da irresponsabilidade e da arrogância do Governo. Neste cenário surreal adquirem maior relevância as garantias dadas pelos pilotos de que, no que lhes diz respeito, tomarão “todas as medidas para nunca faltar pão ao País”. Mas não há qualquer sinal que indicie ter o governo do engenheiro Guterres entendido o significado dessa garantia. Afinal, ao Primeiro-Ministro e aos ministros todos nunca há-de faltar o pão, não é verdade?

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 3487/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 3487/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lz. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Elisa em suma

Maria Elisa Domingues, vulgo Maria Elisa, Elisa em suma, é uma mulher de sucessos. "Directora de Programas da RTP", a ela se deve a luminar programação do canal público. Nas horas vagas, Elisa tem ainda tempo e talento para escrever o seu "Diário" que o DN, guloso e lambão, publica e destaca e no qual ela exhibe uma prosa que nos recorda aquelas crianças prendadas capazes de produzir promissoras redacções e de recitar, de cor, para enlevo da família, a saudososa "Balada da Neve". Ainda nos tempos livres, Elisa tem vindo a erguer um programa televisivo ao qual, com a modéstia que a caracteriza, deu o seu próprio nome e que, segundo se diz, é pago na razão inversa da qualidade que tem. Mas Elisa não é só isto: nos intervalos da sua directoria, ela faz muitas outras coisas. Por exemplo: o notável intróito ao "Momentos/25 anos inesquecíveis/Os pontos altos da televisão", que o Expresso deu à luz no sábado passado. Elisa está na TV há 25 anos - 25 anos de êxitos pessoais que são parte grande do ÊXITO que tem sido esta televisão que é de nós todos. Dos "anos anteriores ao 25 de Abril" - a alguns exagerados chamam fascismo - Elisa prefere não falar. Mesmo assim,

não resiste à tentação de lembrar que "nesse clima peculiar da Primavera caetanista", "pude entrevistar (Vitorino Nemésio) com relativa liberdade".

Depois do 25 de Abril é que as coisas se complicaram e pioraram. Por acção da "mão de ferro do PCP nas redacções", obviamente. Mas Elisa, mulher de armas, não permitiu que lhe roubassem a "relativa liberdade" da Primavera marcelista: lutou, lutou, lutou e venceu! Assim, em 1980, Proença de Carvalho, essa eminente figura de democrata, convidou-a para "directora de programas da RTP", dando início a um período de ouro no qual, reconquistada a "relativa liberdade", passaram a reinar connosco o pluralismo, a independência, a isenção, a seriedade informativa. Elisa conta-nos todas estas estórias estribada em sólidas, incontestáveis e incontestadas opiniões que positivamente nos esmagam. Armada de Aristóteles, Morin, Platão, Popper, debica em cada um deles as opiniões que sustentam a sua teoria comunicacional - e de citação em citação enche Elisa o paparrão, salvo seja. Senhores!, o que esta senhora sabe!, o que esta senhora leu!... Aliás, Elisa não se livra, nem quer

livrar-se, da fama de ser mulher inteligente, culta e talentosa pelo que se lhe dispensa a necessidade de apresentar provas de que assim é.

Uma pessoa que num curto intróito como é o seu cita em abono próprio os autores acima re-citados, revela de duas uma: ou vastas, profundas e reflectidas leituras, ou a oportuna utilização de um livro de citações oportunamente adquirido. Inclino-me para a segunda hipótese dado que, sabendo-se viver Elisa uma vida de frenéticas azáfamas e imperativas urgências, é bem possível que tenha optado por seguir o sábio conselho do seu amigo Platão: "Na urgência não se pode pensar."

Seja como for e viremo-nos para onde nos virarmos, esbarraremos sempre, inevitável e inexoravelmente, na sólida inteligência, na compacta cultura, no torrencial talento, no frondoso apego à "relativa liberdade", dessa genial pequena figura que dá pelo nome de Maria Elisa Domingues, vulgo Maria Elisa, Elisa em suma.

■ José Casanova

A direita também encalha

A viagem para a direita não tem sido um alegre passeio, nem a recuperação capitalista uma espécie de *blitzkrieg*. A cada passo, por mais derrubante ou menos audacioso, tem vindo sempre a encontrar, ao correr destes mais de vinte longos anos, um campo de escolhos e barreiras, onde a política de direita tropeça e, por vezes, encalha. Barreiras erguidas pelos trabalhadores e pelos homens e mulheres de esquerda, à custa de muitos sacrifícios. Se tal não fosse, há muito que a direita poderia vangloriar-se de ter recuperado para os antigos donos e para novos patrões o essencial do que haviam perdido no 25 de Abril - o poder do dinheiro sobre a política, a liberdade e a vida dos cidadãos.

Esta viagem difícil - uma viva luta de classes que se vem travando entre os recuperadores de privilégios e os defensores dos direitos, entre a direita e a esquerda, entre os capitalistas e os trabalhadores - está, infelizmente, a ser concluída nesta fase. A direita vem ganhando. Sem razão que lhe assista, apoiada na mentira e na força, em amizades espúrias e alianças vis. No vasto campo de batalha, ficaram pelo caminho empresas destruídas, terra abandonada, centenas de milhares de desemprega-

dos, jovens sem futuro à vista, direitos estropiados. Mais razões para que, à esquerda, se levantem mais numerosas e fortes barricadas. E se ergam bandeiras - não de sonho utópico, como aquelas que costumam atribuir-nos, mas de projecto consistente e transformador.

A viagem da direita, com vela enfunada ou à remadela escrava, tem um estilo e várias vozes. As vozes sempre com a devida ressonância estrangeira. Pelam-se os caudilhos pela palavra alienígena. Mário Soares encantava o provincianismo lusitano com o seu francês macarrónico e o seu *ami* Mitterrand. Cavaco Silva com o seu belo inglês e a sua amiga Thatcher. Guterres vai mais longe e mais baixo e, em Portugal, fala castelhano com *su amigo* Aznar, um delfim do franquismo com quem costuma passar umas feriazinhas balneares.

Enquanto isso, os ministros vão interpretando o pensamento, as vontades e as vozes dos chefes. Com a arrogância que fala todas as línguas. Ameaçando, por exemplo, os pilotos da barra e pondo em perigo a navegação. É que a direita, às vezes, encalha.

■ Leandro Martins

TRABALHADORES Luta(s)

Desenvolvem-se importantes lutas da classe operária e de outros trabalhadores em vários países, de todos os continentes. Porque a cortina de silêncio é grande, na tentativa de eludir as contradições do grande capital e minimizar a capacidade dos trabalhadores em enfrentar a sua poderosa ofensiva, trazemos aqui algumas notas sobre essas lutas.

Nos EUA, vai na 7ª semana a greve em 2 fábricas de peças da General Motors. Este tentacular grupo económico - o maior do mundo em volume de negócios - com fábricas de automóveis em 51 países, viu assim paralisar 26 das 29 fábricas que detém nos EUA, Canadá e México. Em causa está o anunciado despedimento de 50 mil trabalhadores. À estratégia de "racionalidade" da administração GM opõem os trabalhadores a sinistralidade das condições de trabalho, a desorganização das linhas de montagem e reclamam contra a deslocalização de capitais e tecnologia para países de mão-de-obra barata, altamente explorada. Os vultuosos lucros de 6,7 mil milhões de dólares da GM em 1997 (mais 34% que em 96) correspondem a despedimentos nos EUA e à entrada em funcionamento de 4 fábricas na Polónia, Argentina, Tailândia, China e a 3 no Brasil. O carácter transnacional da produção industrial, nos dias de hoje, mais não visa que obter chorudos proveitos em curtos prazos.

Esta greve - a mais longa desde 1970 no sector automóvel dos EUA - alargou-se na última semana a mais uma fábrica e ganhou o apoio e expressiva solidariedade da população. Só então a administração GM age judicialmente, reclamando o carácter ilegal da greve. Ao mesmo tempo que Clinton procura uma mediação.

Este conflito, tal como há um ano a greve vitoriosa na multinacional de transporte de encomendas ou a recente manifestação de 40 mil operários da construção civil, em Nova Iorque, revela importantes e positivas alterações no movimento operário e sindical dos EUA.

Na Coreia do Sul as greves sucedem-se desde Abril. No último mês e meio, cem mil trabalhadores da Hyundai e outras marcas automóveis, a que se juntaram os estaleiros navais, metalúrgicos, telecomunicações, transportes desenvolveram um amplo movimento grevista. É a resposta aos despedimentos massivos. Todos os dias 10 mil trabalhadores perdem o seu emprego. Foi a "receita" do FMI pela sua "ajuda" de 55 mil milhões de dólares, após a crise asiática de finais de 97. O regime sul-coreano está hoje, ainda mais, nas mãos das transnacionais e das instituições financeiras internacionais. Submetendo-se à sua estratégia, o novo governo procura quebrar a unidade da combativa classe operária da Coreia do Sul. Prende dezenas de dirigentes sindicais. Mas as últimas notícias dão-nos conta de progressos favoráveis aos trabalhadores nas negociações sindicatos/governo.

Praticamente ignoradas têm sido as greves gerais realizadas este ano, nomeadamente na Grécia (várias), na Bolívia, Dinamarca, Zimbábue, e mais recentemente em Porto Rico, onde os trabalhadores paralisaram toda a actividade a 7 e 8 de Julho, apoiando a greve de 3 semanas dos 6400 trabalhadores dos telefones.

Alcançando resultados diversos, fortemente reprimida a da Bolívia, ou bloqueada pela requisição civil na Dinamarca, estas greves apontavam objectivos imediatos distintos. Mas tinham conteúdos comuns na sua oposição a novas formas de exploração e opressão.

Queremos ainda recordar, pelo seu particular significado, as greves do início do ano na Alemanha (F.P. e mineiros) e a luta pelas 35 horas em Itália, Espanha e outros países europeus: Assinalamos ainda o grande êxito da greve dos estivadores da Austrália, em Abril/Maio, e acompanhámos grandes lutas na Argélia, Bangladesh, Bulgária, Canadá, Colômbia, Costa do Marfim, Croácia, Nepal, Rússia.

A luta dos trabalhadores é muito desigual, por vezes com poucos resultados. Mas persiste e expande-se. Como corolário da ofensiva "global" do capitalismo e da sua incapacidade de resolver os grandes problemas da actualidade. A luta de classes é, pois, uma realidade. E agudiza-se, mesmo nos principais centros capitalistas. Por isso se procura desacreditar e minar os sindicatos. E, no nosso país, ministros do PS tomam posições assustadoras contra o direito à greve.

■ Manuela Bernardino



Foto: Sérgio Morais

SEMANA



Maioria não cumprirá Pacto de Estabilidade da UE

No relatório do Banco de Portugal referente a 1997, apresentado esta semana pelo seu governador, António de Sousa, conclui-se que a maior parte dos Estados membros da União Europeia, entre os quais Portugal, «não cumprirá os requisitos do Pacto de Estabilidade e Crescimento», ao mesmo tempo que se prognostica que «a economia portuguesa está livre do risco de sobreaquecimento» nos próximos anos. António de Sousa considera que «haverá um crescimento sustentado e não inflacionista», mas subordina tal crescimento à «moderação salarial», sem a qual, para o governador do Banco de Portugal, não se evitará a «perda de

competitividade e o crescimento do desemprego», afirmando, ao mesmo tempo, que o crescimento económico de 4% calculado para o ano passado se deveu, sobretudo, ao aumento da procura interna, nomeadamente no investimento em máquinas e na construção, a par do aumento do consumo das famílias na aquisição de bens duradouros, explicado pelo aumento dos rendimentos e a baixa de taxas de juros. Nisto tudo só não se percebe como é que a «moderação salarial» pode garantir a continuação do crescimento económico registado o ano passado e que assentou, precisamente, no aumento dos rendimentos...



Indonésia faz de conta que «amnístia» e «retira»

Dos 15 presos políticos timorenses pretendidamente «libertados» esta semana pelo regime indonésio, por decreto presidencial de Habibie, pelo menos cinco já tinham cumprido há dois meses a pena de prisão imposta

pelo regime ditatorial de Jacarta, enquanto os 10 restantes - igualmente estudantes timorenses detidos durante manifestações, estavam presos há vários meses sem culpa formada. Entretanto, a retirada de 1000 homens do

exército ocupante indonésio do território de Timor-Leste, anunciada com pompa e circunstância pelo regime indonésio, reduziu-se para um total de 400 soldados indonésios, que saíram do território na presença de dezenas

de jornalistas convidados por Jacarta para testemunharem a «retirada». Continuam, entretanto, em Timor-Leste largas dezenas de milhares de soldados indonésios a garantir pela força e o genocídio a «integração» do território.

Manifestações contra Habibie na capital da Indonésia

Dezenas de milhares de pessoas manifestam-se em Jacarta, capital da Indonésia, dando o seu apoio a Megawati Sukarnoputi, filha do presidente Sukarno, afastado há três décadas por um golpe sangrento liderado por Suharto.

A manifestação realizou-se no segundo aniversário do ataque orquestrado pelo regime de Suharto contra a sede do Partido Democrático Indonésio (PDI), onde grupos paramilitares atacaram a sede do partido para

expulsarem Megawati Sukarnoputi e os seus apoiantes, após manobras conduzidas pelo regime indonésio que a afastaram da liderança do partido. Esta manifestação seguiu-se a uma outra também ocorrida esta semana na

cidade de Yogyakarta, reunindo 30 mil pessoas apoiando igualmente Megawati e rejeitando o regime agora encabeçado por Habibie, frontamente criticado por não fazer avançar a democratização no país.

Desemprego aumenta 14,8% neste semestre

Segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no primeiro semestre deste ano inscreveram-se nos centros de emprego do IEFP 194 131 novos desempregados, o que representa um acréscimo homólogo de 14,79%, números que entram em contradição com as previsões do Banco de Portugal, também apresentadas esta semana, e que anunciam para este ano nova aceleração do crescimento da economia. A contradição reside no facto de o mesmo Banco de Portugal atribuir o crescimento económico,



avaliado em 4%, no ano passado, ao aumento dos rendimentos e consequente aumento do consumo, o que não

parece coadunar-se com o crescente aumento do desemprego, mais uma vez registado neste semestre.

Suspeita de atentado na morte de Alioune Beye

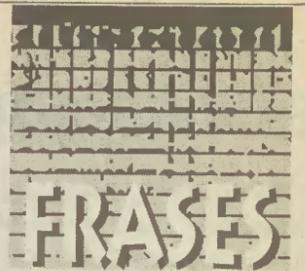
Segundo o Diário de Notícias, avolumam-se as suspeitas de que a queda do avião que vitimou o mediador especial das Nações Unidas para o processo de paz em Angola, Alioune Beye, e mais sete pessoas tenha sido consequência de um atentado. Citando fontes diplomáticas portuguesas, o DN afirma que as investigações em curso sobre o desastre depararam com os destroços de uma bala que, aparentemente, não era pertença de nenhum dos ocupantes da aeronave, entre os quais seguia o oficial português Álvaro Costa, que acompanhava Beye com o objectivo de obter apoio de dirigentes africanos para ultrapassar a crise em Angola. O Governo

português acompanha de perto as investigações, tendo designado um elemento responsável do Instituto Nacional de Aviação Civil para integrar a comissão que conduz o inquérito sobre as circunstâncias que levaram à queda do bimotor no passado dia 26 de Junho, quando se preparava para aterrar no aeroporto de Abidjan, na Costa do Marfim. Alioune Beye tinha intensificado, nas semanas que antecederam a sua morte, as pressões e as críticas à UNITA pelo seu não cumprimento do que ficara estabelecido nos acordos de Lusaca, e que desencadeara um agravamento de sanções decretadas pela ONU contra o movimento de Jonas Savimbi.

SIDA aumenta em Portugal

Dois matemáticos e um epidemiologista concluíram um estudo que durou ano e meio, utilizando métodos cientificamente reconhecidos, com o objectivo de estimar o universo de pessoas infectadas com o vírus da SIDA em Portugal e fazer uma previsão segura da evolução deste terrível flagelo no nosso país no início do próximo século. Segundo as conclusões do estudo, divulgadas esta semana pelo Diário de Notícias, haverá actualmente no nosso país 26 975 seropositivos para o HIV-1, dos

quais 17 098 serão toxicodependentes, 6 237 heterossexuais, 2385 homo e bissexuais e 1255 casos de hemofílicos, transfundidos e filhos de mães infectadas, não havendo divulgação de resultados em relação ao HIV-2 dado o reduzido número de casos registados não permitir uma correcta aplicação do método de avaliação. Para o início do próximo século, a equipa de investigadores avança com a seguinte evolução da proliferação declarada da doença no nosso país: 6.556 toxicodependentes com SIDA (um aumento de 232%), 2.786 heterossexuais (mais 89%), 1889 homo e bissexuais (mais 30%) e 752 outros casos. Segundo declarou o orientador do estudo, João Amaral, as estimativas possuem intervalos de confiança de 95% e, logicamente, uma margem de erro de 5%».



“A oferta de trabalho caiu drasticamente desde Novembro, em consequência das chuvas contínuas e agora a oferta é quase nula devido à falta de produção a tratar e a colher”

(Jorge Santos, dirigente do Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas, suplemento 'Negócios', Diário de Notícias, 27.7.98)

“[A figura do trabalhador agrícola, que não existe, é] erradamente comparada à do trabalhador independente”

(idem ibidem)

“É escandaloso que sejam pagos milhões de contos para fomentar o trabalho ilegal [na agricultura]”

(idem ibidem)

“Não são acções de um governo responsável [suspensão do Regulamento dos Serviços de Pilotagem nos portos portugueses], mas do de uma república das bananas”

(David Cockroft, secretário-geral da Federação Internacional dos Trabalhadores de Transportes, Diário de Notícias, 25.7.98)

“Só na república das bananas é que 80 indivíduos podem fazer vergar o País a interesses corporativos”

(Ministro João Cravinho, idem, 27.7.98)

“Graças à campanha de uma meia dúzia de colunistas, em conjugação com declarações de destacados centralistas, surgiu a moda de se ser contra a regionalização”

(Leonel Moura, A Capital, 27.7.98)

“Políticos que sempre defenderam as regiões, pessoas que nunca pensaram seriamente no assunto, gente que gosta de aparecer nos jornais, de súbito surgiram todos com um argumentário, trivial mas concertado, contra a regionalização. E a moda pegou, em particular no meio jornalístico, na intelectualidade lisboeta e no político necessitado”

(idem ibidem)

“O professor [Marcelo Rebelo de Sousa] pode partir descansado, porque a gente vai ajudá-lo”

(Alberto João Jardim, Público, 27.7.98)

“Não se percebe por que ele se deixou levar por Marcelo, comprometendo-se com a quase certa derrota do referendo”

(Dirigente do PSD/Madeira não identificado, idem)

“Dinossáurios na Lourinhã”

(Título do Jornal de Notícias, 28.7.98)

TRABALHADORES

CGTP condena
«fúria legislativa» do Governo

«Inaceitável cedência ao patronato»

Em entrevista ao «Avante!», José Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva da CGTP-IN, comenta a actual situação social e laboral, com destaque para as alterações legislativas que o Governo pretende efectuar. São analisadas as greves dos motoristas e dos pilotos de barra e a reestruturação sindical e são reveladas as grandes linhas da agenda sindical já definida para a «rentrée».

Está em marcha a alteração de muitos aspectos da legislação laboral, num sentido desfavorável aos trabalhadores. O facto de estarmos num período que, em muitas empresas, é até de encerramento para férias significa que o Governo alcançou os objectivos que pretendia quando definiu este calendário e que os seus projectos vão mesmo ser aprovados?

— De facto, não se entende, e muito menos é aceitável, que a produção legislativa em curso recaia em pleno período de férias, o que objectivamente inviabiliza o cabal exercício do direito de participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho.

— Encontram-se, de momento, em processo de produção legislativa nada menos do que 34 projectos com incidência laboral, entre os que estão em discussão pública e os que estão em apreciação em sede de Concertação Social.

À falta de argumento credível, o Governo tem vindo a evocar a necessidade de cumprir o desacreditado Acordo Estratégico, para lançar uma despropositada e grave ofensiva legislativa contra os direitos dos trabalhadores, quando o que está em causa é uma inaceitável cedência às exigências e ameaças do patronato.

A fúria legislativa que se apossou do Governo até fez esquecer as

regras legislativas processuais, levando-o a querer usurpar competências que são pertença da Assembleia da República. Tal precipitação obrigou já o Governo a arrepiar caminho, de tal forma que 3 dos projectos legislativos que se encontram, neste momento, sujeitos à discussão pública vão ser remetidos à AR e, em nosso entender os restantes devem seguir o mesmo caminho.

Este procedimento vem confirmar a justeza das reclamações expressas pela CGTP-IN e é também resultado da determinação manifestada pela estrutura sindical e pelos trabalhadores, bem patente nas acções desenvolvidas no mês de Maio e Junho e, em particular, no Plenário Nacional de Activistas no passado dia 22 de Julho, no qual participaram 2 mil quadros, o que já obrigou o Governo a um primeiro recuo. Mas os perigos reais não estão ainda afastados.

Qual é o perigo real desta «fúria legislativa»?

— A essência do actual processo legislativo é a desregulamentação do trabalho e o reforço dos poderes patronais, isto é, a generalidade dos projectos legislativos contém matérias que lesariam gravemente importantes direitos dos trabalhadores - como é o caso da escandalosa tentativa de alteração do conceito de retribuição, que conduziria à redução

real de algumas prestações salariais.

Mas também outros diplomas contêm disposições inaceitáveis. É o que se passa, nomeadamente, com o tempo parcial, «lay-off», regime das férias, contratos a prazo, trabalho nocturno e, pasme-se, dar ao patronato o direito de participação na elaboração da legislação do trabalho.

O processo legislativo em curso comprova que o Governo persiste na prática de produzir legislação avulsa, em doses sucessivas, deixando para trás a sistematização técnica do quadro geral da legislação do Trabalho que, se feita com rigor e objectividade, irá desmistificar a tese da rigidez da leis do trabalho como factor impeditivo da competitividade das empresas e comprovar que os trabalhadores portugueses têm, na prática, um nível de protecção laboral e social muito inferior ao da generalidade dos outros trabalhadores europeus.

Quem será mais atingido se as alterações se concretizarem?

— Os trabalhadores em geral e os jovens em particular, na medida em que iriam encontrar um quadro legislativo com maior desprotecção, desregulamentação e precarização do trabalho.

Sabendo-se dos problemas existentes a nível do emprego, nomeadamente em relação aos jovens, e do desemprego de longa duração; da crescente precarização do trabalho; das ameaças de despedimentos em muitas e importantes empresas; das pesadas cargas dos horários de trabalho; do baixo nível salarial (Portugal está na cauda dos salários europeus); da crescente desigualdade na distribuição do rendimento e do baixo nível de consumo

Os resultados da luta são estímulo para continuar

No plenário da CGTP-IN, dia 22, usou da palavra um dirigente do Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante, representativos dos pilotos de barra, que não é filiado na central. Por que motivos apoia a CGTP-IN a greve dos pilotos e como vê a posição do Governo neste caso?

José Ernesto Cartaxo: A participação de sindicatos não filiados nos plenários e outras iniciativas da CGTP é uma prática corrente, à luz dos princípios da unidade e democracia sindical que orientam a nossa confederação.

Quanto ao conflito, ele resulta da forma como o Governo se propõe «reestruturar» o sector marítimo-portuário,

cedendo às pressões de interesses particulares de natureza económica, pretendendo impor unilateralmente um modelo dogmático, sem abertura ao diálogo com as organizações representativas dos pilotos.

As medidas anunciadas pelo Governo não só não resolvem o conflito, como foram precipitadas, porque não foram antes esgotadas as possibilidades de diálogo e porque correspondem a uma incorrecta avaliação do papel do serviço público de pilotagem que pode acarretar consequências económicas, ambientais e sociais desastrosas.

O que levou os dirigentes da Festru/CGTP-IN a defenderem a suspensão da greve dos motoristas de mercadorias perigosas?

Ter obtido, da parte do Governo, a garantia de alterar o actual sistema de revalidação do certificado de formação exi-

gível para o transporte de mercadorias perigosas, de forma a que nenhum motorista corra o risco de desemprego em resultado da acção de formação de reciclagem destinada a reforçar as competências profissionais.

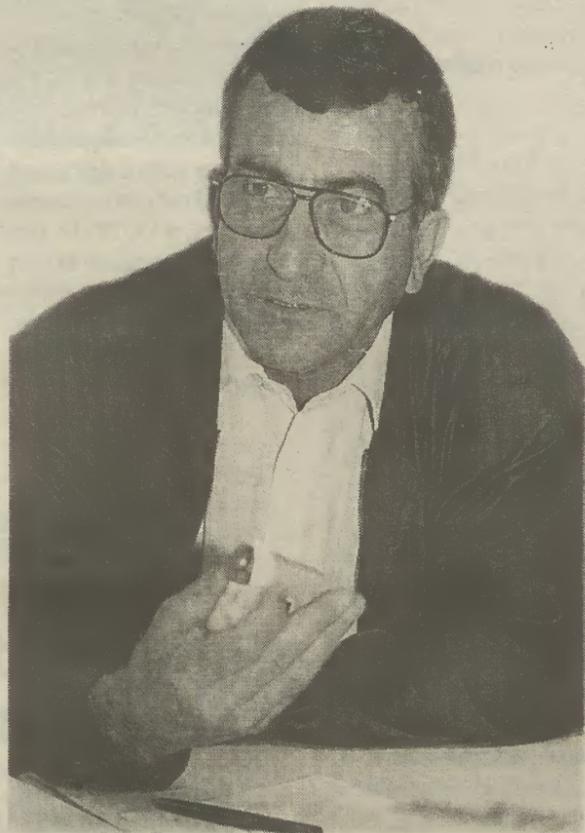
Para já, ficou assegurado, entre outras condições, que os actuais certificados permanecem válidos até Fevereiro de 1999. Acabou também o actual sistema de avaliação, baseado em exames ou testes escritos. Garantiu-se a obrigatoriedade da formação adequada às necessidades dos trabalhadores, responsabilizando, por isso, a entidade formadora. Os custos com a formação e renovação do certificado passam a ser da responsabilidade dos empregadores e/ou do Estado, e não dos trabalhadores como acontecia até agora. Caso se verifique insuficiência de conhecimentos por parte de algum motorista na acção de formação, esta terá de ser repetida e, mantendo essa situação, competirá a um júri tripartido, no qual a federação está representada, proceder à avaliação cujo resultado só é válido desde que haja necessidade.

E, ainda, ter obtido, da parte da associação patronal, a atribuição de um subsídio de risco, cujo valor está a ser discutido, com base na reivindicação sindical que é de 40 contos.

Estes foram os resultados, obtidos de imediato, que levaram a Festru a propor a suspensão da greve. A decisão tomada democraticamente pelos plenários de motoristas confirmou a oportunidade e justeza dessa proposta.

As movimentações laborais que se verificaram desde há alguns meses têm reflexos na organização sindical dos motoristas?

De uma forma geral, as lutas reivindicativas têm tido reflexos positivos na organização sindical, e esta não foge, decerto, à regra.



Entrevista com José Ernesto Cartaxo

O crescendo das lutas verificadas no primeiro semestre do ano, os factores novos que trouxe à luta sindical e, sobretudo, os resultados alcançados, são um elemento importante que não deixará de estar presente em toda a nossa acção e, estamos certos, constituirá um estímulo ao prosseguimento e intensificação da luta, com confiança e determinação, na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, criando também condições para a necessária mudança de rumo das políticas económicas e sociais no nosso país.

Como está a decorrer o processo de reestruturação do movimento sindical unitário?

O processo de reestruturação sindical é um processo contínuo e demorado, de adequação da organização sindical às alterações no aparelho produtivo, na organização das empresas, na estrutura do emprego, na evolução das profissões e na definição de melhores formas de intervenção sindical no quadro económico, social, político e ideológico em que esta se desenvolve.

A reestruturação sindical em curso implica ainda o reforço da organização sindical de base, com mais sindicalização e mais participação dos trabalhadores, a eleição de mais delegados sindicais, a sua formação e acompanhamento.

A reestruturação sindical implica também um processo de concentração de sindicatos e federações, que resultará em organizações mais fortes, com maior concentração e mais descentralização da acção e dos meios humanos e materiais, para os locais de trabalho e as regiões.

Este processo de reestruturação tem uma componente defensiva e de resistência, de salvaguarda da base e dos direitos essenciais existentes, e outra componente de ressurgimento e crescimento da sindicalização e da acção em diversos sectores, e de implantação em novos sectores emergentes.

A CGTP-IN já marcou a agenda para a «rentrée»?

Sim, nos órgãos da nossa central e numa regente reunião de federações e uniões sobre acção reivindicativa, já se fez um primeiro balanço da luta desenvolvida nestes primeiros 7 meses do ano e perspectivou-se a sua continuação para o segundo semestre.

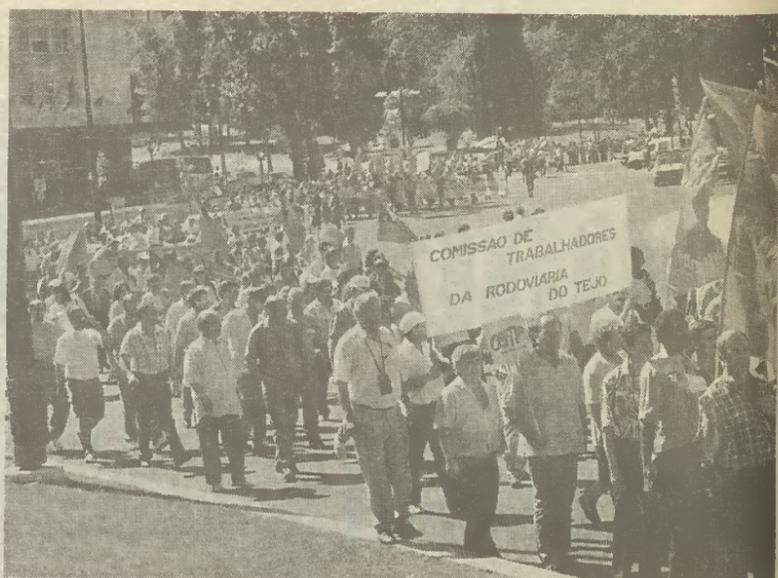
Neste sentido, estão marcadas reuniões da Comissão Executiva e do Conselho Nacional para os dias 31 de Agosto e 2 de Setembro, respectivamente, de federações e uniões para o dia 11 de Setembro, e as restantes estruturas estão a programar, para a primeira quinzena de Setembro, reuniões dos órgãos e plenários de activistas, para que, a partir da segunda quinzena de Setembro, também de forma programada, todo o nosso trabalho seja virado para o contacto, o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Os objectivos de luta que irão estar no centro de todo este trabalho têm a ver com a luta contra a revisão da legislação laboral, a defesa e melhoria da Segurança Social e o desenvolvimento da luta reivindicativa nas empresas, em articulação com a contratação colectiva, em torno dos salários, da redução dos horários de trabalho (nomeadamente visando o grande objectivo das 35 horas), da defesa do emprego com qualidade, da inclusão dos prémios nos salários-base, da higiene e segurança, da formação contínua e da defesa dos direitos, tendo presente as reivindicações específicas de cada sector e empresa.

Neste calendário para a «rentrée» não podemos deixar de dar muita atenção à campanha de fundos para a sede da CGTP-IN e à sindicalização, às comemorações do 28º Aniversário da CGTP-IN, à preparação e realização da 3ª Conferência de Organização (dias 27 e 28 de Novembro no Porto) e, ainda, a participação na campanha do referendo pela regionalização.



No plenário nacional de 22 de Julho, em Lisboa, participaram mais de dois mil quadros sindicais de todo o País, que se deslocaram do Parque Eduardo VII até ao Ministério do Trabalho e Solidariedade, na Rua Rosa Araújo



Crescimento para o capital

Foram divulgadas na semana passada estatísticas oficiais do Banco de Portugal que confirmam estar-se a viver um período de crescimento económico no País. Concluída nesta altura boa parte dos processos de revisão da contratação colectiva, a CGTP-IN tem dados que permitam avaliar em que medida esse crescimento se reflectiu nos salários e nas condições de vida dos trabalhadores?

— Na verdade, todos os dados disponíveis apontam para o crescimento económico, mas, em simultâneo, são conhecidos

outros dados que confirmam aquilo que temos vindo a denunciar e combater, ou seja, que este crescimento não se tem vindo a reflectir numa melhor distribuição do rendimento nacional a favor do trabalho.

Basta atentar que, só entre 1992 e 1996, os salários perderam vários pontos face aos lucros e a rendimentos de propriedade e de capital (em 1992 a parte dos salários era de 45,1% e em 1996 era de 40,7%).

A própria Comissão Europeia reconhece que a parte da massa salarial no Produto Interno Bruto tem vindo a cair e que os custos salariais por unidade

produzida estão num nível inferior aos de 1970. E até um estudo recente da UNICE (confederação patronal europeia) conclui que, em Portugal, os custos directos e indirectos com a mão-de-obra são os mais baixos da Europa, mesmo atrás da Grécia.

Estamos, portanto, perante uma redistribuição profunda do rendimento a favor do capital e em detrimento da força do trabalho.

Pese embora a intensa luta reivindicativa realizada este ano, em torno dos salários, e que levou à conquista de aumentos médios superiores ao tecto psi-

cológico que o Governo tentou impor, através da Função Pública, a verdade é que, mesmo assim, ficamos ainda muito aquém, senão mais longe, da aproximação dos salários médios europeus.

É neste quadro que a luta por melhores salários continua na ordem do dia, tanto mais que, com a entrada em vigor do euro, os diferentes níveis de preços e salários praticados em cada um dos países da UE vão ficar mais evidentes, o que vem dar mais argumentos à justiça da luta pela melhoria do poder de compra dos salários.

Carvalho da Silva responde a comentaristas e governantes

«Basta de disparates!»

«Nos últimos dias tem-se escrito bastante acerca do movimento sindical e das suas fragilidades... Perdoamos aos que, por desconhecimento ou por má-fé, dizem disparates, e também somos solidários com eles. Mas, em relação a algumas matérias, já chega de disparates.»

Foi com este protesto que o coordenador da CGTP iniciou a conferência de imprensa dada segunda-feira, num intervalo da Comissão Executiva da central. A tais disparates - explicitamente imputados a comentaristas mas, por referências indirectas, alargados a alguns governantes que se têm mostrado mais prolixos - Carvalho da Silva retorquiu, sublinhando que «o movimento sindical português está, felizmente, mais dinâmico do que há alguns anos, aumentámos a sindicalização, em muito significativo crescimento contínuo nos últimos três anos, não apenas no sector público, mas também em várias áreas do sector privado».

«Aumenta também a participação dos trabalhadores» e «aumentam as receitas das quotizações dos trabalhadores, para o conjunto dos sindicatos da CGTP», acrescentou.

Quanto à intervenção dos trabalhadores na luta, «ela é feita por razões muito fundamentadas e vai inevitavelmente aumentar», afirmou Carvalho da Silva, que compareceu perante os jornalistas acompanhado por José Ernesto Cartaxo, Manuel Lopes, Amável Alves e Eduardo Chagas - todos da Executiva e os

dois últimos com responsabilidades sindicais nas estruturas que têm conduzido as lutas dos motoristas de combustíveis e outras mercadorias perigosas e dos pilotos de barra.

A CGTP, disse Carvalho da Silva - que teceu largos elogios à luta dos motoristas e à forma como foi conduzida pela Festru -, encara o futuro «com muita confiança, muita serenidade» e «um profundo sentido de responsabilidade», e «vai lutar pelas reivindicações dos trabalhadores mas não vai dar boleia a nenhuma política de terra queimada».



O movimento sindical está mais dinâmico, afirma a CGTP (foto do plenário nacional de dia 22)

TRABALHADORES

Chiado queima

Até 25 de Agosto, quando passam dez anos sobre o incêndio no Chiado, o Ministério do Trabalho deverá dar uma resposta às reivindicações dos trabalhadores que perderam o emprego. O CESP/CGTP informou que o chefe de gabinete do ministro assumiu a responsabilidade do Governo quanto à reavaliação e revalorização das carreiras contributivas para a Segurança Social, à possibilidade de reforma antecipada a partir dos 55 anos de idade, e à atribuição de subsídio de desemprego aos trabalhadores de despedimento. A exigência do pagamento de indemnizações pelo tempo de trabalho deverá ser abordada com outras entidades, entre as quais a CML, com intervenção no Fundo Extraordinário de Apoio à Recuperação do Chiado. A reunião no Ministério teve lugar na sequência de um plenário de trabalhadores, na terça-feira, após o qual centena e meia de pessoas se deslocaram à Rua Rosa Araújo.

Grundig

Os 185 trabalhadores da OEM prosseguem a luta pelo pagamento de salários e contra a tentativa de despedimento de que estão ameaçados. Depois de cortes de estrada simbólicos nas segunda e terça-feiras, os trabalhadores encaram a possibilidade de realizar acções mais duras, caso não recebam até hoje os salários prometidos para a passada sexta-feira, refere a Lusa, citando fonte sindical.

Carteiros

Em Angra do Heroísmo, protestando contra a sobrecarga de trabalho devida à falta de preenchimento de vagas, os carteiros decidiram entrar em greve na próxima semana, de 3 a 7 de Agosto. O SNTCT/CGTP, que convocou a paralisação, afirma que há zonas do concelho onde a correspondência só é distribuída duas vezes por semana, chegando a verificar-se atrasos de 30 dias, e exige o preenchimento de vagas existentes no quadro da empresa.

Aveiro

«Foi desenvolvida uma intensa actividade» no primeiro semestre de 1998, afirma a Direcção Distrital da União dos Sindicatos de Aveiro. Na sua reunião da semana passada foram valorizadas várias acções levadas a cabo desde Janeiro na capital do distrito e em Espinho e foram definidas orientações e iniciativas para o período após as férias.

Pelo cumprimento das promessas feitas SODIA fecha amanhã mas ORTs mantêm-se activos

Na ex-fábrica da Renault em Setúbal ficam, até ao fim do ano, dezena e meia de trabalhadores, em tarefas de manutenção, depois de ali terem chegado a trabalhar 1500 pessoas e ao fim de 18 anos em que foram produzidos mais de 600 mil automóveis.

«Os nossos problemas não estão resolvidos até final de Julho, mas o Governo terá que ouvir e sentir a nossa pressão, até que honre as promessas feitas e cumpra a palavra dada», afirma a Comissão de Trabalhadores, num comunicado que distribuiu na semana passada, após uma reunião com o secretário de Estado adjunto do ministro da Economia. Vítor Ramalho reafirmou que as oportunidades de emprego anunciadas são para concretizar.

Assim, a Gestnave receberá todos os trabalhadores com mais de 50 e menos de 55 anos;



Qual será o próximo «investidor-beduíno» a levantar a tenda do País, depois de arrecadar lucros, incentivos financeiros e benefícios fiscais?

da média de 202 trabalhadores, 119 ficarão com vínculo efec-

tivo; com a Solisform, a Gestnave promoverá acções de formação, mesmo sem garantia de emprego, e abrangendo a especialidade de instrumentação e controlo. O Governo vai pros-

seguir os contactos com a General Motors (Azambuja),

Intenções positivas sem respostas concretas

O Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP-IN, recebido sexta-feira passada na residência oficial do primeiro-ministro, ouviu da parte do Governo «um conjunto de intenções que, a concretizar-se, virão ao encontro das nossas propostas»; no entanto, «quanto às questões concretas que colocámos, as respostas não se ouviram ou foram contempladas apenas em parte» - refere uma nota divulgada segunda-feira pela estrutura que reúne as uniões de sindicatos dos distritos de Beja, Évora e Portalegre.

Os sindicalistas registaram, como positivas, afirmações de António Guterres e de outros membros do Governo quanto à intenção de não deixar cair a única indústria de transformação de cortiça situada no Alentejo (a Robinson Bros, com 200 trabalhadores sem salário há dois meses e quase paralisada por falta de matéria-prima), de não permitir o despedimento de nenhum mineiro de Aljustrel e de constituir uma sociedade de capital de risco com os meios

financeiros mínimos face às necessidades da região; como resposta concreta satisfatória, anotaram o compromisso de manter no concelho de Mourão a fábrica da Portucel.

O Governo não disse quando vão reabrir as Piritas de Aljustrel, nem quando serão ali descongelados os salários. Ficou sem resposta a exigência de que os apoios à manutenção dos rendimentos dos agricultores sejam extensivos aos assalariados agrícolas, bem como a reclamação de medidas eficazes de combate ao desemprego estrutural na região, que se mantém há mais de uma década na ordem das 40 mil pessoas, apesar da diminuição da população.

O secretariado alentejano da CGTP classificou a reunião com o Governo como «positiva» e declarou que «continuará atento ao concretizar das intenções anunciadas», quer quanto à implementação de políticas quer no que toca a não discriminar as estruturas sindicais nos instrumentos de acompanhamento das diversas medidas.

CP recusou assinar o acordo que antes propôs

A federação dos Ferroviários acusou o Conselho de Gerência da CP de ter decidido «arrastar por tempo indeterminado» o conflito laboral no sector, «obviamente com o conhecimento da tutela».

Em nota distribuída sexta-feira à comunicação social, a FSTFP/CGTP refere que o CG da CP apresentou, dia 17, uma proposta para acordo, o que levou a federação a mostrar-se disponível para assinar um acordo de princípio. Na reunião seguinte, dia 22, a federação apresentou-se nas negociações «predisposta a assinar» um documento que, «não sendo o acordo desejável, vinha minimamente ao encontro das principais reivindicações dos ferroviários».

Mas, «contra todas as regras de um processo negocial, o CG volta atrás com a sua pala-

vra e recusa a assinatura do acordo que ele próprio propusera», o que leva a federação sindical a interrogar: «Terá o CG sido apanhado de surpresa pela disponibilidade da federação para assinar o acordo? Ou não haverá por detrás desta insólita situação um móbil inconfessável, em termos de política geral, que leva o Governo a arrastar artificialmente um conflito que tantos prejuízos e transtornos de toda a ordem tem causado à economia nacional e às populações?»

A luta dos trabalhadores das empresas do grupo CP pela garantia de estabilidade de emprego, pelo prometido regulamento de carreiras, por melhores salários e mais dignas condições de trabalho levou já, nos últimos meses, à realização de três greves, com elevados níveis de adesão.

As bizarrrias de Shimotori

Os trabalhadores da Optec, empresa de capitais japoneses que fabrica cobre esmaltado em Viana do Castelo, são muitas vezes obrigados a fazer continência ao director de produção, de apelido Shimotori e que usa, alegando razões de segurança, um capacete com as letras «capt», de capitão.

Joaquim Gaspar, dirigente do STIEN/CGTP, fez estas revelações aos jornalistas junto às instalações da empresa, na segunda-feira, e revelou ainda - citado pela Agência Lusa - que o senhor Shimotori obriga funcionários a posarem para ele tirar fotografias à hora de almoço, trata trabalhadores por nomes de animais, em japonês, e «chega a querer que os funcionários joguem com ele o «sumo», uma luta japonesa».

«Ele diz que o espaço em que trabalham é japonês, pelo que a lei que ali se aplica é a japonesa», acrescentou Joaquim Gaspar, que pouco antes da conferência de imprensa fora solicitado para uma reunião com o presidente da Câmara de Viana e o director da Optec, onde este negou algumas das acusações, considerando outras como brincadeira.

O dirigente sindical denunciou à imprensa situações que constituem violação da legislação laboral, pois «os funcionários que dominam as línguas inglesa, francesa e inglesa e se deslocam a vários países para contactos com clientes são qualificados como caixeiros-ajudantes, enquanto os operadores informáticos estão inseridos na categoria de operadores fabris, a mais baixa existente na empresa».

Lear Corporation, o Parque Industrial de Vendas Novas e a Siemens de Évora. Foi reafirmado o compromisso de, caso a fábrica de Setúbal acabe por ser vendida a outro construtor automóvel, ser dada prioridade de admissão aos trabalhadores agora despedidos.

Contabilizando outras ofertas de oportunidade de emprego na Tecopura, na ABB e na OGMA, a CT considera-as «manifestamente insuficientes» e critica o facto de não abrangerem o conjunto das profissões e qualificações existentes na Sodia.

Depois de valorizar os resultados conseguidos pela luta desenvolvida desde que foi conhecida a decisão da Renault francesa de desactivar a fábrica de Setúbal, a CT defende a criação e manutenção em funcionamento do Grupo de Apoio ao Emprego e Formação Profissional «enquanto existirem trabalhadores sem emprego». «Pela nossa parte, tudo faremos para que também os organismos representativos dos trabalhadores tenham o seu grupo de apoio, e criaremos condições para que os trabalhadores se mantenham unidos em torno dos objectivos há muito delineados».

«A não serem cumpridas as promessas feitas e tantas vezes repetidas ao longo de todo este processo, o Governo sairá dele sem honra nem dignidade», afirma a CT. «Os trabalhadores e os seus representantes não permitirão que o Governo se comporte como um serviçal da Renault», conclui o comunicado.

Dois acordos e um não

A Fenprof assinou com a associação representativa dos estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) um acordo que consagra aumentos salariais médios de 4,6 por cento, para vigorar por um ano a partir de 1 de Outubro. Os docentes tiveram aumentos que variam entre 2,4 e 30,6 por cento (média ponderada de 5 por cento) e o tempo para atingir a remuneração mais elevada foi reduzido de 32 para 29 anos. A Federação Nacional dos Professores considera que o acordo ainda não corresponde à necessidade de equiparar as remunerações com as que são praticadas no ensino público, mas «constitui uma boa resposta nesse sentido».

Para hoje, anunciou também a Fenprof, está marcada a assinatura de um «acordo de instituição» com a União das Misericórdias Portuguesas, para ser aplicado aos trabalhadores desta União, mas que servirá como modelo a que poderão aderir as misericórdias e os respectivos trabalhadores. A federação, que lidera a comissão negociadora sindical, explica que, desta forma, as misericórdias e os trabalhadores podem exercer o direito à contratação colectiva, sem que a UMP tenha que se assumir como associação patronal.

A solução foi encontrada porque «ambas as partes, mantendo as características próprias, dialogaram em espírito de boa-fé e de forma construtiva», atitude que «contrasta com a intransigência da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que se recusa à conciliação por razões estranhas ao que se encontra em discussão», regista a Fenprof, na nota que distribuiu à imprensa.

SARILHOS GRANDES CDU lega obra...

As obras neste momento em curso na Estrada do Arse, Estrada do Malpique, Rua dos Paulinos e Rua do Poço Novo, na freguesia de Sarilhos Grandes, são todas elas da iniciativa da CDU, tendo sido planificadas e iniciadas quando esta força política presidia aos destinos da Câmara do Montijo.

O esclarecimento surge da parte da Comissão de Freguesia de Sarilhos Grandes do PCP, devido ao engano em que muitos moradores frequentemente incorrem, atribuindo-as ao actual Executivo.

Assim, fazendo prova do que diz, os comunistas informam os moradores da freguesia que as obras para a Estrada do Arse e Estrada de Malpique foram adjudicadas em 5 de Novembro e a da Rua dos Paulinos em 2 de Julho de 1997, tendo a obra da Rua do Poço Novo sido mesmo iniciada em 24 de Outubro desse ano.

MONTIJO

... e Câmara não cumpre

Entretanto, sete meses passados sobre as eleições autárquicas, os trabalhadores da Câmara Municipal e os Montijenses continuam à espera das promessas que a presidente da Câmara e o PS lhes fizeram durante a campanha eleitoral, designadamente as referentes ao Cine-Teatro Joaquim de Almeida, ao alcatroamento da rua de ligação ao cemitério do Pinhal Fidalgo e à melhoria da rede viária e da recolha de lixo. Para desviar, porém, as atenções desse incumprimento, procura-se responsabilizar os trabalhadores por questões que não são da sua competência, como é notoriamente tentado no artigo não assinado e publicado na Gazeta de 27 de Junho e no próprio boletim municipal.

A Célula dos Trabalhadores Comunistas da Câmara Municipal de Montijo, a quem cabe a denúncia, afirmando que os trabalhadores não se deixarão intimidar, lembra que o que estes esperavam era que a presidente da Câmara e o PS cumprissem o compromisso assumido do pagamento em dias das horas extraordinárias efectuadas em 1997.

COIMBRA

Monumento da Resistência

Dezenas de cidadãos de Coimbra, de diferentes sensibilidades democráticas e estratos sociais, representados por Alberto Vilaça, Emanuel Vieira Alberto e Jorge Gouveia Monteiro, primeiros subscritores, entregaram ao Presidente da Assembleia Municipal, no passado dia 22 de Julho, um abaixo-assinado propondo a inauguração de um monumento à resistência ao fascismo, no 25º aniversário do 25 de Abril. Os signatários - lutadores pelas liberdades fundamentais antes do 25 de Abril e pela afirmação do regime então instaurado - evocam no documento a prisão, a tortura, as perseguições a que muitos conimbricenses, tal como outros democratas portugueses, foram sujeitos durante o fascismo e a que souberam resistir numa luta já «assinada de modo indelével, noutros pontos do País». E, manifestando o desejo de que também Coimbra assinale essa luta, sugerem que nas comemorações do 25º aniversário da Revolução de Abril, em 1999, seja inaugurado na cidade o que «poderia designar-se Monumento da Resistência ao Fascismo».

Para tanto, apelam ao empenho e disponibilização financeira da Assembleia Municipal e do Executivo camarário que deverá proceder desde já à abertura de um concurso para apresentação de projectos.

BRAGANÇA

CTT funcionam mal

«As deficiências no sector da distribuição e as insuficiências no atendimento continuam a agravar-se» na Direcção Comercial dos CTT, há cerca de um ano instalada em Bragança, diz, por sua vez, a Comissão Concelhia do PCP. Cartas registadas com aviso de recepção dirigidas a instituições e entregues a particulares, telegramas que aparecem 5 ou 6 dias depois de enviados em apartados de entidade análoga, troca de correspondência, cartas encontradas na via pública, são algumas das deficiências apontadas pelos comunistas, que consideram ainda as actuais instalações dos CTT «manifestamente insuficientes para o fluxo actual de utentes e demasiado centralizadas dada a dispersão populacional pela área geográfica da cidade». Problemas que são atenuados apenas pela compreensão dos utentes e o empenho dos trabalhadores.

Para atacar esta grave situação, o PCP defende, pois, algumas medidas urgentes que passam designadamente pela criação de condições técnicas e humanas que permitam oferecer «qualidade e segurança» e a abertura de um novo balcão de prestação de serviços dos CTT, na cidade de Bragança.

PR recebe PCP

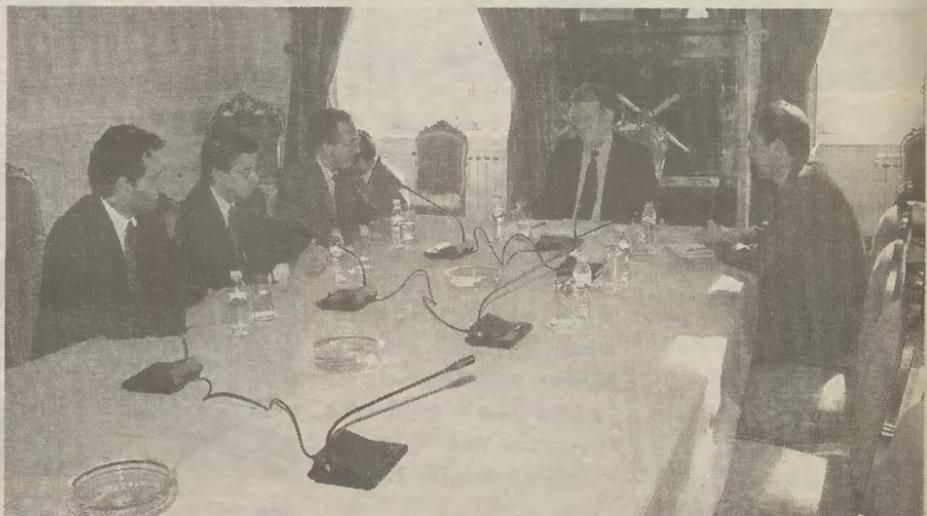
Uma delegação do PCP, constituída pelo seu Secretário-geral, Carlos Carvalhas, é por Luís Sá e Octávio Teixeira, membros da Comissão Política, encontrou-se, na sexta-feira passada, a seu pedido, com o Presidente da República, Jorge Sampaio.

À saída da audiência, em declarações prestadas aos órgãos de comunicação social, Carlos Carvalhas disse ter à delegação falado sobre «os referendos em geral» e manifestado ao Presidente da República a preocupação do seu partido com a questão da democracia portuguesa que pode «ficar fragilizada», sobretudo com a convocação do referendo da Europa.

Ou seja, o PCP foi a Belém dizer que, «independentemente da decisão do Tribunal Constitucional, o sr. Presidente da República não deveria convocar o referendo sobre a Europa porque é um referendo que não tem conteúdo.»

Aproveitando a oportunidade, a delegação do PCP falou sobre a situação social, considerando que «os portugueses não podem ficar à margem do crescimento económico». E, sobretudo em relação aos

reformados, defendeu que o Governo português «tem que ter em atenção as propostas que neste momento se encontram na Assembleia da República» sobre a matéria.



Carlos Carvalhas, Luís Sá e Octávio Teixeira com o Presidente da República

Guimarães

«Novo impulso» frutifica

«Por um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido» é o lema que, após a reunião do Comité Central de 14 e 15 de Fevereiro, tem presidido à discussão e definição de medidas práticas no plano organizativo nas várias organizações do PCP.

Na passada sexta-feira, depois já de ter sido constituída a Direcção Inter-Regional do Norte, foi a vez de os comunistas de Braga anunciarem a criação de dois novos organismos de direcção: um para o vale do

Ave e outro para o vale do Cávado, que não substituem, contudo, «as Comissões Concelhias do Partido como estruturas determinantes no desenvolvimento da actividade partidária ao nível local.»

O organismo para o vale do Ave tem como âmbito geográfico os concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Stº Tirso, Fafe, Vizela, Cabeceiras e Celorico de Basto e a sua composição conta com quadros que desenvolvem actividade nas diferentes áreas da vida laboral, autárquica,

ensino, saúde, empresarial e associativa.

Com a constituição deste organismo - que terá como centro de actividade a cidade de Guimarães -, os comunistas visam aumentar a eficácia e qualificação da sua resposta aos problemas no vale do Ave; o estudo do desenvolvimento da região nas vertentes económica, social, cultural e ambiental; uma melhor articulação entre o trabalho dos comunistas nos órgãos autárquicos, Assembleia da República e Parlamento Europeu; a afirmação do PCP como oposição de esquerda, combativa e consequente, com soluções alternativas às orientações neoliberais do Governo.

Como tarefas imediatas, o organismo do vale do Ave apontou o combate às propostas legislativas do Governo na área laboral e a luta pela regionalização, através nomeadamente de uma campanha «com imaginação» pelo Sim e por uma grande participação no referendo.

A terminar, a nova direcção do PCP para o vale do Ave considera que os trabalhadores, empresários, quadros técnicos e intelectuais da região «são uma riqueza inestimável» que é preciso estimular e valorizar, sendo que, pelo seu lado, os comunistas tentarão contribuir «para o crescimento da massa crítica» e para o encontrar de soluções que garantam a prosperidade e o bem-estar da sua população.

CAMARADAS FALECIDOS

António Diniz Cabaço

Faleceu, com 94 anos, o camarada António Diniz Cabaço, natural de S. Julião do Tojal. De há muitos anos militante do PCP, esteve preso no Tarrafal cerca de 16 anos. O seu funeral, realizado em 24 de Julho, constituiu uma grande manifestação de pesar, cabendo a um ex-tarrafalista fazer-lhe o elogio fúnebre.

Tinha sido recentemente nomeado pela Câmara Municipal de Loures para uma condecoração municipal que foi recebida por familiares seus, em cerimónia pública, no dia 25 de Julho.

Artur Duarte Painço

Faleceu no dia 26 de Julho, após doença prolongada, o camarada Artur Duarte Painço, com 72 anos de idade.

Membro do Partido desde 1976, militava nas organizações de freguesia de Seixal e Amora, sendo um grande amigo e colaborador do «Avante!».

Carlos Jesus Oliveira

Com 80 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Carlos Jesus Oliveira. Militante do PCP desde 1974, estava organizado na freguesia de Apelação.

José Pereira de Sousa

Faleceu recentemente, com 82 anos de idade, o camarada José Pereira de Sousa, operário têxtil reformado, natural e residente em Retorta, Vila do Conde. Preso várias vezes pelas suas convicções, aderiu ao Partido em 1974. Fazia parte da Organização de Vila do Conde.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

SECURITAS não cumpre

Mais uma empresa que não respeita os direitos dos trabalhadores, diz o Sector de Empresas de Lisboa do PCP, referindo-se à SECURITAS e ao que se passou com a maior parte dos vigilantes (se não todos) enviados para a Expo a quem, no decurso da instrução, foram «prometidas» condições de trabalho que na prática se verificaram ser totalmente diferentes.

São as horas nocturnas que são pagas como diurnas; prémios de desempenho que não são pagos; horas extra recebidas como despesas de transporte e sem recibo; instalações degradantes e quase desumanas (para cada turno de 20 trabalhadores existe um único contentor, sem condições de higiene e segurança); serviços de 12 horas de pé, no alcatrão, com temperaturas que chegam a atin-

gir os 48 graus; horários de entrada e saída sem correspondência com os horários dos transportes públicos, enfim... aquilo a que se chama «desumanização do trabalho e falta de respeito pela dignidade do cidadão».

Por outro lado, qualquer trabalhador que reclame melhores condições de trabalho está sujeito a represálias, por vezes ameaçado pelos chefes e deslocado para outro posto de trabalho mais difícil e isolado.

Assim, manifestando a sua solidariedade com as reclamações dos trabalhadores da SECURITAS, o PCP pergunta: «Como e quando actua a tão apregoada Inspeção de Trabalho, num local onde actualmente está exposta a grande montra de Portugal aos olhos do Mundo - a Expo 98?»

Sismo no Faial

Comunistas propõem
plataforma para acorrer
à calamidade

A Direcção do PCP/Açores, representada pelos membros do seu Secretariado, pelo deputado regional e pelo coordenador regional, visitou no passado dia 21 de Julho, na ilha do Faial, as zonas mais atingidas pelo sismo de dia 9 de Julho, onde contactou, conforme foi referenciado na última edição do «Avante!», sinistrados e responsáveis locais.

Com esta acção, o PCP pretendeu «sistemizar o conhecimento adquirido», de forma a participar «com propostas e intervenção própria» no esforço de reconstrução e reabilitação das zonas sinistradas que urge iniciar.

Em conferência de imprensa para balanço da visita, os comunistas açorianos classificaram de «claramente positiva» a avaliação que fizeram às acções de emergência e socorro até à data empreendidas.

A Comissão Local da Protecção Civil «esteve à altura da dimensão da catástrofe», respondendo prontamente às informações objectivas que ia recebendo; o Hospital da Horta e o Centro de Saúde revelaram «elevado grau de prontidão»; a Comissão Regional de Protecção Civil chegou rapidamente e «entrosou-se» bem nos trabalhos já em curso; e os reforços da Protecção Civil foram «rápidos» e «oportunos». Ou seja, a nível dos socorros imediatos «tudo funcionou bem porque funcionou com um claro sentido de solidariedade».

A DORAA faz, entretanto, algumas referências especiais, a primeira das quais dirigida à Associação Faialense de Bombeiros Voluntários, quer pela sua imediata mobilização quer pela sua acção prolongada e permanente, apesar dos problemas que alguns dos bombeiros e suas famílias viviam nas respectivas habitações.

Uma palavra particular foi também para os destacamentos de bombeiros do Pico, São Jorge, Terceira e outros que estiveram no local, assim como para os meios militares que compareceram e para os radioamadores, cujo contributo na eficiência das comunicações foi «inestimável».

Mas também as empresas de construção civil disponibilizaram máquinas e trabalhadores; a EDA e os seus trabalhadores «conseguiram o "milagre" de restabelecer a energia eléctrica» no próprio dia; a Telecom tudo fez para manter operacionais as ligações telefónicas; os trabalhadores dos Municípios, das Obras Públicas, dos Servi-

PCP
solidário

Aquando do grave tremor de terra que atingiu a Ilha do Faial, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, manifestou à Presidência do Governo Regional dos Açores, e por seu intermédio ao povo dos Açores, a «inteira solidariedade» do PCP e os seus sentidos pêsames às famílias enlutadas.

Uma mensagem onde era também deixada uma palavra de reconhecimento pelo trabalho dos Serviços de Protecção Civil local e regional e que Carlos César, Presidente do Governo Regional, agradeceu «sensibilizado» em 14 de Julho.

ços Florestais, dos Serviços Agrícolas, do Instituto de Acção Social e outros foram exemplo de esforço e dedicação; as IPSS deram resposta imediata, principalmente em termos de alimentação dos desalojados; o voluntariado funcionou bem no que respeita ao Banco Alimentar, Caritas e outros organismos; e o Serviço de Protecção Civil e o SIVISA (vigilância sismológica) desde a primeira mantém informada a população sobre a evolução da crise, numa postura de «prevenção, alerta e verdade».

Enfim, uma «onda de solidariedade» que se estendeu a todas as ilhas, a todo o País, às comunidades emigrantes. Contudo, a destruição é muito grande na ilha do Faial e requer medidas no plano legislativo, administrativo e orgânico.

Assim, colocam-se três prioridades para o PCP: adquirir e montar módulos prefabricados em número suficiente, de forma a proceder a um rápido realojamento; criar um quadro legislativo próprio; criar um órgão de coordenação das acções de reconstrução, reabilitação, ordenamento e apoio aos desalojados e sinistrados.

Designadamente em relação ao quadro legislativo, há que definir juridicamente o conceito de sinistrado e a natureza dos apoios, assim como a situação das famílias com encargos bancários sobre residências e bens destruídos; o direito dos idosos a residência própria; a situação dos comerciantes com estabelecimentos destruídos; a situação e direitos dos desalojados que são inquilinos.

Quanto ao órgão de coordenação, ele deve integrar os municípios das áreas afectadas, ter um acompanhamento governamental directo e situado no terreno e dispor de um «staff» técnico credenciado, multidisciplinar e «caldeado com técnicos experientes em situações deste tipo.»

Para os comunistas, a urgência não pode servir de álibi para que «se trabalhe mal» e «se não faça justiça a todos os sinistrados».

Pelo seu lado, o PCP dispõe-se a contribuir para a definição do quadro jurídico na Assembleia Legislativa Regional e nos órgãos em que participa e ainda em diálogo directo com o Governo Regional, a quem, aliás, já pediu uma audiência para lhe dar a conhecer as suas opiniões, avaliações e propostas.

Finalmente, o PCP/Açores lembra que aos prejuízos das intempéries de 96 e 97 ainda por recuperar há que juntar agora os muitos milhões de contos necessários à reconstrução das zonas sinistradas e que os meios financeiros regionais são escassos. É por isso «indispensável» não só a solidariedade nacional e a cooperação comunitária, como a existência de «um quadro de estabilidade política» que permita a rápida recuperação das infra-estruturas, rede viária, áreas produtivas e habitações.

Uma estabilidade que não é compatível com «jogos de poder», razão por que o PCP propõe a todos os partidos parlamentares e ao Governo Regional o estabelecimento «de uma plataforma mínima que permita a aprovação no ano corrente e no próximo ano de Orçamentos adequados às necessidades e à urgência que a recuperação das calamidades impõe».

Os açorianos nunca compreenderão, garante o PCP, que não se faça tudo para que a Região disponha dos meios orçamentais adequados a uma boa solução dos problemas provocados pelas calamidades que os Açores enfrentaram.



Festa do «Avante!»

Jornadas
juntam «o útil
ao agradável»

A pouco mais de um mês da Festa, as jornadas de trabalho prosseguem na Atalaia a um ritmo cada vez mais intenso.

Porém, para quem nunca tenha participado no trabalho preparatório da Festa em anos anteriores - só conhecendo a Festa pelo que ela apresenta nos dias em que se abre ao público -, se lá for agora arrisca-se a um enorme susto. Uma paisagem de fios eléctricos e tubos de ferro coloridos, uns já armados e outros caídos no chão, à espera que uma mão amiga os levante, dão, de facto, ao «estreado» uma imagem algo assustadora do trabalho que o aguarda.

Os troncos nus, as caras suadas mas sorridentes, as roupas pintadas, a piada brejeira dos mais velhos, a gargalhada sonora dos mais jovens, a manifesta alegria que paira no ar, encarregam-se, entretanto, de desanuviar o cenho franzido dos que pela primeira vez se propuseram ajudar à edificação da Festa!

Porque a verdade é só uma: quem uma vez participa na construção desta espantosa iniciativa dos comunistas portugueses que é a Festa do «Avante!» nunca mais deixa de participar.

Não por ser obrigado, obviamente... mas por opção. Porque reconhece que há festa nesta forma de fazer a Festa. E nesta forma de juntar trabalho e confraternização, responsabilidade e divertimento, política e alegria, reconhece uma forma de se enriquecer como pessoa e como comunista, a sua forma de estar no mundo.

Os veteranos explicam-lhe que todos os anos é assim: «Pensamos sempre que vai ser difícil ter tudo pronto no dia da abertura, mas a verdade é que está sempre.» É certo que, às vezes, já as portas da Festa estão a abrir e ainda se vêem os «construtores», todos sujos, a correr de um lado para o outro, a esconder tintas e pincéis e a exibir um *stress*, por vezes exuberante, que dias e dias de muito trabalho fizeram acumular. Passadas, porém, as duas primeiras horas, lá aparecem eles, lavados de fresco, com a alegria e o orgulho estampados na cara, prontos para comer uma fatia de leitão na Bairrada ou uma espetada de boa carne na Madeira, a beber uma «caipirinha» no Brasil ou um «cocktail» no Algarve. E ainda, na maioria das vezes, a participar nos turnos que durante os três dias da Festa se revezam para melhor receber os visitantes da Festa. Daquela verdadeira cidade de alegria e fraternidade que (sem dinheiro) só os comunistas seriam capazes de edificar!

Acredite-se ou não, não se está a vender «gato por lebre». Quem nunca participou, que o faça e confirmará!



Vila Real

Agricultura requer mais verbas

Nos encontros que manteve com o Conselho Agrícola de Vila Real e a Direcção da Casa do Douro, a Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP teve oportunidade de avaliar a situação da agricultura e vitivinicultura na região, cujos problemas vai levar à Assembleia da República e ao Ministério da Agricultura através do seu Grupo Parlamentar.

Entretanto, constatou uma si-

tução que lhe suscita desde já as mais vivas preocupações: é, nas frutas, a perda das produções de pêra, maçã, cereja, pêssego, etc.; no olival, a existência de uma quebra média de mais de 30 e, em alguns concelhos, até 50%; no amendoal, uma quebra de cerca de 50%; na vinha, nomeadamente no Douro, a quebra da produção é de da ordem dos 30% em relação a 1997, ano em que produção ficou já aquém da média

dos últimos dez anos, nos cereais, nomeadamente no centeio, as sementeiras que o mau tempo não deixou que fossem as previstas.

Assim, considerando que a perda de produção vai no segundo ano consecutivo, a DORVIR propõe que o Governo decrete a *Calamidade Agrícola e accione o Fundo de Calamidades, com reforço de verbas*, para que não se repita a situação de 97, em que muitos produtores ficaram

sem subsídios e a outros foram atribuídos subsídios ridículos.

Considerando ainda que os vitivinicultores do Douro, região de monocultura, contribuem com mais 180.000 contos/ano para o Seguro Colectivo/Fundo de Calamidade, os comunistas defendem ainda que o Governo crie desde já uma linha de crédito, por si assumida, para preparar a campanha vitivinícola de 1999.

O mar é património comum

“Os Verdes” lembram, em Sintra, que «o mar é património comum e é responsabilidade comum preservá-lo». Um objectivo a que se impõe dar-lhe conteúdo na prática política.

A necessidade de «compromissos precisos, definidos no tempo, que responsabilizem cada Estado participante por tomar medidas preventivas, de

conferência de imprensa realizada enquanto decorria em Sintra a Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Nordeste Atlântico (OSPAR).

Oceanos. Uma decisão que «finalmente se faz eco dos apelos que os partidos verdes e ecologistas há muito vinham lançando» e que radica na crescente consciência «da importância que os oceanos assumem como fonte geradora de vida e património comum da Humanidade».

meios que permitam uma eficaz fiscalização na ZEE (zona económica exclusiva) e nos nossos portos; urgência máxima na aquisição de um navio de combate à poluição; controlo rigoroso dos produtos químicos e pesticidas utilizados na agricultura; fiscalização eficaz e responsabilização das



A barra do Tejo

protecção eficaz dos ecossistemas e de preservação da diversidade biológica do meio marinho» foi defendida pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, em

O documento do Partido Ecologista começa por sublinhar a importância da decisão da ONU de declarar 1998 como Ano Internacional dos

Neste quadro, “Os Verdes” entendem que Portugal tem «responsabilidades próprias e acrescidas», e apresentam um amplo conjunto de exigências, reclamando, antes do mais, a *desnuclearização* dos mares portugueses.

“Os Verdes” exigem assim, ao governo português: o fim da imersão de material bélico no mar; a definição de normas para circulação de navios que transportem substâncias tóxicas; a discussão pública e definição de um plano de redução, substituição e/ou eliminação de substâncias tóxicas utilizadas nos processos produtivos; prioridade para aquisição dos

indústrias poluentes; informação aos pescadores e melhor fiscalização das práticas piscatórias; normas de segurança que permitam a redução de acidentes em navegação; uma política integrada de ordenamento da costa e gestão do mar.

A concluir, o Partido Ecologista lembra que é por iniciativa de Portugal que este é o ano que tem como objectivo «consciencializar para a importância dos oceanos para o futuro da Humanidade», cabendo agora ao governo português «assumir a importância desse objectivo e dar-lhe conteúdo na prática política».

Conservação da Natureza Sem dia ou hora marcados

Em véspera do Dia Nacional da Conservação da Natureza, “Os Verdes” sublinham, em comunicado de imprensa, a necessidade de não se ficar pelos dias e anos especiais. Um assinalar de datas especiais que não leva a que «à conservação da natureza, como às restantes questões ambientais, seja dada a merecida importância pelo governo».

A questão que se coloca à partida, afirma-se no documento do Partido Ecologista, é que «em Portugal prevalece ainda uma visão redutora da Conservação da Natureza, restringindo-se a sua acção quase exclusivamente às áreas protegidas e, mesmo estas, debatendo-se, como todos sabemos, com inúmeras dificuldades para ultrapassar as ameaças que sobra elas pairam».

A Conservação da Natureza deveria entretanto estender-se a outros domínios tão importantes como a agricultura, a indústria extractiva, a política de pescas, portos e transportes, o Plano Rodoviário Nacional e o ordenamento urbano, a densificação do litoral e a desertificação do interior, a limpeza e desobstrução das linhas de água e a revalorização das frentes ribeirinhas dos pólos urbanos.

“Os Verdes” lembram que grande número de áreas protegidas portuguesas continuam sem planos de ordenamento. Em 23 são 16 as áreas protegidas (excluindo os monumentos naturais) que «continuam a não dispor do instrumento fundamental para correcta gestão dos recursos que se visa preservar através da classificação».

É o caso dos Parques Naturais de Montesinho, do Alvão, de S. Mamede, da Arrábida e do Guadiana, e das Reservas Naturais da Serra da Malcata, da Berlenga, dos Estuários do Tejo e do Sado. Estas duas últimas alvo de uma enorme pressão em termos urbanos e industriais.

O documento dos ecologistas considera particularmente grave a ausência de uma Estratégia Nacional da Conservação da Natureza, entretanto prevista na Lei de Bases do Ambiente desde 1987, e refere, como relevante, o processo de Avaliação de Impacte Ambiental, de que a actual lei «não cumpre os objectivos de prevenção da prática de atentados contra a natureza e as pessoas, e de escolha do local mais indicado para a realização de determinado projecto».

“Os Verdes” colocam ainda uma questão particularmente importante – o facto de a conservação da natureza andar aliada, no nosso país, a um relativo desfavorecimento, em termos económicos, das áreas protegidas. Uma lógica que – alertam “Os Verdes” – tem de ser invertida, «sob pena de as populações se virarem contra a preservação, quando o que se pretende é exactamente a consciencialização de todos para as questões ambientais».

Declaração de Sintra

A reunião, em Sintra, de ministros da Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Nordeste Atlântico (OSPAR), terminou com a assinatura de uma Declaração que surge como mais um passo para a despoluição dos mares.

O apoio à protecção da diversidade marinha, o controlo das substâncias químicas e eliminação das radioactivas líquidas até 2020 e as excepções admitidas à obrigatoriedade de desmantelamento das plataformas no mar, foram os principais pontos da Declaração de Sintra.

O encontro chegou a um consenso relativamente ao número de plataformas petrolíferas que será possível deixar no oceano após o fim da exploração, estabelecendo em 40 o número máximo permitido. Só as bases das estruturas que pesam mais de dez mil toneladas poderão permanecer no mar após a desactivação. O resto das plataformas será desmantelado em terra para reutilização ou reciclagem. O processo terá de ser iniciado até 9 de Fevereiro de 1999.

A questão das emissões de efluentes radioactivos líquidos ocupou grande parte dos trabalhos, tendo ficado decidida uma redução das emissões até ao nível zero até ao ano 2020.

O anexo à Convenção agora assinada é dedicado à protecção dos ecossistemas e diversidade marinha, que pode ser afectada em resultado das actividades humanas e, ao mesmo tempo, implica medidas para acudir às áreas marinhas prejudicadas.

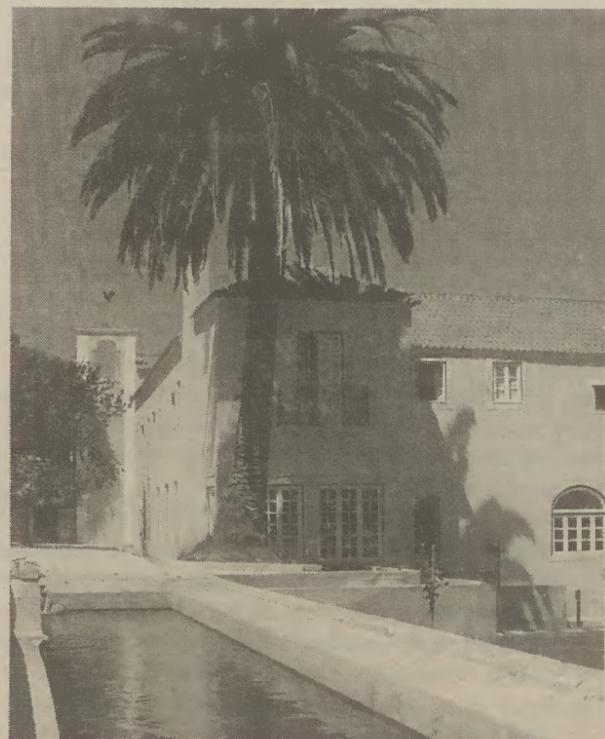
Elaborar uma lista sobre as actividades humanas que possam ter impacto no meio, eleger as actividades prioritárias sobre as quais devem ser desenvolvidos programas e identificar as espécies, habitats e ecossistemas marinhos que necessitam de ser protegidos, conservados ou restaurados, são alguns dos itens constantes do novo anexo.

O controlo das descargas, emissões e perdas de substâncias perigosas, com a sua substituição por outras menos agressivas para o ambiente – tendo como meta a eliminação até ao ano 2020-, foi outra das conclusões da reunião.

A Declaração de Sintra reserva ainda uma parte para a cooperação internacional, reafirmando a necessidade de intensificar as relações com outras organizações, no sentido de reduzir as consequências ambientais de certos rios e outros oceanos no Atlântico Nordeste.

Inaugurado com a presença do Presidente da República

Loures tem novo Museu Municipal



O novo Museu Municipal de Loures

O Município de Loures dispõe, desde o passado fim-de-semana, de um novo Museu Municipal. Instalado na Quinta do Conventinho, Mealhada, este importante equipamento foi inaugurado no domingo em cerimónia a que esteve presente o Presidente da República, Jorge Sampaio, que interveio após discurso de boas vindas do presidente da Câmara, Demétrio Alves.

Adquirido recentemente pelo município, este conjunto patrimonial - cuja construção remonta a 1575 e no qual viveram os frades Capuchos - é um exemplar único desta arquitectura conventual em Loures.

Situado a dois quilómetros de Loures, na encosta da

Mealhada, o Museu Municipal “Quinta do Conventinho” está localizado numa das mais belas quintas do concelho, beneficiando de uma localização e enquadramento privilegiados, com acesso directo à Estrada Nacional 8.

O novo Museu que integra um centro de documentação sobre a história do concelho, salas de reservas arqueológicas, etnográficas e de transportes e utensílios saloios, exposições temporárias, *ateliers*, uma cafetaria, uma loja municipal (venda de artesanato, livros, discos, postais, vídeos, etc.) e uma capela, está inserido numa agradável e ampla zova verde, onde relevam os jardins e as hortas pedagógicas.

Sim à regionalização

A direcção da Casa do Alentejo decidiu, por unanimidade, defender o Sim à regionalização no referendo que irá ser realizado. Reiterando ainda a sua posição quanto ao facto de exigir, de acordo com o seu lema - Alentejo, um povo, uma cultura, uma região -, uma só região para o Alentejo.

Professores tomam posição

Em comentário ao texto apresentado pelo Ministério da Educação em conferência de imprensa, a direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) levanta algumas questões. Segundo o SPGL, as alterações anunciadas para os currículos do ensino básico e secundário são extremamente confusas e/ou questionáveis, nomeadamente no que respeita à redução da carga lectiva para 25 horas, à questão da obrigatoriedade da Educação Tecnológica, a eventual substituição dos actuais apoios pedagógicos acrescidos por horas de estudo, a concretização da área projecto e ainda a ausência de qualquer referência às Escolas Profissionais. O Sindicato refere ainda as medidas anunciadas em torno da Educação Pré-Escolar, criticando a ausência de referências à necessária aproximação dos vencimentos dos educadores das IPSS's aos da rede pública, a necessária estabilização do corpo docente e os métodos de avaliação do sistema educativo, considerando sem sentido que se recorra a um sistema universal de provas. A concluir, o Sindicato dos Professores considera que ao ME «continuam a faltar as linhas de rumo claras para a melhoria efectiva e global do sistema de ensino».

Soldados indonésios saem de Timor

Um primeiro contingente de cerca de 400 soldados, entre os quais uma companhia de comandos pára-quadristas, abandonaram Timor-Leste terça-feira passada. A retirada prevista para os próximos dois meses elevará o total de tropas que saem do território ocupado há mais de 20 anos pela Indonésia a um batalhão inteiro, cerca de 600 homens, devendo o seu apoio logístico permanecer em Timor. Um responsável militar estima que os efectivos militares totais indonésios em Timor-Leste deve ascender a 12 700 homens. O anúncio da retirada foi feito após a visita à capital indonésia e a Timor-Leste do representante do secretário-geral das Nações Unidas, Jamsheed Marker.

Manifestação de agricultores

Representantes de 20 associações agrícolas estiveram presentes numa manifestação de agricultores realizada segunda-feira nas Caldas da Rainha. Em causa está o pedido de declaração de calamidade e o acesso ao respectivo Fundo de Apoio, exigido pelos agricultores da Região Oeste, após a destruição das culturas de maçã e pêra rocha, na sequência das intempéries que ocorreram nos primeiros meses do ano. A Confederação dos Agricultores de Portugal, que organizou esta manifestação, exige ainda a criação de uma linha de crédito a médio prazo, entre seis e oito anos, com um período de carência de dois anos e taxa de juro totalmente bonificada.

CDU/Açores defende Universidade da Horta

Em moção, aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal da Horta, a CDU/Açores defende o financiamento da construção das novas instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores na cidade da Horta e a manutenção dos três Pólos Universitários da Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. A CDU/Açores considera que «essa tripolaridade corresponde à necessidade inquestionável de, através da valorização dos três pólos urbanos antigos e principais, se possibilitar o desenvolvimento harmónico e equilibrado de toda a Região» e que seria muito grave que essa tripolaridade fosse posta em causa. «A permanência da Universidade e do DOP na Horta é essencial ao desenvolvimento cultural, económico e social desta área do arquipélago», defende a moção.

Campo de arqueologia na Quinta do Almaraz

Terminou quarta-feira o 1º Campo Internacional de Arqueologia, na Quinta do Almaraz, em Almada, realizado por iniciativa do Núcleo de Arqueologia e História do Museu Municipal da Câmara. O Campo contou com a presença de cerca de 20 estudantes de várias nacionalidades - portugueses, espanhóis, tunisinos e palestinianos -, e teve como objectivo a troca de experiências científicas entre jovens da bacia do Mediterrâneo que mais directamente se relacionam com os achados arqueológicos efectuados na Quinta do Almaraz, um importante entreposto comercial da Idade do Ferro e onde é possível encontrar objectos provenientes da Fenícia, Egipto e Grécia. Este entreposto comercial floresceu entre os séculos VIII e II antes de Cristo. O segundo objectivo do Campo Arqueológico é fomentar laços de amizade e cooperação em torno dos países mediterrânicos. O encerramento do Campo decorreu na sala polivalente do Fórum Municipal Romeu Correia, com a avaliação científica e entrega de diplomas de participação.

CNA exige medidas urgentes

«O momento é de extrema gravidade e a situação não se compadece com hesitações, nem com argumentos de dificuldades financeiras e/ou orçamentais.» Foi isto, em síntese, que a CNA veio dizer, em conferência de imprensa, reclamando a declaração do «estado de calamidade» para as culturas e regiões afectadas. Porque o que está em causa é «o futuro da agricultura e dos agricultores portugueses».



Conferência de imprensa da CNA

A agricultura portuguesa vive momentos particularmente difíceis. A situação actual é de um enorme endividamento, com grande parte a constituir dívidas a curto prazo; uma quebra brutal das produções em função das aleatoriedades climáticas; a invasão do país e das grandes superfícies pelos produtos estrangeiros, nomeadamente carne, frutas, leite e vinho.

Pelas estimativas da Confederação Nacional da Agricultura - CNA e associadas, divulgadas em documento entregue à imprensa, o total de perdas é de 98 milhões de contos.

Concretamente, não vai ser possível a sementeira de cereais de Outono/Inverno em mais de 70% da área normal, o que acarreta perdas de produção na ordem de 12 milhões de contos, apenas em grão; a diminuição da

produção de vinha, que afecta particularmente Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Ribatejo e Oeste e Beira Litoral é estimada em 36 milhões de contos; o conjunto das perdas de produção de frutas, atingindo maioritariamente o Ribatejo e Oeste, Trás-os-Montes, Beira Interior, Beira Litoral e Entre Douro e Minho, orça pelos 23 milhões de contos; para o olival as perspectivas são más, estimando-se uma quebra de produção, com maior incidência em Trás-os-Montes e no Alentejo, na ordem dos 6 milhões de contos.

Este o quadro que amplamente justifica as sucessivas propostas de reunião dirigidas ao ministro da Agricultura, em Janeiro e em Junho, todas elas recusadas, e a reclamação de que seja declarado o «estado de calamidade».

Medidas urgentes

Este balanço do estado actual da agricultura, que está a levar ao desespero produtores e cooperativas, impõe naturalmente respostas adequadas.

Neste quadro, a CNA propõe algumas medidas urgentes a tomar pelo governo.

Antes do mais, a declaração do «estado de calamidade» e o accionamento do Fundo de Calamidades, «com o reforço financeiro necessário para que não aconteça o mesmo do ano passado em que, por falta de reforço desse mesmo fundo, dos 13 milhões de contos de subsídios/indemnizações apurados pelo próprio governo, os agricultores apenas receberam 4,5 milhões».

Mas também: o pagamento a 100% dos prejuízos causados pelas intempéries, enquadrando-os no âmbito do fundo de calamidades do SIPAC; um pedido à União Europeia de medidas especiais de apoio financeiro; o prorrogamento dos prazos de pagamento de dívidas anteriores; a transferência para dívida a 3 anos do Crédito de campanha deste último ano; a atribuição, a título de excepção, de uma percentagem da indemnização aos agricultores ainda não aderentes ao SIPAC.

«Se não forem tomadas, e depressa, estas medidas, fica realmente em perigo o futuro da agricultura e dos agricultores portugueses», conclui a CNA.

O dinheiro que não há Ou talvez haja...

Cerca de dois milhões de contos em 1998. A tanto se resume o crédito disponibilizado pelo Estado para a agricultura em crise. E destinado apenas aos agricultores dos concelhos com quebras superiores a 50% e que fizeram seguro de colheita.

As estimativas do custo orçamental desta linha de crédito foram feitas, não com base nos problemas reais - o ministro da Agricultura diz desconhecer quantos agricultores viram a sua produção profundamente afectada pelas intempéries - mas com base no que o Orçamento de Estado poderia disponibilizar.

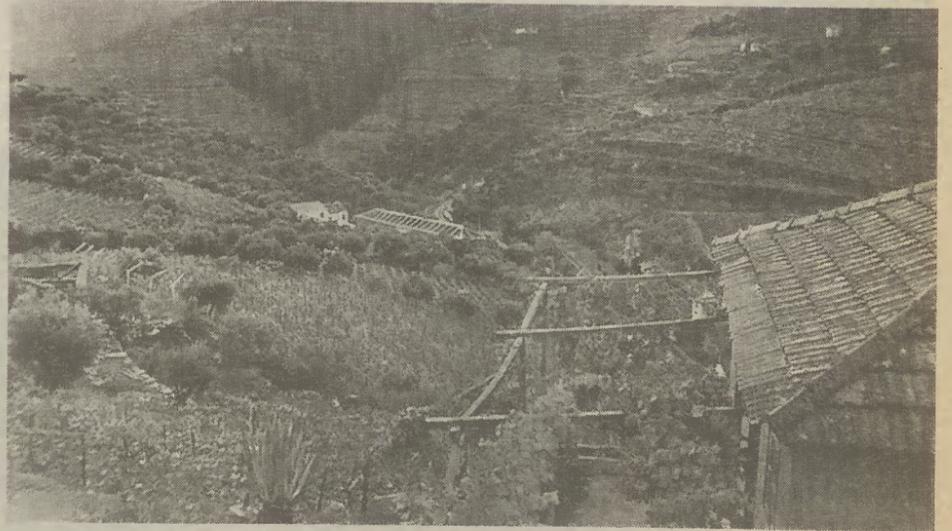
Entretanto, os cálculos dos técnicos do próprio Ministério indicam que a maioria dos concelhos foi atingida e que, no que respeita aos cereais e em particular ao trigo - com particular incidência no Ribatejo e Oeste - a produção de 1998 representou menos 95 por cento do que a produção média anual do quadriénio 1994-97.

Quanto ao dinheiro que se diz não haver, a CNA, no documento divulgado na conferência de imprensa que referimos, levantou algumas questões pertinentes:

- O Orçamento comunitário (FEOGA-Garantia), nas Ajudas à

Superfície e o Orçamento português (Ajuda Especial aos Produtores de Cereais) vão economizar 11 milhões de contos, por sementeiras de Outono/Inverno que não puderam ser feitas e por cereal não produzido, logo não comercializado.

- Se «agora há mais 55 milhões de contos para meia dúzia de grandes proprietários absentistas, também tem que haver dinheiro para acudir às dezenas de milhares de agricultores afectados pelas intempéries».



A vinha é uma das produções mais afectadas pelas intempéries

CDU/Madeira Acesso aos bens culturais

No âmbito do projecto promovido pela CDU/Madeira, *Nova política, novo desenvolvimento*, decorreu sábado passado, no Funchal, um debate sobre questões de cariz cultural e, concretamente, o *Acesso aos bens culturais*.

A iniciativa contou com a presença e participação de Antonieta Saragoça Santos, responsável pela área cultural da Câmara Municipal de Palmela.

No debate, a política desenvolvida pelo Governo Regional foi criticada como sendo de anestesiamiento puro e simples, do género *pão e circo*.

A título de exemplo foi referida a total falta de apoios às bibliotecas, elementos dinamizadores do desenvolvimento cultural das populações.

O Governo regional dá-se mesmo ao luxo de encerrar bibliotecas e as poucas bibliotecas públicas existentes funcionam mal, com horários completamente desajustados dos horários das populações. Algumas assemelham-se mais a armazéns de livros, completamente despidas do seu papel de veículo de dinamização cultural.

Antonieta Santos deu bons exemplos do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Palmela no campo da cultura, no qual sempre foi privilegiada a participação de todas as camadas sociais, numa autêntica socialização da cultura e de uma sólida envolvimento entre os actores e agentes culturais.

Eleições na Coreia do Norte...

M. Kim Jong Il foi reeleito líder do parlamento norte-coreano, nas eleições realizadas no passado domingo. Kim Jong Il acumula ainda os cargos de secretário-geral do Partido do Trabalho da Coreia e comandante supremo do Exército Popular da Coreia.

... e no Cambodja

As eleições legislativas do Cambodja realizaram-se no domingo, com uma participação de 90 por cento. O Partido do Povo Cambodjano, dirigido por Hun Sen, é apontado como o provável vencedor. Calcula-se que ficará com 55 por cento dos votos e 67 dos 122 deputados da Assembleia Nacional. Segundo as projecções, nenhum dos 39 partidos que concorreram reunem os dois terços dos lugares no parlamento para governar sozinho. O Grupo de Observação Internacional Conjunto, que agrupa 420 observadores de 40 países, considerou que o escrutínio e a contagem de votos decorreram de forma «livre e honesta» e apelou aos partidos que aceitem os resultados.

PT reunido em Espanha

O II Encontro dos Núcleos do Partido dos Trabalhadores (Brasil) na Península Ibérica decorreu em Santiago de Compostela, entre 24 e 26 de Julho, com a participação de 30 pessoas e a presença de representantes do PCP, da Esquerda Unida de Espanha, da Central Intersindical Galega e do Bloco Nacionalista Galego. Entre outros temas, foi debatida na iniciativa a conjuntura brasileira no contexto internacional, a emigração, a solidariedade nacional e a organização partidária no estrangeiro.

Tornado e inundações na China

Pelo menos 13 pessoas morreram e quatro desapareceram na província de Jiangxi, no leste da China, na sequência de inundações e de um tornado que assolou a região do lago Boyang

Iraque

Mais opositores executados

O regime de Saddam Hussein continua a executar opositores. Segundo o Partido Comunista do Iraque, calcula-se que mais de 1500 pessoas foram mortas desde Julho do ano passado.

O Partido Comunista do Iraque (PCI) denunciou recentemente uma nova onda de execuções de opositores políticos ao regime liderado por Saddam Hussein. De acordo com o PCI, esta campanha teve início em meados de Julho do ano passado e visa essencialmente os participantes na revolta popular de Março de 1991. Calcula-se que mais de 1500 pessoas foram já mortas.

Nas províncias de Najaf, Babel e Kerbala mais de 30 cadáveres de detidos foram devolvidos às suas famílias em Maio e Junho. Em outros casos, as autoridades apenas

entregaram certidões de óbito ou informaram os parentes das execuções.

«Centenas de outras pessoas, que estão injustamente detidas nas prisões de Saddam, são ameaçadas com morte iminente. Neste preciso momento, enquanto estas palavras estão a ser escritas ou lidas, a vida de uma nova vítima inocente pode estar a ser brutalmente exterminada», lê-se numa nota de imprensa.

Os comunistas iraquianos pedem mais uma vez aos representantes das Nações Unidas e das organizações dos direitos humanos a

«encetarem esforços para pôr fim a estes massacres e para prevenir que sejam cometidos novos crimes pelos governadores sangrentos de Bagdad».

Para isso apresentam nomes de diversos familiares de vítimas de execuções dispostos a testemunhar as suas experiências e a conceder todas as informações que dispõem nomeadamente sobre as condições das detenções, as prisões e as execuções.

Curdos deportados

Ao mesmo tempo, o governo iraquiano está a levar a cabo uma campanha de deportação de curdos. O PCI obteve uma lista com nomes

de 114 famílias (num total de 731 pessoas) que foram expulsas do país entre Janeiro e Abril deste ano.

Em Maio, as autoridades admitiram publicamente pela primeira vez a existência da deportação em massa de curdos, no âmbito da sua política de «limpeza étnica». O general Hamid Othman Sabi, responsável pela polícia iraquiana, confirmou que as casas dos deportados foram confiscadas e entregues a árabes.

Um dos momentos mais marcantes desta campanha teve lugar durante os censos. Os curdos e os turcos foram pressionados a inscrever-se como árabes e quem se recusasse ficaria no desemprego ou ser-lhe-ia retirado o direito de comprar propriedades.

Argélia

Violência continua

A violência voltou a fazer vítimas na Argélia: na madrugada de domingo, 20 pessoas foram barbaramente assassinadas no oeste argelino.

Uma acção entendida como um aviso à missão da ONU de que não haverá paz no país sem a integração da Frente Islâmica de Salvação nas iniciativas para a saída da crise.

A delegação da ONU que se deslocou à Argélia, constituída por seis personalidades e chefiada por Mário Soares, tem mantido contactos com diversos sectores da sociedade argelina, desde as entidades oficiais à oposição, tendo sido já alvo de críticas na imprensa local, por alegadamente apelar ao diálogo «com os padrinhos dos criminosos», como afirmava há

dias o «La Nouvelle République», legendando uma fotografia tirada no local do massacre de Tlemcen, onde 12 pessoas foram degoladas por grupos armados fundamentalistas.

Diferente é a posição defendida pelo antigo grupo de Santo Egídio (formado em 1994, na Comunidade do mesmo nome, por várias personalidades de partidos da

oposição argelina), que esta semana voltou a apelar à reconciliação nacional.

Num documento divulgado por seis dessas personalidades - e assinado designadamente por Ahmed Ben Bella, primeiro presidente da Argélia, Ali Yahia Abdemour, presidente da Liga da Frente de Libertação Nacional (FLN, ex-partido único) e Abdelkader Hachani, número três da Frente Islâmica de Salvação (FIS, dissolvida) - apela-se à paz e à reconciliação, propondo-se a realização de uma «conferência nacional» que reúna todas as forças políticas sem excepção.

O grupo, que não integra

nomes de responsáveis da FFS (Frente das Forças Socialistas) e do PT (Partido dos Trabalhadores), que assinaram o acordo de Roma, recorda que «o apelo à trégua», feito pelo AIS (Exército Islâmico de Salvação), braço armado da FIS, em Outubro passado, deve ser tomado em conta para se criar as condições de uma verdadeira estratégia política para a saída da crise.

O documento sublinha ainda que «qualquer manobra, manipulação ou falsa solução só servirá para modificar a esperança levantada por este apelo ao acesso a uma paz digna, justa e definitiva»



A violência continua a fazer parte do quotidiano argelino, semeando o terror e o sofrimento entre a população

Cuba Fidel critica EUA

Os Estados Unidos «são culpados por acção ou por omissão» de acções terroristas contra Cuba, acusou no domingo o presidente cubano, Fidel Castro, ao discursar nas comemorações do «Dia da Rebelião Nacional», no 45º aniversário do ataque ao Quartel de Moncada.

Segundo Fidel Castro, os serviços de espionagem dos Estados Unidos, em colaboração com organizações anticomunistas, fizeram explodir um avião cubano nos Barbados em 1976, colocaram bombas no ano passado em hotéis da ilha com o objectivo de sabotar o turismo e atentar contra a economia cubana, e tentaram assassiná-lo várias vezes.

O líder cubano fez no entanto questão de sublinhar que não culpa «destes actos a actual administração dos Estados Unidos».

Na mira das críticas de Fidel esteve a Fundação Nacional Cubano-Americana (FNCA), a principal organização anticomunista sediada em Miami, classificada de «instituição terrorista».

«A FNCA financiou planos terroristas contra Cuba», denunciou Fidel Castro, «garantindo que Jorge Mas Canosa, falecido em 1997, «foi um dos líderes das acções terroristas».

«Clinton foi miseravelmente enganado, apresentaram-lhe uma fundação supostamente pacífica quando se tratava de uma fundação terrorista» disse, manifestando a esperança de que «as autoridades norte-americanas tomem as medidas apropriadas para pôr fim a este tipo de actividade».

Fidel Castro informou, entretanto, que se deslocará em Outubro a Portugal para participar na cimeira ibero-americana.

«Uma mensagem», ironizou, para os que pretendem assassiná-lo.

«Todos esses grupos facinorosos se consideram com o direito de organizar uma caçada cada vez que saio deste país» declarou Fidel, acusando os serviços de espionagem dos Estados Unidos, em colaboração com organizações anticomunistas, de pretenderem assassiná-lo.

«Creio que ostento o duvidosamente estimulante recorde de ter sido alvo de mais planos de atentados que algum outro político em qualquer país ou época», afirmou Fidel Castro.

Apesar desta realidade, Cuba está disposta a cooperar com Washington na luta contra o terrorismo e o tráfico de droga, como lembrou o presidente cubano: «A nossa cooperação seria útil (...) mas os Estados Unidos não aceitaram a oferta por soberba e arrogância.»

Guiné Diplomacia cala armas

As negociações entre representantes das autoridades guineenses e da Junta Militar, mediadas pelo «grupo de contacto» constituído pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), saldaram-se por um acordo de tréguas em vigor desde segunda-feira. As armas calaram-se, temporariamente, e a Guiné vive os primeiros dias de calma desde o início dos confrontos, há quase dois meses.

O memorando de entendimento entre delegações das partes em conflito foi assinado domingo na fragata «Corte Real» da Armada Portuguesa, estacionada ao largo de Bissau. Para o secretário executivo da CPLP, Marcolino Moco, esta primeira vitória diplomática do grupo de contacto, presidido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, José Luís de Jesus, constitui uma «prova de bom senso» e representa um «primeiro

passo para o regresso da normalidade institucional e da paz na Guiné-Bissau».

O memorando, que abre caminho para as negociações para pôr fim à guerra na Guiné, foi rubricado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros interino João Cardoso, em representação do governo guineense, e pelo tenente-coronel Emílio Costa, pela Junta Militar.

Nos termos do documento, as negociações de paz propriamente ditas devem come-

çar num prazo de oito dias a contar da assinatura do memorando, a bordo da fragata «Corte Real» e em águas guineenses, esperando-se que permitam encontrar uma via de diálogo e o regresso à normalidade, o mais depressa possível.

A grande incógnita deste processo reside na aceitação do cessar-fogo pelo exército senegalês. Embora até ao encerramento da nossa edição não se tenham registado incidentes, muitos observadores consideram estar longe de ser pacífica a retirada incondicional do Senegal, sobretudo tendo em conta as alegadas ligações entre os revoltosos guineenses e os rebeldes de Casamansa.

Dúvidas que não se justificam, segundo João Cardoso, que em notícias veiculadas

pela Lusa rejeitou a individualização daquela força militar.

«Não percebo por que individualizar este ou aquele exército. Há um conjunto de tropas aliadas que está a trabalhar connosco no sentido de restabelecer a paz», garantiu, adiantando que «as ordens das autoridades têm sido cumpridas» e que «as instituições eleitas têm funcionado». Já no respeitante à deposição das armas pelos militares revoltosos, Zamora Induta, representante da Junta Militar, informou que esta dependerá do evoluir das negociações.

Quanto ao futuro dos militares da Junta, Zamora afirmou que o seu desejo é voltar aos quartéis. «Não pretendemos poder nenhum, não pretendemos assaltar o poder»,

disse, reafirmando que a revolta visou «pura e simplesmente» a «reposição da justiça para que haja uma democracia plena e paz verdadeira sem ser por via das armas».

O grupo de contacto da CPLP prossegue entretanto as diligências para avançar no processo de paz. Para amanhã está agendada uma reunião técnico-militar na ilha do Sal, em Cabo Verde, onde será analisada a composição da força a enviar para a Guiné, até ao fim da primeira semana de Agosto, com a missão de observar o cumprimento da trégua pelas partes em confronto. Esta força de observação, decidida no memorando de entendimento, integrará um grupo de observadores militares dos países lusófonos, no máximo de três por país.

durante quatro horas. Várias províncias estão em estado de alerta, a maioria situadas a sul do rio Yangzé. Desastres naturais como inundações, tremores de terra e aumento dos caudais dos rios provocaram já 1650 mortos desde Março.

UE pede fim de ensaios nucleares

Discursando em Manila no Forum Regional da Asean, o representante da União Europeia na iniciativa, o vice-chanceler austríaco Wolfgang Schuessel, pediu à Índia e ao Paquistão para não tomarem decisões desastrosas no campo nuclear. «A União Europeia está consciente da importância da paz e da estabilidade no sul da Ásia para todo o mundo e esta estabilidade foi seriamente posta em perigo pela decisão da Índia e do Paquistão de efectuarem testes nucleares», afirmou, citado pela agência Lusa. «Estes testes são uma grave ameaça à paz e à segurança internacional e constituem um importante fracasso nos esforços visando a não proliferação e o desarmamento nucleares. Pedimos a estes dois países para se comprometerem na via do diálogo num esforço para estabelecer um clima de confiança, em vez de seguir a via desastrosa do confronto», acrescentou Schuessel.

Espanha destrói minas antipessoais

A Espanha iniciou na segunda-feira a destruição total do seu stock de minas antipessoais. Um total de 800 mil minas serão incineradas nos próximos 28 meses, das quais 90 por cento são concebidas para ser escondidas no solo, cinco por cento são minas «saltadoras» e outros cinco por cento são armadilhas para explodir em caso de tentativa de desactivação. Madrid iniciou o processo de destruição depois de o Congresso ter aprovado por unanimidade o Tratado de Otava, antes mesmo da ratificação do Tratado de Otava pelo Senado. Há 80 a 120 milhões de minas armazenadas no mundo. Anualmente, 26 mil pessoas morrem ou são feridas por este tipo de armas.

Angola Massacre na Lunda é prenúncio de guerra

A situação em Angola tem vindo a degradar-se nos últimos meses, com forças da Unita a retomarem pelas armas o controlo de diversas localidades do país, e agravou-se ainda mais com o massacre da semana passada, em Mussuku, na Lunda Norte, em que perderam a vida mais de 200 pessoas.

O governo angolano acusa a Unita de ter paralisado o processo de paz, saído do acordo assinado em Novembro de 1994 em Lusaca, ao lançar uma ofensiva no passado mês de Março. Para Luanda, o ataque a Mussuku inscreve-se nesta ofensiva.

Na segunda-feira, as autoridades de Luanda decretaram um dia de luto nacional em memória das vítimas do massacre. Segundo o primeiro-ministro, Fernando

França Van-Dunem, a medida visa expressar «a mais viva repulsa pelo assassinato cruel de mais de duas centenas de cidadãos indefesos».

De acordo com os números oficiais, o massacre - que segundo o governo e o testemunho de sobreviventes foi perpetrado «pelas forças ilegais da Unita» - causou 215 mortos e 90 feridos.

Uma delegação de «capacetes azuis» foi encarregada de efectuar um inquérito aos acontecimentos na Lunda Norte, de que a Unita rejeita qualquer responsabilidade.

A Comissão Conjunta agendou, entretanto, para hoje uma sessão plenária, com a participação de delegações do governo e da Unita.

As dúvidas quanto ao sucesso destas iniciativas são muitas. Segundo o ministro da Defesa de Angola, general Pedro Sebastião, a situação militar do país «é preocupante», e as forças armadas «estão prontas para a defesa da pátria».

«Tão depressa o governo entende que pela via do diálogo não é possível resolver o conflito, naturalmente que tomará as disposições necessárias para que as FAA possam cumprir com o seu papel», adiantou.

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, decidiu por seu lado enviar a Angola o diplomata argelino Ibrahim Brahimi, que será portador de uma mensagem ao governo e aos ex-rebeldes da Unita, em mais uma tentativa para tentar salvar o processo de paz.

Entretanto, o porta-voz das Nações Unidas, Fred Eckhard, declarou que Kofi Annan prevê nomear «até ao fim da semana» um substituto permanente de Alioune Blondine Beye, o antigo enviado especial do secretário-geral para

A paz é ainda uma esperança adlada em Angola



Referendo das Regiões e a intervenção do PCP

– declaração de Carlos Carvalho, Secretário-Geral do PCP

O PCP diz SIM à regionalização porque é resolutamente pelo desenvolvimento da vida nacional democrática a todos os níveis, pela coesão nacional, pelo incremento da participação directa dos portugueses em todos os domínios que lhes dizem respeito. A afirmação é de Carlos Carvalho, Secretário-Geral do PCP, que na passada sexta-feira, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, proferiu a declaração que a seguir se reproduz.



Como é do conhecimento público, o Partido Comunista Português tem-se empenhado, de forma coerente, na luta pela criação das regiões administrativas.

Em primeiro lugar, porque consideramos a regionalização como um elemento importante de aprofundamento da democratização do País.

A todos os níveis de poder, das freguesias aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Contudo, a nível regional, continuam a existir múltiplos centros de poder sem legitimidade democrática directa.

A instituição das regiões administrativas permitirá coordenar estes diversos centros de poder. Contribuirá para racionalizar os seus meios de intervenção. Pode dar rosto, através dos responsáveis que vierem a ser eleitos para os órgãos representativos, a poderes muitas vezes invisíveis e que se ocultam na sombra.

Em segundo lugar, entendemos que a regionalização é um vector importante para o reforço da democracia participada.

Vão aproximar-se os serviços públicos dos seus destinatários. Vão ser promovidas eleições, por sufrágio universal, para a designação dos eleitos dos órgãos regionais. Vai concretizar-se, tão amplamente quanto possível, o conceito de descentralização. É um factor de participação dos cidadãos na vida colectiva regional.

Descentralizar para desenvolver

Em terceiro lugar, a regionalização contribuirá como importante factor de reforço do desenvolvimento regional.

Vivemos, nos últimos anos, um período em que se têm realizado importantes investimentos públicos e também privados em Portugal. Mas é fácil constatar como a Administração Central, por intermédio das Comissões de Coordenação Regionais e dos serviços periféricos, se encontra demasiado longe das questões específicas do desenvolvimento regional. Os municípios, quer isolados quer associados, encontram-se também em boa medida impotentes para dar resposta à maioria daqueles problemas.

Portugal está longe de ser o país harmonioso que alguns se lembram agora de apresentar. Quando analisada a realidade nacional numa perspectiva de desenvolvimento regional integrado, existem enormes diferenças a nível económico, social, cultural. Há diferentes perspectivas de futuro entre as várias regiões do País.

Com as regiões administrativas em funcionamento, passarão a existir estruturas autárquicas vocacionadas para o debate, esclarecimento, planeamento e execução de projectos de desenvolvimento regional integrados. Estas estruturas devem ter como tarefa fundamental lançar, prosseguir e concretizar as intervenções e os programas que vierem a integrar os planos.

Em quarto lugar, a regionalização é condição indispensável para necessária e urgente reforma da administração pública.

A passagem para as regiões administrativas de diferentes funções da administração periférica do Estado será um importante meio de reduzir drasticamente o grande peso burocrático que continua a caracterizar a nossa administração pública.

Neste aspecto, a regionalização terá também um papel importante na desconcentração do aparelho de Estado e na sua racio-

Regionalização

E esclarecer, informar, e desfazer dúvidas no que respeita à institucionalização das Regiões Administrativas é o objectivo do PCP, para que os portugueses possam tomar uma posição consciente e esclarecida sobre a matéria.

As campanhas de desinformação e intoxicação da opinião pública promovidas pelos opositores das Regiões Administrativas têm provocado natural confusão e muitos equívocos nos portugueses.

As 19 «Perguntas com Resposta» que hoje publicamos é um contributo para o necessário esclarecimento sobre esta importante questão de que ninguém se deve alhear.

Perguntas Resposta

1

O que são regiões administrativas? As regiões administrativas são autarquias de âmbito regional.

De facto, a Constituição da República consagra uma organização autárquica do País constituída por freguesias, municípios e regiões administrativas.

A criação das Regiões Administrativas possibilitará, no fundamental, conferir legitimidade e representatividade democrática ao poder regional, através da eleição directa pelos cidadãos.

Desta forma, substituir-se-á um poder nomeado, não eleito, constituído pelas Comissões de Coordenação Regional (CCRs) e determinados serviços periféricos da administração central, que exercem, hoje, um larguíssimo conjunto de funções e competências, sem qualquer controlo e participação das populações e dos próprios municípios.

2

Que benefícios podem resultar da regionalização? Em primeiro lugar, a regionalização

é um factor essencial do fortalecimento (ou desenvolvimento) do processo de democratização do País.

A todos os níveis de poder, da freguesia aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Só a nível regional persistem órgãos de poder, com destaque para as Comissões de Coordenação Regional, não legitimados pelo sufrágio popular.

Em segundo lugar, a regionalização constitui, indiscutivelmente, importante instrumento para o reforço da democracia participada e para a descentralização.

O facto de se aproximarem os serviços públicos dos seus destinatários próximos, as populações, levando à prática o tão apregoado conceito da subsidiariedade (ou seja, que os problemas sejam resolvidos com eficácia pelas entidades que mais próximo deles se encontram) e de, em paralelo, se legitimar o poder através do voto popular, constitui um inequívoco estímulo à participação das populações.

A vida tem provado que as possibilidades de participação são infinitamente maiores quando os detentores do poder são eleitos e não nomeados pelo Governo.

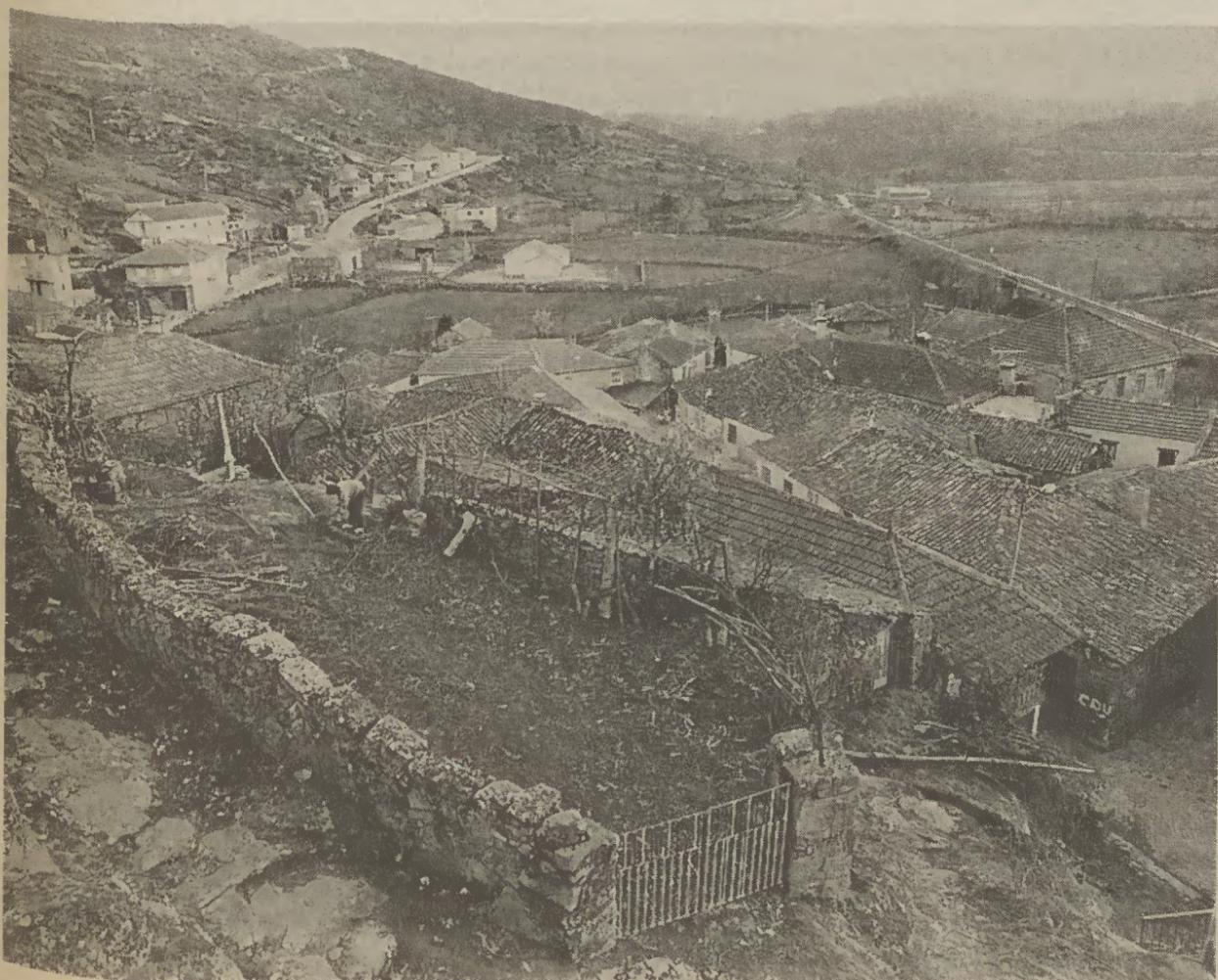
Em terceiro lugar, a regionalização pode constituir um importante instrumento para o reforço do desenvolvimento.

A existência de regiões e de um sistema democrático representativo ao nível regional, para além de estimular uma participação alargada de todas as entidades interessadas no desenvolvimento, pode fortalecer a expressão das aspirações e da vontade regional, e assegurar capacidade de gestão, de planeamento e de negociação no que se refere à resolução dos seus principais problemas.

O próprio facto de o poder regional ter que responder pelos seus actos em eleições responsabiliza mais e pode racionalizar e dinamizar o investimento público. Além disso, um sistema de finanças regionais que garanta maior investimento onde há maior atraso será, certamente, contributo importante para a correcção das assimetrias de desenvolvimento.

Em quarto lugar, a regionalização é condição essencial à necessária reforma da administração pública.

Com ela será dada maior coerência à actual acção da administração periférica, concretizando-se uma verdadeira descentralização e desburocratização do Estado.



Regionalização

Perguntas com Resposta

Convém ter presente que hoje existem, ainda, dezenas de divisões «regionais» com âmbitos geográficos diferentes consoante os diversos serviços públicos, dependentes verticalmente dos respectivos ministérios e sem coordenação entre si nas regiões em que actuam, com evidentes perdas de eficácia e prejuízos para os cidadãos que solicitam esses serviços.

3 Mas há quem afirme que as regiões vão dividir o País e estaria em risco a unidade nacional...

Ao contrário. As regiões podem ser um instrumento de unidade e solidariedade nacional e não de divisão, sobretudo se forem capazes de dar correcta resposta às aspirações das populações representadas e se as populações sentirem que essas regiões passarão a ter autonomia para enfrentar os seus problemas próprios e a dispor de mais recursos do que até agora.

As regiões não são criadas para dividir o País, mas sim para unir os municípios e as populações a partir da base, assentando nas suas próprias escolhas e para reforçar a coesão nacional, através da diminuição das assimetrias de desenvolvimento que a regionalização ajudará a concretizar.

A criação das regiões administrativas não constitui nenhum processo de criação de regiões autónomas ou de novos Estados. Apenas confere legitimidade e representatividade directa a este nível de autarquia regional, tal como a Constituição da República o consagra e define.

4 O que são as Comissões de Coordenação Regionais (CCR)?

As CCR são estruturas desconcentradas da Administração Central, criadas inicialmente para apoiar e actuarem supletivamente junto dos municípios e que foram tendendo progressivamente para uma intervenção crescente na definição e execução de políticas regionais. De facto, desde 1979, as suas competências e poderes foram sendo progressivamente ampliadas.

Actualmente, a estrutura de cada uma das cinco CCR's compreende quatro Direcções Regionais e mais de duas dezenas de Divisões, para além de um vasto conjunto de outros serviços que concentram mais de sete dezenas de competências específicas de natureza e âmbito estritamente regionais. Entre elas, e a título meramente exemplificativo, encontram-se competências no domínio da elaboração dos planos de ordenamento e de desenvolvimento regionais, gestão dos programas nacionais de reabilitação urbana e reconversão de áreas clandestinas, intervenção na administração das regiões hidrográficas, elaboração de planos e programas de instalação de equipamentos colectivos, elaboração de programas de investimentos para protecção e valorização dos recursos naturais, gestão das áreas protegidas de interesse regional, elaboração de estudos com vista à promoção do desenvolvimento económico e social.

A despesa global prevista no último Orçamento de Estado para as CCR's para funcionamento e investimentos atingiu um valor de cerca de 67 milhões de contos.

As CCR's detêm uma significativa intervenção no processo de gestão dos fundos comunitários e são directamente responsáveis pela gestão de mais de 400 milhões de contos atribuídos aos Programas Operacionais. Se, a par deste montante, considerarmos a aplicação das verbas de outros Programas comunitários como os destinados ao "Ambiente e Renovação urbanas", à "Promoção da política de desenvolvimento regional" e ao "Turismo e Património cultural" fácil se tornará perceber a influência e peso político que estas estruturas acabam por assumir, indevida e antidemocraticamente, nas políticas de desenvolvimento local e regional.

5 As regiões podem representar uma enorme despesa e a criação de uma nova burocracia e novas clientelas políticas?

Actualmente, já existem "burocracias regionais" poderosas, sediadas sobretudo nas Comissões de Coordenação Regional, que se imiscuem no funcionamento dos municípios e têm um papel determinante na gestão dos fundos comunitários, bem como na discussão com a União Europeia, onde se apresentam em nome das regiões sem terem legitimidade democrática para isso.

As regiões administrativas, democraticamente eleitas, não darão origem a novas burocracias nem a novos "tachos" ou "jobs". Ao contrário, servirão para lutar contra as actualmente instaladas, criando a possibilidade de democratizar e racionalizar parte da administração central instalada por todo o País. Há cargos de nomeação central, sem rosto visível, que vão ser extintos e substituídos por pessoas que respondem pelos seus actos.

Quanto à enorme despesa de que falam adversários da regionalização, esconde-se que os membros das Juntas regionais serão remunerados (algumas dezenas no conjunto das regiões), mas o mesmo não acontecerá com os membros das assembleias regionais, que apenas receberão senhas de presença. Esconde-se, também, que os serviços e os edifícios onde funcionarão as regiões devem ser transferidos das

Comissões de Coordenação Regional e de outros serviços periféricos dos ministérios para a dependência das instituições regionais.

Cargos como presidentes das Comissões de Coordenação Regional, entre outros, vão ser extintos; os dezoito governadores civis vão ser substituídos por 8 representantes do Governo junto das regiões e as verbas geridas por serviços sem legitimidade democrática directa passarão a ser geridas, certamente de forma mais transparente, participada e criteriosa, por órgãos eleitos.

Torna-se, assim, claro que os custos que irão pesar sobre a criação das regiões administrativas não ultrapassarão, sensivelmente, o montante actualmente absorvido pela administração regionalmente desconcentrada do Governo no território do Continente.

6 As regiões podem prejudicar os municípios?

Quem o afirma esconde que a Constituição da República impede que os poderes dos municípios sejam afectados pela regionalização (artigo 257º).

Esconde, igualmente, que as regiões serão criadas, também, para apoiar os municípios, já que irão assumir tarefas que não devendo, por razões de eficácia, depender da Administração Central, também não devem ser descentralizadas para os municípios, devido à dimensão e ao carácter supramunicipal das questões envolvidas.

Muitos dos que agora combatem a regionalização, falsamente em nome dos municípios são os mesmos que, durante anos e anos, têm atacado a sua autonomia e tentado negar-lhes os meios indispensáveis ao pleno exercício das suas funções. Basta lembrar as posições centralistas do PSD e do CDS-PP quando estiveram no Governo.

Ao contrário do que pretendem fazer crer, as regiões administrativas não só não irão prejudicar os municípios como certamente irão constituir um importante instrumento para a sua afirmação e reforço. O sim à regionalização é também um sim claro ao reforço do municipalismo!

7 O fortalecimento dos municípios e o seu associativismo é uma alternativa às regiões?

Não deixa de ser curioso que muitos dos advogados das actualmente tão referidas teses municipalistas que afirmam que o fortalecimento dos municípios seria uma alternativa positiva à criação das regiões, são os mesmos que, ao longo de vinte anos, não levantaram uma única vez a voz nas grandes lutas para o fortalecimento do Poder Local e para denunciar os ataques de que este tem sido alvo.

Pelo contrário, a verdade é que o sistema de administração português é reconhecidamente o mais centralizado da União Europeia. Por isso mesmo, carece tanto de municípios fortes como da instituição das regiões administrativas.

Ninguém mais do que o PCP se tem batido por dar maiores meios às autarquias, com a consciência de que estas não têm, no entanto, dimensão suficiente para desempenhar todas as atribuições que importa que o Estado descentralize. Por isso mesmo, ninguém mais do que o PCP tem coerentemente defendido também a institucionalização das regiões administrativas.

8 É verdade que as regiões não têm qualquer tradição histórica em Portugal?

A tradição histórica mostra que de há muito têm existido divisões regionais com base nas quais se definiram áreas de actuação territorial da Administração Pública.

Desde a Revolução Liberal houve períodos com estruturas intermédias eleitas entre o município e a Administração Central.

O que está em causa é a tentativa de omitir que existem, instalados na periferia, sem responderem pelos seus actos perante as populações, verdadeiros poderes regionais desprovidos de qualquer legitimidade democrática.

Não instituir as regiões administrativas seria seguir a tradição do período da ditadura, mantendo o carácter centralista e autoritário da administração do Estado a nível regional.

9 Argumenta-se que, sendo Portugal um país com uma dimensão geográfica limitada, com baixa densidade populacional, a criação das regiões não assumiria a importância que justificou a sua concretização noutros países. Terá isto fundamento?

A resposta poderá ser encontrada, desde logo, no facto da criação de regiões, ou de instituições equiparadas, se ter verificado em países de dimensão e população semelhante ou mesmo menores que as nossas. É o caso, por exemplo, da Dinamarca, da Finlândia, da Bélgica, da Holanda, da Áustria, etc.

Mesmo em países de maior dimensão coexistem regiões de população maior e também menor daquelas que irão ser criadas em Portugal, isto, para além da diferente natureza que elas possam ter. Na Dinamarca, a população das 14 regiões varia entre 200 e 600 mil habitantes. Em França, há regiões com 270 e 700 mil habitantes. Na Itália, onde as regiões apresentam uma população média de 2,8 milhões, a menos populosa conta com 115 mil. Mesmo na Alemanha, há regiões que abrangem uma população de 1,5 milhões de habitantes, ou seja, significativamente menores que pelo menos 2 das possíveis regiões administrativas a criar em Portugal. Por outro lado, há países com regiões maiores em que estas não só estão divididas em municípios como em províncias (Espanha, por exemplo).

Quanto à área de Portugal, esse não é um problema impeditivo da existência das regiões e da prossecução dos seus objectivos.

Repare-se que a área média das regiões é de 3070 Km² na Dinamarca, 3290 na Holanda, 10 170 na Bélgica e 15 060 na Itália, áreas que se aproximam ou ficam mesmo aquém das áreas que irão ter, por exemplo, regiões como o "Alentejo", "Estremadura, Oeste e Ribatejo" ou a "Beira Interior".

10 Há, portanto, uma grande diversidade de situações entre as diversas instituições de natureza regional na Europa...

É um facto. Há grandes países, como a Alemanha, a Espanha, a Itália e a França, que têm regiões com uma determinada dimensão e com determinados objectivos. Mas também há outros países com a dimensão de Portugal, ou mais pequenos, que estão regionalizados.

Naturalmente que os seus poderes e recursos são também menores do que os que são geridos pelos Estados federados ou pelas grandes regiões que correspondem a nacionalidades ou a grupos étnicos de grande especificidade cultural.

Aliás, há países, como a Itália e a Dinamarca, que têm regiões com estatutos diferentes. Será também o caso português, em que as regiões dos Açores e da Madeira são regiões autónomas, com funções legislativas e o controlo de praticamente toda a administração, exceptuando a defesa e a justiça, enquanto as regiões do Continente serão autarquias, só com funções administrativas e mais limitadas.

11 No entanto, afirma-se que só fazem sentido as regiões quando há problemas étnicos, linguísticos ou nacionalidades que devem conviver no quadro de um Estado unitário ou de uma federação de Estados...

O facto de não termos problemas de nacionalidades para resolver no quadro de um Estado unitário não significa que não existam outras questões a que se tem de fazer face, em especial a participação, a racionalização administrativa e a descentralização, o planeamento e o maior empenhamento num desenvolvimento regional e harmónico do País. De resto, a maioria das regiões existentes nos outros países não resulta de diferenças étnicas, de nacionalidade ou linguísticas.



12 A inexistência de regiões contribui, de alguma forma, para a acentuada e desigual repartição dos recursos públicos entre os níveis centrais e locais da Administração?

Indiscutivelmente que sim. Os orçamentos das instituições locais no seu conjunto representam comparativamente ao respectivo Produto Interno Bruto (PIB) entre 9 e 10% na França, Bélgica e Alemanha e entre 15 a 22% na Itália, Holanda e Inglaterra.

Se se tiver em conta que em Portugal este valor em pouco ultrapassa os 4% (dados relativos a 1995), poder-se-á concluir do prejuízo que a ausência de regiões constitui, particularmente se atendermos a que o nível de administração local já demonstrou claramente muito maior eficácia na rentabilização no investimento público. É que as autarquias locais são responsáveis por 25% do total do investimento público, apesar de terem apenas cerca de 7% das receitas do Estado.

13 Mas a criação das regiões não virá a traduzir-se num aumento substancial do número de efectivos da administração pública?

Nada indica que assim venha a ser. Repare-se que, por exemplo, em França e na Itália, países onde a regionalização tem algum significado, o número de efectivos concentrados nas instituições regionais é de apenas de 0,4 e 2,0% do total de efectivos sediados aos vários níveis da administração pública.

Em Portugal, o apregoado excesso de efectivos na Função Pública acaba de ser negado pelo balanço feito pelo próprio Governo relativamente a esta matéria, e onde ficou claro que o nosso país é dos Estados membros da União Europeia com menor densidade de funcionalismo público. O que ocorrerá, normalmente, será uma transição de efectivos atribuídos actualmente a serviços desconcentrados do Governo para as novas regiões, daí não advindo sensíveis acréscimos para o cômputo geral.

14 Tem algum fundamento a acusação de que a regionalização está a ser feita de cima para baixo e longe da participação das populações?

Essa é uma das várias acusações, sem fundamento, difundidas pelos que se opõem à regionalização.

Ao processo de criação das Regiões Administrativas foi inerente uma alargada participação de todas as assembleias municipais que entenderam integrar-se no processo.

Numa primeira fase, a Assembleia da República procedeu a uma consulta aos 275 municípios do continente da qual resultou um contributo para o trabalho com vista à aprovação da Lei de Criação das Regiões.

Após a aprovação desta, foi elaborada e aprovada, na Assembleia da República, a Lei de Criação em concreto das Regiões Administrativas que contemplou, dentro do possível e no essencial, as posições expressas pelos 211 municípios que responderam à consulta que lhes havia sido feita.

Seguir-se-á agora, dando cumprimento ao preceito aprovado na última revisão constitucional, a realização de um referendo nacional sobre a concretização da regionalização no País e a institucionalização das oito regiões administrativas criadas pela lei atrás referida.

Regionalização

Perguntas com Resposta



15

A questão dos limites geográficos das áreas de cada região não tem vindo a ser excessivamente dramatizada?

A área de cada região não deixa de ser uma questão com importância relevante no debate que deve conduzir à criação das regiões.

Tê-la em conta para procurar encontrar, com a participação das populações e das assembleias municipais, as soluções que melhor correspondessem ao desejo daquelas seria, sem dúvida, obrigação a respeitar na condução do processo de regionalização. Mas não parece legítimo transformar esta questão no centro dos objectivos da regionalização, atribuindo-lhe uma dimensão e dramatismo que não deve assumir.

Para ter em conta a vontade das populações, a Assembleia da República fez uma consulta a todos os municípios do Continente sobre que regiões deveria haver e com que limites. A vontade expressa foi, em geral, respeitada. Só que as Direcções do PSD e do PP deram orientação aos seus eleitos nas Assembleias Municipais onde tinham mais influência para não emitirem opinião. Entretanto, há problemas que ficam em aberto e que, no futuro, poderão vir a ser considerados após a vitória do Sim nas perguntas do Referendo.

16

Há quem refira as divisões que resultarão do debate acerca da localização das capitais das futuras regiões.

Com efeito, este não é um problema menor.

Antes de mais, aos municípios e às populações deverá caber uma palavra determinante na distribuição geográfica dos diversos serviços no interior das regiões. Em muitos casos, as novas regiões não devem ter apenas uma capital mas sim contar com diversos centros para distribuição dos diversos serviços (designadamente as actuais capitais de distrito).

Esta deve ser a forma de dar expressão efectiva a uma distribuição mais racional de recursos. Recorde-se que a localização das CCR's e das sedes das Direcções Regionais dos vários ministérios e institutos públicos esvaziou de serviços, nos últimos anos, quase completamente, grande parte dos actuais distritos.

Pela sua parte, o PCP não só sempre reclamou a concretização de estruturas polinucleadas para o poder regional capazes de permitir uma justa repartição geográfica desse mesmo poder e a possível igualdade de acesso ao mesmo por parte de todos os cidadãos na região como não deixará também de ser, em sede própria, defensor acérrimo da atrás referida vontade dos municípios e das populações.

17

Mas porquê um referendo, se a Constituição consagra há muito as regiões?

O PCP discordou da posição aprovada na última revisão constitucional, por acordo entre PS e PSD, de subordinar a concretização da regionalização consagrada na Constituição à realização prévia de um referendo nacional sobre a matéria. Com a agravante de o referendo previsto ter 2 perguntas, cujo resultado pode ser contraditório, e de cujo acordo ou desacordo dependerá quer o avanço da regionalização em geral quer a instituição em concreto de cada região.

O PCP continua a considerar que a fórmula consagrada na Constituição desde 1976, que previa a realização de um "referendo orgânico" aos municípios do País, consubstanciava uma expressão democrática da vontade das populações através dos seus mais directos representantes. Permitia também, com mais flexibilidade, adoptar as soluções e limites à evolução eventual da vontade das populações.

Mas, face ao imperativo constitucional do referendo, o caminho é o combate da mobilização e do esclarecimento dos portugueses para concretizar as regiões administrativas através da vitória do Sim nas 2 perguntas do referendo.

Tal como resulta de solução aprovada na última revisão constitucional, é preciso que haja uma resposta positiva à primeira questão para que prevaleça a resposta positiva à segunda questão. Por isso, o PCP tem afirmado que, "perversamente", "o todo pode esmagar as partes".

Agora, porém, o problema que se coloca é vencer. O PCP continuará empenhadamente a lutar para que o País possa alcançar este objectivo fundamental ao seu futuro desenvolvimento — a regionalização.

18

Há quem tema que com as regiões surjam forças ou "chefes" de orientação antidemocrática e citam-se exemplos...

Quando há eleições, estas nem sempre têm os resultados mais convenientes para as forças democráticas e de esquerda mais consequentes, como o PCP. Este facto coloca-se a qualquer nível do poder, desde as eleições para a Presidência ou Assembleia da República até às autarquias locais. Mas isso não pode significar que se abdique do sufrágio universal como forma mais adequada no nosso sistema político democrático de escolher os que exercem o poder.

É seguramente preferível criticar e responsabilizar eleitos que não cumprem com os seus deveres perante as populações e sujeitá-los à pública prestação de contas e ao voto popular, do que manter funcionários sem rosto nomeados pela Administração Central e que decidem nos gabinetes dos problemas das regiões e da aplicação de dezenas de milhões de contos.

Em todos os casos, o PCP e os seus aliados estarão presentes para travar um combate em favor das populações.

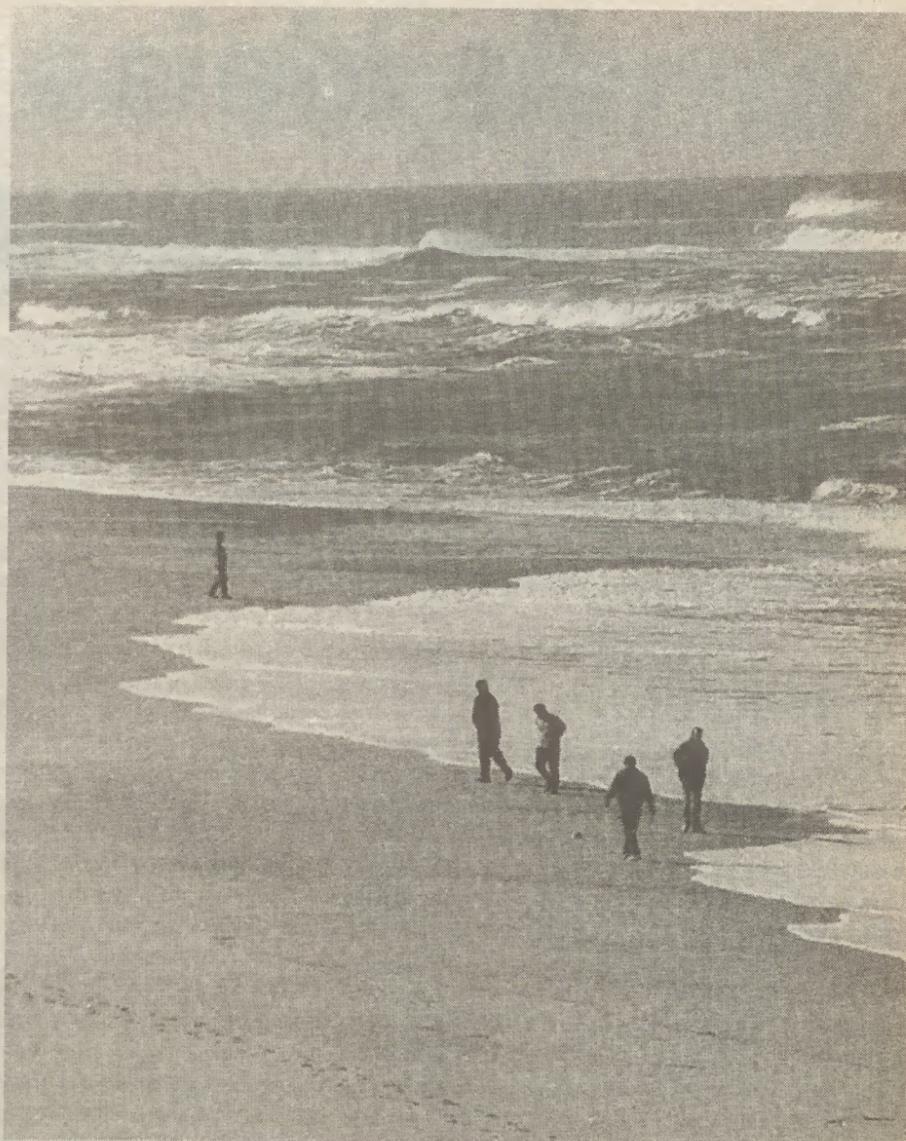
19

Como pode a criação das regiões reduzir as disparidades de desenvolvimento existentes? Ou vão ficar umas beneficiadas em prejuízo de outras?

O processo de criação das regiões não é uma "guerra" entre a província e a capital, nem entre o litoral e o interior ou entre Lisboa e o Porto. A constituição das regiões, com órgãos eleitos e responsáveis perante as populações pelos recursos que administram e pelos poderes que exercem, possibilitará uma mais justa distribuição e uma mais eficaz gestão dos investimentos, com consequências positivas na fixação e distribuição mais harmoniosa das populações por todo o território, no ordenamento do território e na distribuição das estruturas e equipamentos socioeconómicos. Ganharão as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e, em geral, as zonas do litoral pela diminuição da forte migração interna a que estão sujeitas e que acentua uma pressão negativa na qualidade de vida, no emprego, no ambiente, na habitação dos principais centros urbanos. Ganharão as zonas do interior hoje sujeitas a uma crescente desertificação e que conquistarão meios de intervenção e de atracção dos recursos humanos e materiais de que carecem para o seu desenvolvimento.



EM FOCO



nalidade. Pode fazer com que haja uma melhor distribuição em todo o território nacional de serviços públicos e de pessoal que aí desempenha funções.

Reforçar a coesão nacional

O Partido Comunista Português tem estado atento a todas as intervenções que têm vindo a ser produzidas sobre este tema. Tem registado todas as objecções que têm sido apresentadas. Mas não partilha a maioria delas. Como mostram as lições que resultam do evoluir da nossa vida colectiva, será a luta democrática e a firmeza e persistência da nossa intervenção que irão privilegiar as vantagens da regionalização e ultrapassar temores que alguns têm referido.

É nossa convicção que a regionalização virá a ser um contributo positivo para o reforço da coesão nacional.

As futuras regiões administrativas serão autarquias locais, como está consagrado na Constituição da República. No futuro, tal como hoje já o são as freguesias e os municípios, serão sólidos esteios da unidade e da coesão nacionais.

Temos hoje, no continente português, 275 municípios que têm competências, meios próprios e autonomia na sua utilização. Não existe, por isso, nenhuma divisão do nosso território. Antes é notório que o Poder Local democrático tem contribuído para o desenvolvimento.

Quem afirma que a regionalização poderá vir a prejudicar os municípios omite deliberadamente que a Constituição da República Portuguesa expressamente o impede.

Omite, igualmente, que as regiões terão como uma das suas atribuições o apoio aos municípios sem limitar os respectivos poderes. Vão assumir tarefas que, por razões de eficácia, não deverão continuar na dependência da distante administração central. Mas serão também tarefas que não podem ser descentralizadas para os municípios devido à sua dimensão e ao carácter supramunicipal das questões envolvidas.

Falsas questões

Os que agora combatem a regionalização em nome dos municípios são, muito provavelmente, os mesmos que, durante anos,

têm atacado a sua autonomia e tentado negar-lhes os meios indispensáveis ao pleno exercício das suas funções.

Quem diz que não se justifica existir órgãos de poder regional em Portugal está a falsear a questão. De facto, já hoje existem diversos serviços regionais, descoordenados, se não mesmo caóticos. Já hoje há centros de poder regional, com áreas diferentes, no nosso país.

As Comissões de Coordenação Regionais, as Direcções Regionais de Educação, de Agricultura, do Ambiente e Recursos Naturais, de Estradas, as Administrações Regionais de Saúde, de Segurança Social e outras direcções de serviços vão funcionando melhor ou pior, mas quase todos sem rosto, descoordenadas e sem legitimidade democrática directa.



Assim, uma das funções para as quais as regiões administrativas serão essenciais será para dar rosto, transparência e responsabilização a quem exerça cargos nas regiões.

Muitos são os que se preocupam com os custos da regionalização. Argumentam que o funcionamento das futuras regiões administrativas será muito caro. Tal não é verdade.

Para se aquilatar dos custos da regionalização, não chega só apontar o dinheiro público gasto no funcionamento dos órgãos e dos serviços regionais. É também obrigatório indicar as despesas actuais em pessoal, burocracias e despesas diversas que temos que suportar com o "poder regional" que já existe, comandado do Terreiro do Paço, e que muitos procuram esconder.

Por outro lado, as contas da regionalização não podem ter apenas as partes a débito. Terão que considerar também os créditos que resultarão da supressão de lugares e da racionalização de serviços.

A criação das regiões administrativas e o seu funcionamento não será um processo caro. Permitirá, isso sim, responsabilizar pessoas pelo exercício nacional de cargos que hoje são sobretudo "jobs" opacos e dispendiosos.

O contributo do PCP

A estratégia do PCP na campanha de esclarecimento da opinião pública que se avizinha com vista ao referendo sobre a criação das regiões administrativas será a de colaborar com todos os que defendam o SIM à regiões administrativas nas respostas às perguntas formuladas no referendo.

Procuraremos trabalhar dentro da máxima convergência possível no sentido de se conseguir uma vitória no próximo referendo e, deste modo, dar um passo decisivo no caminho da concretização das regiões administrativas.

Duas ideias serão centrais na nossa intervenção:

- O PCP desenvolverá uma campanha autónoma, rigorosa e afirmativa na defesa das suas ideias, na defesa do SIM às questões que irão ser colocadas a todos os portugueses, isto é, às perguntas que surgirão no boletim de voto do próximo referendo.

- Continuamos a manter divergências efectivas e sérias em diversos aspectos do processo actualmente em curso. Não concordamos com a solução que foi adoptada pelo PS e PSD para este referendo. Não concordamos com pretensões que têm vindo a surgir de novos protagonismos territoriais de algumas cidades. Defendemos um modelo de justiça e de equilíbrio territorial sem novas hegemonias.

Em Setembro, assim que decorra a reabertura da Assembleia da República, este órgão terá que se debruçar rapidamente sobre estes temas, no sentido de precisar melhor aspectos essenciais para as futuras regiões administrativas.

Entendemos que a definição das atribuições e competências, das finanças regionais e de outros aspectos do regime jurídico devem ser asseguradas pela Assembleia da República em Setembro.

O PCP já deu a sua contribuição com a apresentação de projectos de lei sobre estas matérias. Está disponível para trabalhar intensamente para que esta definição seja assegurada.

Regionalização é, tal como o PCP a entende, um processo normal e natural de democratização da vida política e da administração pública. Visa a democratização dos processos de decisão. Aponta para a racionalização na gestão dos recursos do País. Procura garantir a concretização de investimentos coordenados. Visa contribuir para a promoção da melhoria permanente da qualidade de vida.

Tal como sempre fazemos em todas as questões que exigem clareza de posições, não existem dúvidas quanto às posições que o PCP sempre assumiu nesta matéria.

Somos resolutamente pelo desenvolvimento da nossa vida democrática a todos os níveis. Somos pela coesão nacional. Somos pelo incremento da participação directa dos portugueses em tudo quanto lhes diga respeito.

Por isso, dizemos SIM à regionalização.

As ideias dos comunistas

■ EDGAR CORREIA

Membro da Comissão Política

Pouco mais de cinco meses decorreram depois do apelo que o Comité Central dirigiu a todos os militantes e organizações do Partido no sentido do “desenvolvimento de um vasto movimento de reflexão, debate, tomada de decisões e adopção de medidas” visando a “dinamização, renovação e maior eficácia política da organização e intervenção do PCP, e para a ampliação da sua influência na classe operária e nos trabalhadores”.

A complexidade e a exigência das dificuldades a que o “novo impulso” foi chamado a dar resposta, a que acresce um calendário político particularmente preenchido até ao final do próximo ano, confirmou um quadro de concretização das orientações definidas que não é fácil. A que se têm também somado, em alguns casos, diferenças de sensibilidade em relação à análise dos problemas da sociedade e do Partido e às prioridades e medidas a adoptar.

Sustenta-se por isso aqui a afirmação de que **não há alternativa ao “novo impulso”** que o Comité Central propôs a todo o Partido. De que se torna indispensável uma grande tensão e unidade de esforços para levar por diante, simultaneamente, **cada uma e integradamente as três grandes linhas de trabalho apontadas:** a perspectiva mobilizadora e combativa da afirmação, crescimento e dinamismo do Partido; a afirmação estratégica de um projecto de esquerda e de poder para um novo rumo democrático; e a confiante intervenção política e de massas junto dos trabalhadores e das populações. E de que qualquer visão imobilista ou qualquer prática redutora destes objectivos, só acrescentaria mais dificuldades às dificuldades já existentes e que estamos a procurar ultrapassar com base nas orientações adoptadas colectivamente.

Enfrentando, por isso, problemas e atrasos há muito reconhecidos e a que os resultados das autárquicas vieram apenas, e mais uma vez, dar visibilidade; actuando nas condições de um calendário muito absorvente, mas tentando também tirar partido do período de intensificação da luta social e política em que o país entrou; compreendendo, com rigorosa lucidez, que os resultados das próximas legislativas vão ser particularmente importantes para o futuro da influência do Partido na sociedade portuguesa - os comunistas estão confrontados com pressioantes desafios.

Desafios que põem à prova a sua capacidade de discernimento do que é essencial, na presente fase da vida partidária. Unidade baseada nos princípios e, ao mesmo tempo, coragem para contrariar, onde se manifestem, expressões de imobilismo político e ideológico, de formalismo e de rotina, e que são enfraquecedoras do Partido. Esforço de envolvimento dinâmico e responsabilizante de todas as forças e reservas da inteligência e da acção partidárias. Mais profunda abertura, em todo o País, à classe operária e a todos os trabalhadores, à juventude, à socie-

dade, e intervenção activa nas suas causas concretas e lutas sociais e políticas.

Desmontar mistificações

As tentativas, de que alguma comunicação social tem sido portadora, para promover elementos de intriga e de mistificação que prejudiquem o “novo

impulso na organização, intervenção e afirmação política” decidido pelo Comité Central, não apresentam nada de surpreendente. E confirmam mesmo, se bem ajuizarmos, a preocupação de adversários políticos com a possibilidade dos comunistas conseguirem estancar a sua perda de influência política e social e retomarem um processo de crescimento.

Não é aliás difícil de prever, à medida que se aproximarem as próximas eleições legislativas e que se acentuarem as pressões hegemónicas por parte do governo do PS para atingir a maioria absoluta, que o PCP irá ser sujeito a acrescidas pressões ideológicas externas.

Bom será que todos os membros do Partido o compreendem. E que dêem o seu contributo, com frieza de cabeça e clareza de ideias, para desmontar e rechaçar insinuações e afirmações de sentido divisionista e confusionista.

É o caso, por exemplo, da falsa contraposição entre a afirmação comunista e a política de alianças, sociais e políticas, de carácter mais permanente ou conjuntural, que o Partido promove e concretiza na sua actividade quotidiana.

Afirmação comunista

O Partido Comunista Português possui uma natureza e identidade bem definidas e objectivos programáticos claros cuja aceitação é, aliás, condição básica para que se seja seu membro. Tem também regras e momentos próprios para o colectivo avaliar e aperfeiçoar conceitos, concepções e modos de funcionamento fundamentais por si adoptados.

A afirmação comunista, do ideal revolucionário e do Programa do Partido, são naturalmente exigentes de um constante trabalho político e ideológico. Esta afirmação tem, aliás, tanto mais razão de ser

quanto o fracasso da construção do socialismo na URSS e nos países do leste da Europa, do “modelo” de sociedade e do partido que aí vigorou durante décadas, representou a queda de referências que foram essenciais para os comunistas de todo o mundo, incluindo os comunistas portugueses apesar das circunstâncias muito particulares da sua história e da sua luta.

É por isso que a afirmação comunista, hoje, é inseparável da compreensão crítica do que o socialismo não é e dos caminhos que não levaram - está agora claro que não podiam levar - a que a sua construção fosse bem sucedida, apesar do abnegado empenho e do sacrifício de gerações de trabalhadores e de muitos comunistas, generosos e íntegros. E é também inseparável da crítica ao dogmatismo (mesmo quando este se apresenta a si próprio como antidogmático) e à instrumentalização teóricas, que bloqueiam a capacidade dos comunistas, na esteira de Marx, aprofundarem o conhecimento da sociedade e do mundo actuais, em toda a sua dinâmica e complexidade contraditória, e prosseguirem com eficácia a luta pelo seu programa de transformação emancipadora da sociedade.

Um projecto de esquerda

No quadro partidário nacional e ao longo de muitos anos não se encontra qualquer outra força que, como o PCP, tenha afirmado com tanto rigor e verdade os seus objectivos políticos e sociais e apresentado com tanta clareza a sua política de alianças, de carácter permanente ou conjuntural, para a sua concretização.

Não auguramos pois grande sucesso aos nossos detractores quando procuram contrapor, na actividade do Partido, a afirmação comunista à defesa de tal ou tal objectivo concreto ou à concretização de uma política unitária de esquerda.

Quando o plano e o projecto de alguns era a subalternização do PCP e a

planetarização das diversas organizações e sensibilidades de esquerda em torno de um grande sol hegemónico - o governo do PS, com o prosseguimento da sua actual política -, é motivo inspirador de confiança no futuro o progresso da ideia avançada pelos comunistas, de um genuíno processo de diálogo e de debate à esquerda, respeitador da pluralidade das expressões e das diferenças. E que é movido pelo propósito de afirmação de um projecto de esquerda e de poder, susceptível de viabilizar no futuro uma alternativa democrática a um rotativismo centrado no PSD ou no PS que, com diferenças de estilo e de algumas orientações específicas, na realidade se tem identificado na continuidade da inspiração neoliberal das suas políticas fundamentais.

“Não é difícil de prever, à medida que se aproximarem as próximas eleições legislativas, que o PCP irá ser sujeito a acrescidas pressões ideológicas externas.”



Oposição de esquerda, coerente e responsável

Capacidade de iniciativa própria, sentido de responsabilidade, seriedade no tratamento de todas as matérias, firmeza e coerência na defesa das posições mais favoráveis aos trabalhadores e ao povo português, caracterizam a acção do PCP, no balanço de mais uma sessão legislativa.



■ António Filipe

Neste momento pré-estival, em que todos os ministros se acotovelam no alinhamento dos telejornais a anunciar intenções, projectos e medidas futuras, recorrendo mesmo a uma nova figura, muito em voga, que é a celebração de protocolos entre ministérios, aproveitou o ministro dos Assuntos Parlamentares para divulgar um balanço da 3ª sessão legislativa que merece referência, por ser um exercício, no mínimo, falacioso, de análise do trabalho da Assembleia da República.

Partindo da apresentação de dados estatísticos relativos à iniciativa legislativa do Governo perante a Assembleia da República e à produção legislativa concretizada com base nessas iniciativas, procura o ministro dos Assuntos Parlamentares extrair a conclusão de que, ao contrário do Governo que se farta de trabalhar, a Assembleia da República demora

mal e a caramunha". Faz o "mal" na Assembleia, para poder fazer a "caramunha" através do Governo, culpando a oposição.

A verdade é que o Governo é o último dos agentes parlamentares a poder queixar-se da morosidade dos trabalhos. A prioridade que a Assembleia da República tem dado à discussão e aprovação de iniciativas legislativas do Governo é inquestionável. Todas as propostas de lei que o Governo tem considerado prioritárias têm sido debatidas, quer na generalidade quer na especialidade, ainda que por vezes à custa das sessões de "trabalhos forçados" que marcam normalmente o final de cada sessão legislativa (à excepção da 2ª sessão legislativa, cuja parte final foi ocupada pela marcha forçada da revisão constitucional, imposta pelo PS e pelo PSD).

Muito mais razão de queixa da morosidade na apreciação das suas iniciativas legislativas terá o Grupo Parlamentar do PCP. Senão, o que dizer do projecto de lei de "grandes opções da política de segurança interna e de medidas imediatas para defesa da segurança dos cidadãos", que foi apresentado há 1003 dias, foi debatido na generalidade há 567 dias e ficou a aguardar votação, à espera que o Governo cumpra a promessa de apresentar uma proposta de lei sobre a mesma matéria? Ou o que dizer do projecto de lei de criação dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos, que demorou 847 dias entre a aprovação na generalidade e a votação final global, por óbvia obstrução do PS? Ou

Em alguns casos, a morosidade tem causas concretas e atendíveis. Ao contrário do Governo, que pode preparar diplomas no segredo dos deuses, e que pode demorar o tempo que quiser a discutir internamente um qualquer diploma, os trabalhos da Assembleia da República têm regras de transparência democrática. Decorrem publicamente, integram normalmente audições públicas, e quase ninguém compreenderia que a Assembleia da República pudesse aprovar leis tão importantes e extensas como a reforma do Código de Processo Penal, o Estatuto do Ministério Público ou a Lei da Televisão, sem uma ponderação atenta, ainda que um tanto demorada, das soluções a aprovar. Não falta por aí quem critique a Assembleia da República, por vezes com razão, pelos maus resultados de leis feitas à pressa.

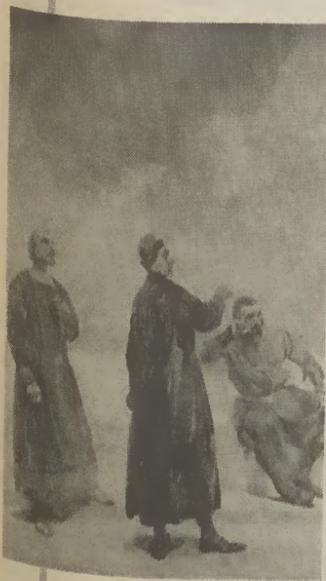
Outros casos existem, seguramente, em que a morosidade não é tão atendível, e poderá ter uma de duas causas: a falta de empenhamento do próprio partido proponente na aprovação da iniciativa, ou uma acção deliberada da parte de quem tenha interesse, e sobretudo condições, para entrar a tomada de determinadas decisões. E assim sendo, já que o Governo se queixa da oposição quando lamenta a morosidade dos trabalhos parlamentares, seria no mínimo exigível que desse algum exemplo, um só que fosse, de alguma iniciativa do Governo cuja apreciação tenha sido inviabilizada, ou protelada, por acção das oposições.

O objectivo é claro: trata-se de tentar obrigar o PCP a posicionar-se perante as propostas do Governo, não pelo que elas são em si mesmo, mas pelo que elas podem representar para a chamada estabilidade governativa. E assim, das duas uma: ou o PCP viabiliza as propostas do Governo independentemente do seu conteúdo concreto, ou fica, perante a opinião pública, com a pesada responsabilidade da abertura de uma crise política.

É assim que, para a comunicação social voluntária ou involuntariamente aderente à difusão desta teoria, e para a parte da opinião pública por ela influenciada, estaria o PCP na Assembleia da República manietado por um verdadeiro colete de forças perante qualquer proposta do Governo. Ou bem que a viabiliza e abdica de ser oposição, fazendo "o frete" ao Governo. Ou bem que a inviabiliza e entra em coligações negativas, fazendo "o frete" à direita.

Este quadro, que configura um exemplo típico da conhecida situação de ser "preso por ter cão e preso por não ter", vem afinal confirmar a justeza da postura assumida pelo PCP, de definir as suas posições de acordo com os seus princípios, valores e convicções.

Daf que, já que estamos em maré de balanços, seja permitido referir que, no final de mais uma sessão legislativa, o PCP mantém uma capacidade de apresentação de iniciativas legislativas (156 projectos de lei na presente legislatura) que suplanta todos os restantes grupos parlamentares (apesar da enorme superioridade numérica do PS e do PSD). Que 23 projectos de lei do PCP foram



uma eternidade a aprovar seja o que for, entrando assim a governação do País.

Sob o significativo título de "AA oposição perante a iniciativa do Governo", queixa-se o ministro da excessiva morosidade na aprovação de diplomas propostos pelo Governo, dando disso mesmo, alguns exemplos: um diploma que esteve 601 dias até ser aprovado em votação final global, um outro que esteve 556 dias, e ainda um outro 439. Mais três propostas de lei que se encontram na AR, há 519, 501 e 474 dias, sem serem aprovadas.

Ora, sendo tais exemplos factualmente verdadeiros, sendo verdade que existem diplomas a aguardar aprovação (ou reprovação) que bem poderiam e deveriam estar de há muito aprovados (ou reprovados), já é inteiramente falso que tal demora possa ser atribuída à oposição. Se quer queixar-se da morosidade dos trabalhos parlamentares, o Governo deve queixar-se em primeiro lugar do próprio PS, a cuja falta de empenhamento se deve a demora de que o Governo se lamenta. O PS faz assim "o

o que dizer do projecto de lei de Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, que foi aprovado na generalidade há 448 dias e não se sabe ainda quando será votado na especialidade? Ou o que dizer do projecto de lei destinado a regular o acesso à profissão de taxista, que foi aprovado na generalidade há 462 dias e se encontra nas mesmas condições do anterior? Ou o que dizer ainda do projecto de lei destinado a criar condições de participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar, que foi totalmente recusado na especialidade quase dois anos depois de ter sido aprovado na generalidade?

Estes exemplos, de entre muitos que poderiam ser dados, revelam não apenas que o Governo está muito longe de ser o principal prejudicado com morosidades parlamentares, mas acima de tudo que a demora, ou em alguns casos o manifesto atraso, na apreciação de iniciativas por parte da Assembleia da República tem causas concretas que importa analisar com seriedade e que são completamente escamoteadas no pretensioso balanço feito pelo ministro dos Assuntos Parlamentares.

O problema é que o balanço apresentado pelo ministro dos Assuntos Parlamentares não é sério, e ainda menos inocente. Do que se trata, é de manipular alguns números e de falsificar o contexto político em que se inserem, por forma a ressuscitar com novas roupagens a teoria cavaquista das "forças de bloqueio".

O que faz agora o ministro António Costa é retomar uma ladainha que Cavaco Silva popularizou, destinada a criar na opinião pública a ideia de que o Governo trabalha que se farta, e que só não faz mais porque a Assembleia da República — onde está a oposição — e porque lá está a oposição — se limita a atrapalhar a acção do Governo.

Porém, a política de oposição à oposição em que o PS se tem vindo a especializar passa acima de tudo pela já conhecida teoria das "coligações negativas", servida sob sucessivas ameaças de iminentes crises políticas, com a qual pretende manter o PCP sob chantagem permanente, no seu posicionamento face à política e às propostas legislativas do Governo.

recusados liminarmente pelos votos do PS (conjugados frequentemente com os votos do PSD e do PP), apesar de corresponderem a justas e insistentes reivindicações de vastos sectores da população portuguesa, de terem como objectivo comum o progresso social e o melhoramento das condições de vida dos portugueses, e de coincidirem muitas vezes com promessas feitas pelo PS antes das eleições. Que ainda assim, por acção do PCP, foram aprovadas várias leis, global ou pontualmente positivas, sobre diversas matérias. E que, relativamente a todas as propostas, vindas quer do Governo quer dos outros Grupos Parlamentares, a postura do PCP foi sempre a de as analisar com seriedade, em função do respectivo conteúdo, e de lutar pelas soluções mais adequadas, tendo em conta acima de tudo os reais interesses do povo português.

Os Seguros e a Segurança Social

■ Fernando Barbosa de Oliveira

Gerações de trabalhadores lutaram em todo o mundo e em especial na Europa pelos seus direitos no campo da protecção social. O século XIX testemunhou essas lutas, que prosseguiriam neste século. Lutas sem quartel em que os trabalhadores se empenharam e de que nunca desistiram. Alguns intelectuais colocaram-se ao lado dos trabalhadores no decurso desses longos e sacrificados tempos, contribuindo com os seus trabalhos e as suas iniciativas para a eficácia de justas reivindicações.

Nos últimos anos do século XIX e na maior parte do século XX houve acontecimentos de grande relevo, resultantes da movimentação dos trabalhadores e do reconhecimento do mérito das suas petições, que conduziram à realização de alguns dos objectivos visados. A proclamação no 1º Congresso nacional do partido dos trabalhadores italianos (Génova, 1894) e o decreto do Conselho dos comissários do Povo (URSS, 31.10.1918), o Relatório Beveridge (Londres, 11.12.1942) e a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 10.12.1948), além de outras igualmente solenes declarações internacionais, consagram importantes definições no domínio da protecção social especificamente da segurança social.

A Constituição da República (CR), votada em 1976, afirmaria em Portugal, de modo insofismável, os direitos à Segurança Social, se bem que não tivesse sido possível, infelizmente, impedir que fosse introduzido no texto constitucional, na revisão de 1989, o sofisma do tendencialmente gratuito para a Saúde.

A primeira responsabilidade reconhecida e assumida entre nós foi a dos acidentes de trabalho, ainda que com grande atraso relativamente à Europa, com uma evolução praticamente bloqueada ou de uma lentidão que não tem outra explicação que não seja a de *criar e manter* a todo o custo um quadro de direitos paupérrimo. Nesse processo se inseriu desde o princípio a mercantilização do seguro social de acidentes de trabalho, cuja exploração passou a caber na quase totalidade às seguradoras. A marcha do tempo é, porém, implacável - e essa mercantilização viria a revelar-se incapaz de seriamente responder às justas exigências do citado seguro social, que abrange os acidentes de natureza traumatológica e as doenças profissionais.

A transição para a Segurança Social, quando esta foi criada e começou a desenvolver-se na Europa, seria, pois, inevitável. Assim foi em geral reconhecido - e a transição ocorreu pacificamente. Deixando por agora sem comentários as "escaramuças" que alguns quiseram suscitar em Portugal, antes e depois do 25 de Abril, deve ser salientado que, na Europa, apenas permanece em três países no âmbito das seguradoras privadas: Bélgica, Finlândia e Portugal. Na Bélgica, a tutela das seguradoras do seguro social de acidentes de trabalho, na parte relativa a esse seguro, pertence ao Ministério dos Assuntos Sociais, e não ao Ministério das Finanças.

A Lei de Bases da Segurança Social nº 28/84 determina que o seguro social de acidentes de trabalho se inscreve no âmbito da Segurança Social. "A Integração da Protecção nos acidentes de trabalho no regime geral da segurança social far-se-á nos termos a estabelecer na lei" (nº 1 do Artigo 72º da dita lei de bases, Diário da República, I Série, nº 188, de 14/8/1984). O incumprimento da lei constitui certamente um severo aleijão no Estado de Direito democrático, de que tantos se ufamam e com que alguns nos encham os ouvidos todos os dias...

Nacionalizar os prejuízos

Nestas circunstâncias, é imperativo lembrar o passado. Quando as seguradoras concluíram que havia grandes encargos a suportar com os acidentes de trabalho na parte relativa a doenças profissionais, imaginaram um saboroso plano que consistiu (nada menos do que) na nacionalização *dessa parte* do seguro social de acidentes de trabalho. Ou seja, parlamentararam com o Governo nos fins dos anos cinquenta e esse Governo, reconhecidamente de bom grado, recebeu *essa parte* do dito seguro social. Assistiu-se, pois, a uma nacionalização a pedido e à medida das seguradoras, coisa essa a que o Governo prontamente aderiu. O que era uno e indivisível, seguro social de acidentes de trabalho, foi por um golpe pâlacio do poder político-económico, fraccionado. E é ainda certo que está por escrever a verdadeira história das contas feitas e de tudo aquilo que ocorreu e ocorreria depois no domínio das doenças profissionais.

Quer com Salazar quer com Marcelo Caetano, houve pressões políticas para a passagem do seguro social de acidentes de trabalho para a então chamada Previdência. Podemos dizer que a Lei de Bases de 1984 se transformaria, bizarramente, na repetição do *modelo das pressões*, agora, porém, segundo novo figurino: por um lado, o Estado de Direito democrático; e por outro, a forma, que parecia composta e acabada, de uma lei de bases aprovada, promulgada e publicada na folha oficial. Sabe-se o que aconteceu de 1984 até hoje: não obs-

tante a lei, nada se moveu, a lei não foi tão inoperante como as tais pressões políticas da era da ditadura, dos tempos calamitosos da democracia orgânica e da primavera marcelista rapidamente esmorecida e posta nos eixos... A isto se chama "a produtividade do complexo político-económico." Isto mostra o significado das transformações que esse complexo apadrinha.

Em suma, o episódio bem significativo da nacionalização das doenças profissionais contentou-os aparentemente a todos, segundo os seus interesses e tácticas. E se até então eram grandes amigos, ainda mais amigos ficaram!

Vamos ter de continuar a recordar o passado, esse grande mestre. Num quadro apesar de tudo rodeado de incertezas, de que as

preparava residia nas complementaridades e, naturalmente, na plena aceitação das condicionantes que as complementaridades exigem.

As vozes da desgraça e as acções concretas que para isso também dariam uma mãozinha tinham ido longe de mais... Era preciso arrepiar caminho, suavizando as cores e até negando certas conclusões por excessivamente negativas... Os resultados tinham sido alcançados, a *ideia*, ou seja, a panaceia das complementaridades estava instalada, no interesse das seguradoras privadas.

Um negócio

É a esta luz que convém, pensamos nós, lembrar aqui a passagem seguinte do relatório anual da Companhia de Seguros Império (ano de 1972):

«O seguro de Vida também se tem mostrado proficiente em outros dos seus aspectos muito característicos: o da complementaridade em relação aos esquemas da Previdência Social. Em nossa opinião, esta deve encontrar-se mais voltada para os problemas do nivelamento e da satisfação de necessidades mínimas, reservando para o sector privado a resolução dos casos individuais ou de grupos bem diferenciados.»

Assim, sem papas na língua, se abria claramente o caminho para que os seguros privados fossem chamados a intervir na Segurança Social e por isso mesmo convertendo, ineludivelmente, a **Segurança Social num mero negócio**. Não o explicitaram então nem tinham de o fazer, estava-se no começo da jornada, ver-se-ia como correriam as coisas no seguimento daquela proposta... Estávamos em 1972, e apesar de algumas alterações ou propostas de alteração de natureza política e social, não se diz uma palavra sobre o futuro do que resta do seguro social de acidentes de trabalho em mãos das seguradoras privadas. Há, porém, algumas e curiosas lamentações a respeito do comportamento de tal seguro (ibidem - 1972): aumento nos custos de assistência médica; concorrência que se exacerba; apelo para que regresse a calma e o bom senso; crescimento das reservas matemáticas.

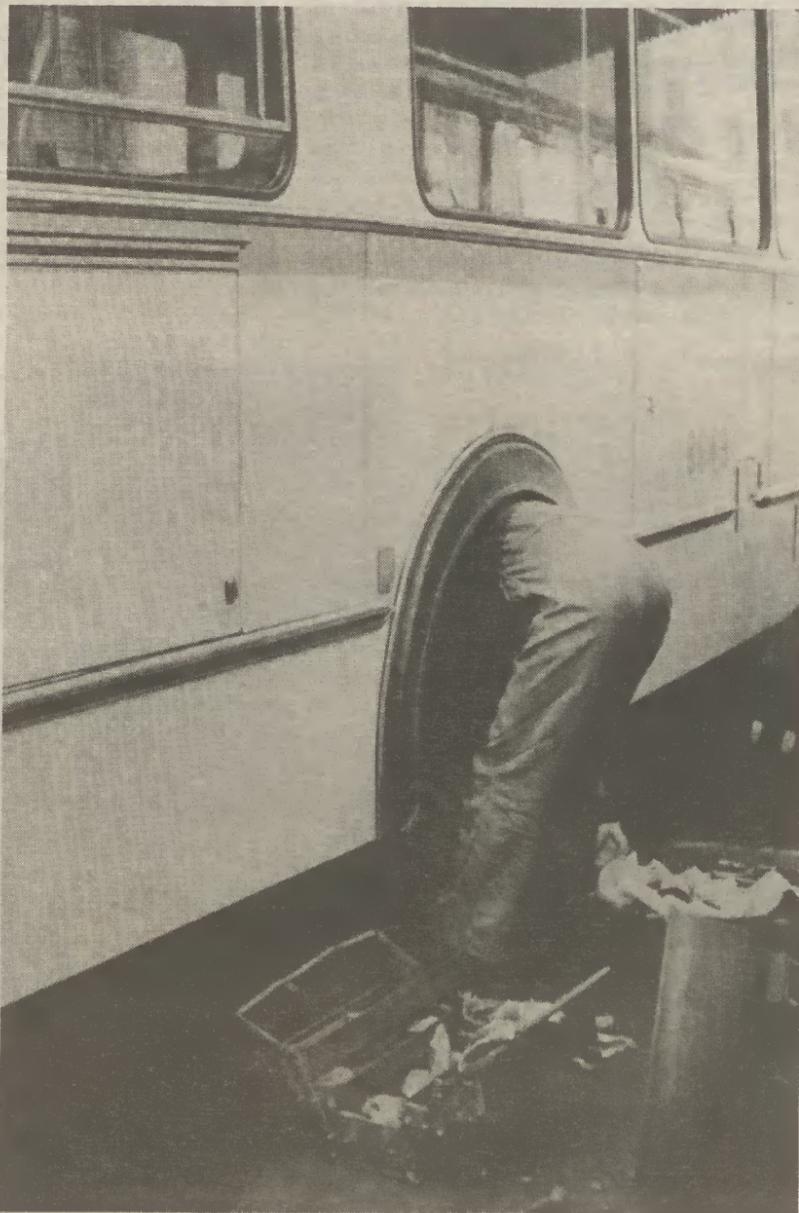
Quando alguns dos nossos políticos vêm falar ao povo no reforço da **solidariedade**, sabem que estão a falar de algo suficientemente vago que não acarreta responsabilidades concretas. Doutro modo, falaria claramente da Segurança Social e da Constituição da República, do acatamento e do cumprimento do que esta determina. Estes estranhos comportamentos ocorrem em paralelo com a acção constante, como aqui demonstrámos, das seguradoras privadas na conservação e na recuperação e ampliação dos seus privilégios.

Por tudo isto não deve causar-nos espanto e esquecimento a que o cumprimento da CR foi votado, nem o termo das mais legítimas esperanças nascidas com o 25 de Abril, no sentido da profunda e progressiva modernização do nosso país. Idêntica reacção terá de ser a nossa perante o escandaloso incumprimento da Lei de Bases da Segurança Social de 1984 e também diante das decisões ou propostas que o poder político anuncia sobre a Segurança Social e sobre as relações laborais. (Do seguro social de acidentes de trabalho nem sequer se fala! Vozes dispersas recordam aqui e

além a questão da higiene e segurança no trabalho!)

Do que se trata, pois, é de recuperar triunfalmente, como prova de modernidade, aquele texto de 1972, de há 27 anos, já inequivocamente obsoleto no ano em que nasceu... Do que se trata é de dar execução a esse programa: abrir as portas a uma Segurança Social sucessivamente depauperada até níveis de indigência ou próximos disso; facultar às seguradoras privadas os férteis terrenos que estas ambicionam para uma nova... carteira de negócios; deixar completamente desprotegida a maioria esmagadora da população portuguesa.

Esta reprovável e inaceitável intromissão das seguradoras privadas na Segurança Social, continuando e largamente ampliando a saga dos acidentes de trabalho, bem como os apoios políticos que recebe, é reveladora da necessidade urgente de uma séria reflexão de todos os cidadãos, nomeadamente dos trabalhadores e dos consumidores em geral. São, na verdade, inadiáveis iniciativas socialmente justas, eficazes e adequadas, fortemente apoiadas na população e na sua vontade expressa.



seguradoras podiam temer as consequências, o melhor seria avançar por novos caminhos, por soluções modernas... Assim, talvez fosse possível perder a parte traumatológica do seguro social dos acidentes de trabalho, desde que os seguros pudessem intervir na Previdência (depois: Segurança Social). Não se tratava de extinguir a previdência ou a segurança social e substituí-la pelos seguros privados!... Não se tratava disso, disseram e continuam hoje a dizer os principais mandatários das seguradoras: o que os Seguros pretendem é tão-só as complementaridades!

Um tal caminho exige a criação de estados de necessidade bem marcados. É, pois, indispensável bloquear o desenvolvimento da Segurança Social: minar o direito de acesso, contribuir por todas as formas directas e indirectas para a sua descapitalização, denegrir-la por práticas correntes de afrontoso desrespeito, vociferar sobre os **teríveis** custos, espalhar aos quatro ventos a «notícia» da sua falência a curto prazo, inventar um discurso pseudo-intelectual e altamente elaborado que desse cobertura «teórica» à chamada do cangalheiro... A alternativa **salvadora** do que assim se

Caminhos para a unidade

PORTUGAL > 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

PCP

A Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra foi palco, no início deste mês, de um animado debate subordinado ao tema «O Projecto de Esquerda e de Poder - Que Políticas? Com que forças? Por que caminhos?», em que participaram Boaventura Sousa Santos, Fernando Rosas, Manuel Villaverde Cabral e Vítor Dias. Moderado por Jorge Gouveia Monteiro, o confronto de ideias permitiu uma análise diversificada da sociedade actual e a convergência na conclusão de que a unidade das forças de esquerda - por difícil que seja - é condição essencial para a edificação de um mundo mais justo. Um debate enriquecedor, de que reproduzimos alguns excertos, através das intervenções dos principais oradores.

Boaventura Sousa Santos

... A primeira questão, e primeira contradição, é esta: a globalização tem um discurso de inclusão e uma prática de exclusão. Nós nunca assistimos que tanta gente esteja a ser excluída da fruição dos bem de consumo a nível global, das suas necessidades básicas, como neste momento. A produção de miséria e de pobreza nunca foi tão activa e tão agressiva quanto é hoje. No entanto, o discurso esconde esse trabalho de exclusão, em nome efectivamente de uma globalização aparentemente hegemónica.

... Esta globalização é muito excluyente e está a produzir aquilo que eu chamo fascismo social.

... No mesmo momento, em que a democracia se legitima com o grande mecanismo de inclusão no final do século, notamos que a democracia é cada vez ela própria também mais excluyente, cada vez mais coisas menos importantes são sujeitas, digamos assim, o controlo democrático e cada vez mais aquilo que é importante no domínio da vida económica, no domínio da vida política está fora do nosso controlo democrático.

... O que é que nós vamos fazer? A minha ideia é que nós realmente temos que inventar um novo contrato social e para isso nós vamos ter que encontrar novas formas de regular a nossa sociedade...

... A crise é nós conformarmo-nos com aquilo que está. E o que está são exactamente estas formas de destruição da convivencialidade, dos níveis de vida, das expectativas das pessoas, do direito à felicidade, do direito ao trabalho, do direito a uma vida digna, que

do estabelecimento de mecanismos de hegemonia que tornam os comportamentos de resistência como comportamentos desviantes, como comportamentos marginais e portanto como comportamentos socialmente condenáveis, talvez a anunciar que eles venham a ser politicamente condenáveis.

... A esquerda está numa situação defensiva. (...) Já este-

ve, no passado. Se nos lembrarmos da situação da esquerda nas vésperas do triunfo dos regimes fascistas na Europa, na segunda metade dos anos 30, a situação - ainda que naturalmente do ponto de vista estrutural e conjuntural tenha grandes diferenças - é uma situação histórica que colocou também nessa altura a esquerda na defensiva.

... O que eu penso é que é necessário assumir essa defensiva e saber encontrar os caminhos de unidade e de organização dentro dessa situação de defesa, dessa situação defensiva em que nos organizamos. Eu penso que a defensiva aliás facilita algumas coisas. É normalmente nas situações de ofensiva que há mais divergências... A defensiva obriga a limitar o campo das divergências e a situar e a limitar aquilo que pode unir as diversas sensibilidades em torno da defesa de um programa mínimo.

... O campo da esquerda à esquerda do bloco central é um campo minoritário, é um campo que vive uma situação de defesa das conquistas que são o património tradicional da esquerda, mas isso não pode fazer obviamente esquecer nem que ela constitui um projecto de poder ou que pretende constituir um projecto alternativo de poder quando isso for possível nem, naturalmente, perder de vista que é exactamente a formulação desse objectivo que pode ser o único e mais forte elemento agregador desse campo social e político.

... Não acompanho totalmente o Vítor Dias quando ele diz que este processo tem que ser um processo de passos de grupos de sensibilidades. Tem que ser um processo social, político, e tem

tura um factor de mobilização. Quando ela se torna contente, por via dessa prosperidade induzida, naturalmente que é mais complexa de gerir politicamente. Desde Maastricht, em particular, constrangimentos extremamente fortes do ponto de vista colectivo mas com contrapartidas individuais também elas desarticuladoras e muito aliciantes, quer dizer, há simultaneamente uma espécie de polarização de uns para quem há, de facto, cada vez mais oportunidades de realização, profissional, pessoal, etc., enquanto outros são marginalizados e é-lhes retirado qualquer tipo, até daquelas oportunidades tradicionais de pelo trabalho, esforço, poupança, etc. conseguir alguma coisa na vida.

... Eu não me sinto totalmente desconfortável numa posição defensiva. O que eu entendo, todavia, por uma posição defensiva da esquerda é tipicamente a dos grãos de areia.

... É evidente que para a minoria de que estávamos a falar possa crescer terá naturalmente que ir buscar ao campo onde actualmente o Partido Socialista está instalado, o campo eleitoral, mas também, possivelmente, muitos militantes cuja frustração provavelmente não é menor do que a nossa...

... Na minha opinião, em termos de análise política só poderá acontecer na oposição, isto é, quando o PS estiver na oposição, obviamente enquanto estiver no governo isso nunca acontecerá porque esse é o cimento que une contentes e descontentes conformados e inconformados e é claro que isto põe problemas de política parlamentar, partidária, eleitoral banal...

... Alguém me perguntou - e acho uma pergunta legítima - estamos aqui a dividir o PS em fatias pequeninas, a ver quem é que leva mais e alguém perguntou: "E o PCP?" Pois o PCP deverá diluir-se, tendencialmente dissolver-se nesta concepção, e eu penso que esse é um grande problema e a experiência histórica, aliás, é complicada, porque quando isso foi feito ou tentado às vezes os resultados foram piores. A emenda foi pior que o soneto...

Vítor Dias

... Uma ideia muito importante é que nós vemos este processo da alternativa de esquerda como um processo que exige diálogo político, que exige agregação de forças e energias dispersas à esquerda vemos que isso é essencial, mas vemos mais do que isso.

... Vemo-lo também como um processo social e político, no sentido rigoroso do termo. A classificação que fizemos sobre a política actual do PS como não sendo um acidente mas uma trajectória que culminou nisto, leva-nos a uma outra conclusão: a de que o PS não rectificará esta sua política e estas suas orientações fundamentais, a nosso ver, a não ser debaixo de uma fortíssima pressão social, debaixo do susto ou do abalo de uma significativa perda de base eleitoral a favor de correntes de esquerda com uma política de esquerda mais consequente.

... Nós sabemos bem que, em muitas situações históricas, resistir é a primeira obra construtiva que se pode fazer.

Agora, falando de alternativa de esquerda, achamos que devemos ter e formular a ambição de querer pesar sobre o poder, de condicionar o curso dos acontecimentos sobre as soluções governativas e a política governamental... Os povos, os trabalhadores, as massas precisam de esperança, precisam de horizontes em que as coisas valham a pena. Em que se crie uma esperança de que se vai contar.

... Se há coisa que não estamos sinceramente a pensar, e eu espero que as gerações de comunistas que se sigam à minha também não pensem, é

em diluições, em fusões e outras confusões. E isto não é apenas um comentário à ideia exposta pelo Manuel Villaverde Cabral. É uma concepção.

É que nós situamo-nos no quadro do pluralismo, do respeito pelas diferenças, pelas autonomias. Não estamos a pensar em entidades miticamente refundadas, amalgamadas e reunidas num caldeirão qualquer, supostamente comum. Estamos a pensar naquilo que podemos fazer em conjunto, naquilo que gente de um lado e de outro pode vir a fazer em conjunto, naquilo que cada um - ponto muito importante, não vá alguém pensar que o caderno de encargos é apenas para o PCP, força principal à esquerda do bloco central - tem de fazer. Todos os grupos, correntes, sensibilidades, têm que puxar pela cabeça, fazer por si, andar para a frente, conquistar influência. E nós procuramos tratar de nós próprios e tratar do reforço da nossa influência. E nenhuma dúvida: iremos às próximas eleições e a outras seguintes e a outras batalhas, com confiança em nós próprios, pedindo mais confiança em nós próprios, mais votos para nós próprios.



é produzido simultaneamente de uma maneira global e de uma maneira desorganizada. ... Daí que, acima de tudo, em meu entender, é necessário produzir inconformismo, sermos rebeldes.

... É preciso que a gente pense nas solidariedades, na globalização que eu chamo contra-hegemónica dos que sofrem, (...) de todos aqueles grupos que se sentem discriminados numa certa sociedade e têm que realmente encontrar formas novas organizadas de poderem dar a conhecer a sua luta. Como é que isto se faz? (...) Seria estúpido pensarmos que as lutas vão ser no poder ou no contrapoder. É preciso lutar no Estado e fora do Estado. É preciso lutar na resistência, no poder e no contrapoder.

Fernando Rosas

... Estamos a falar de hegemonia no sentido gramsciano do termo a sério, quer dizer, estamos a falar numa cultura que se torna dominante através do controlo dos órgãos de informação e através

que ser, de alguma forma, uma movimentação que dê coesão às coisas, que aproxime as coisas, as junte.

... Não penso que o PS, enquanto tal, possa mudar, há aqui uma lógica de monopólio de poder ao centro e há um certo PS que está nessa lógica e não vai mudar por muita pressão que se faça. (...) Naturalmente há uma parte do PS que pode ser atraída e que pode ser dívida para este campo e isso é, obviamente, um objectivo interessante.

Manuel Villaverde Cabral

... Outro pano de fundo é a integração europeia. Integração europeia que desarticula também o sistema político.

... Induziu uma prosperidade... que fez de Portugal uma espécie de periferia contente. Isto é importante, porque o grave é o contente. Periferia, nós éramos, estávamos habituados, mas enquanto periferia descontente isso tinha um conteúdo e por ven-

EM FOCO

Carlos Carvalho em visita a Lisboa

Um trabalho positivo na capital

Carlos Carvalho com responsáveis autárquicos de Lisboa

Lisboa está diferente. Depois de vários anos de obras, os habitantes da capital verificam agora que a cidade está rejuvenescida: zonas habitacionais renovadas, novas infra-estruturas construídas, estradas e parques de estacionamento edificadas, áreas de lazer inauguradas, jardins e espaços verdes melhorados e um sem-fim de construções que contribuem de forma decisiva para o aumento da qualidade de vida dos lisboetas. Algumas destas obras foram visitadas pelo secretário-geral do PCP na quinta-feira passada.

A convite da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Carvalho deslocou-se ao Castelo, ao pavilhão gimnodesportivo do Casal Vistoso, à construção do prolongamento da Avenida Estados Unidos da América, ao parque da Bela Vista, a prédios de realojamento nos Olivais e à Etar de Beirolos.

Acompanhado por João Soares, presidente da Câmara Municipal, por João Amaral, presidente da Assembleia Municipal, e por vários vereadores entre os quais Rui Godinho, Rita Magrinho e Vítor Costa - eleitos pelo PCP -, Carlos Carvalho teve oportu-

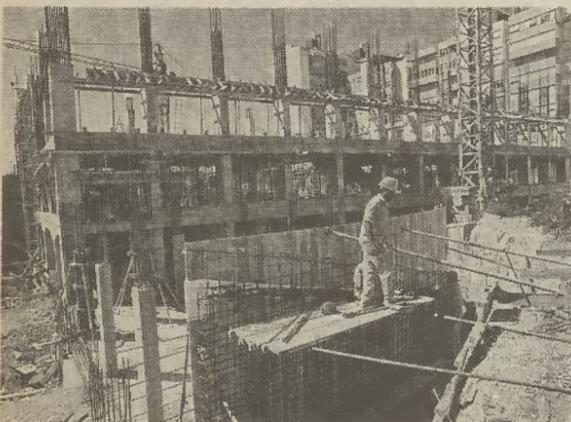
nidade de visitar os novos investimentos da cidade, que considerou como positivos. Mas o líder comunista sabe que ainda há muito trabalho pela frente: «Nós estamos associados ao que melhor se tem feito em Lisboa, mas reconhecemos que também há aspectos negativos. E nós estamos aqui para os superar», afirmou aos jornalistas.



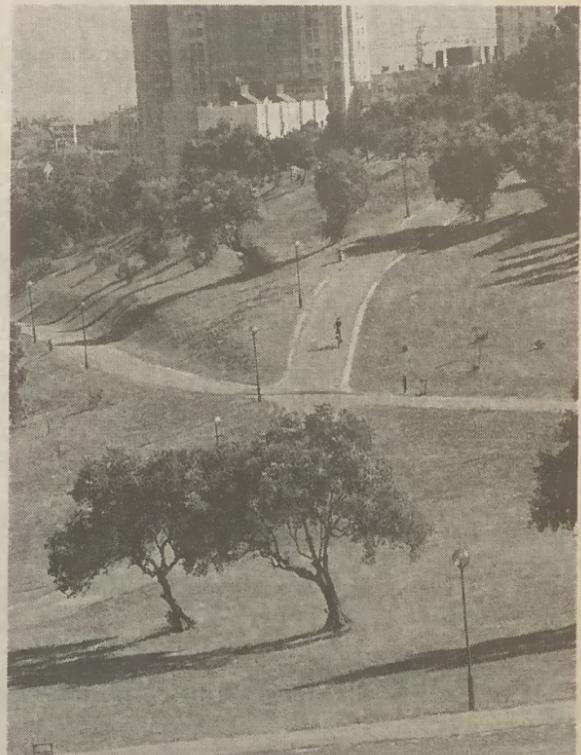
De facto, Lisboa é uma nova cidade, por dentro e por fora. Dos bairros antigos às novas zonas habitacionais, das áreas ribeirinhas às avenidas novas, da Expo'98 aos espaços verdes, a capital está embalada por uma onda de renovação que tem como objectivo servir os lisboetas.



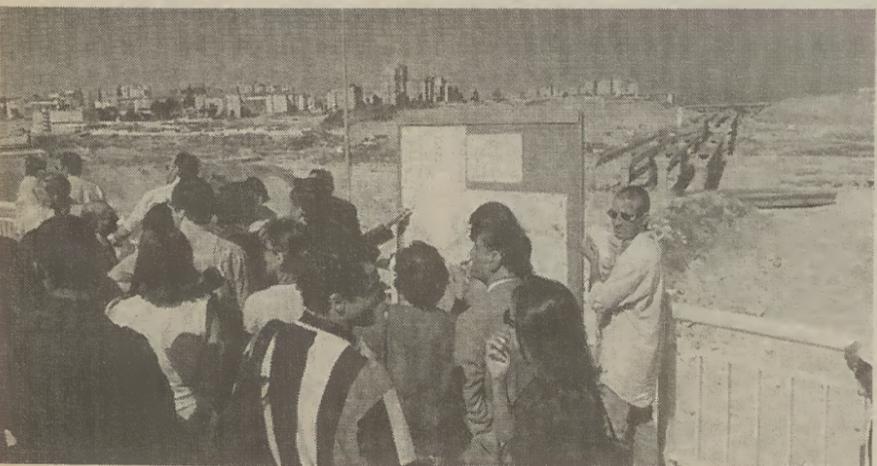
◀ **Pavilhão gimnodesportivo do Casal Vistoso** - No Casal Vistoso, junto às Orlas, está actualmente em construção um pavilhão gimnodesportivo com um ginásio de 700 metros quadrados, 1500 lugares sentados e um estacionamento subterrâneo para 260 automóveis. O projecto será concluído dentro de um ano. Para uma segunda fase está prevista a construção de uma piscina.



◀ **Projecto Integrado do Castelo** - A Câmara Municipal recuperou 38 prédios na freguesia do Castelo, num total de 194 habitações e abrangendo 331 pessoas, sempre com a preocupação de manter as populações nas zonas de origem e de aumentar a qualidade de vida dos habitantes. Utilizando materiais tradicionais de modo a preservar o aspecto típico das fachadas, muitos fogos foram aumentados e em todos eles foram instaladas casas de banho. O Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa - recentemente inaugurado - é lugar de visita obrigatória para quem passa pelo Castelo de São Jorge.

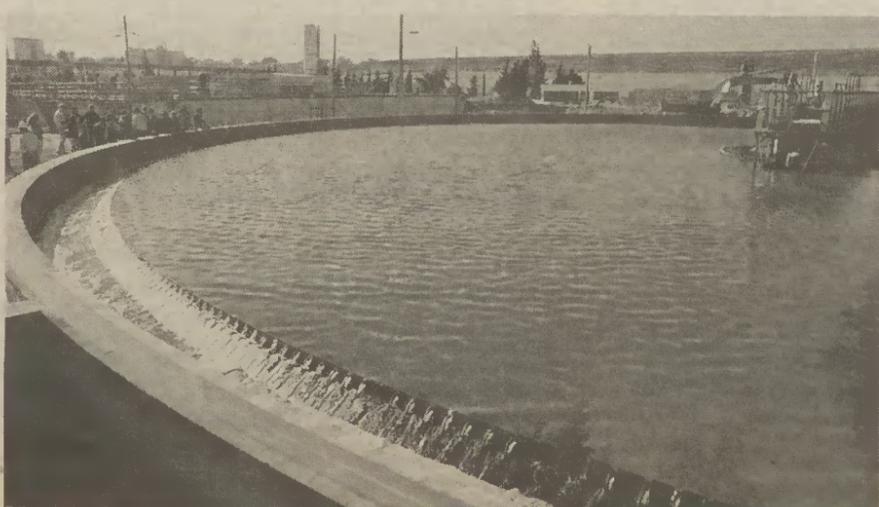


▶ **Parque da Bela Vista** - Só em 1998 foram plantadas no parque 400 árvores, entre as quais pinheiros, oliveiras e sobreiros. Junto a esta grande zona de espaços verdes existia um bairro de 1500 barracas - o «Cambodja» -, recentemente demolido. Hoje o Parque da Bela Vista é essencialmente palco de passeios a pé e de bicicleta.



◀ **Habitação para realojamento** - O Empreendimento da Avenida de Berlim destina-se a realojar famílias originárias de bairros degradados ou de barracas. No total são 4 mil fogos sociais. De sublinhar que as empreitadas estão a cumprir os custos previstos e a ser terminadas antes dos prazos.

Prolongamento da Av. dos Estados Unidos da América - As obras de prolongamento da Avenida dos Estados Unidos da América são paradigmáticas da renovação que a rede viária da cidade está a sofrer. Citamos alguns exemplos: conclusão da 1ª circular (composta pela Av. de Ceuta, Av. Caloust Gulbenkian, Av. João XXI e Av. Infante D. Henrique), reconstrução da Av. Mouzinho de Albuquerque, ligação directa da 2ª circular à Av. Marechal Gomes da Costa, remodelação da Av. Infante D. Henrique e ligação da Rotunda do Relógio a Chelas.



◀ **ETAR de Beirolos** - Depois de concluída, a ETAR de Beirolos será a mais avançada do País. Entretanto, esta estação de tratamento de águas e esgotos serve 65 mil habitantes equivalentes de Lisboa e Loures. Depois de limpas, as águas voltam a ser utilizadas principalmente para regas em Lisboa e Ribatejo.

Compartes reúnem em Viseu

Os baldios são dos povos

A nova Empresa Pública, criada pelo actual governo para gerir as matas públicas e comunitárias, foi o tema mais insistentemente tratado no Encontro Distrital que, no início de Julho reuniu em Viseu 350 compartes dos baldios. Um encontro em que foi feito balanço das muitas dificuldades com que os compartes deparam no dia-a-dia, de ano para ano. E da «invulgar obra de progresso económico, social e cultural que esta forma de administração permitiu erguer em centenas de comunidades».

Num tempo em que – pelo menos formalmente – questões como desenvolvimento sustentável, a defesa do ambiente, ou a necessidade de pôr travão à desertificação humana, surgem como preocupações incontornáveis, a questão dos baldios ganha ainda uma maior acuidade. Será talvez hoje mais difícil do que há uma dezena de anos considerá-los uma *realidade anacrónica* – designação que envolve uma perspectiva de *progresso* cada vez mais indefensável.

E, no entanto, a antiquíssima luta dos compartes em defesa dos baldios continua. Sob formas diversas, respondendo a ameaças que surgem sob diferentes capas. Mas continua. Enquanto, simultaneamente, se afirma como uma significativa experiência de *administração democrática*.

A obra realizada

Em 22 anos de administração democrática dos baldios pelos povos foi possível concretizar, em mais de uma centena de localidades do distrito de Viseu, um notável conjunto de iniciativas – divulgados no documento aprovado no Encontro de Viseu – que se poderão agrupar, fundamentalmente, em três domínios:

- **Desenvolvimento económico-social.** Uma área em que se apostou em dar resposta a um leque diversificado de necessidades: construção e reparação de caminhos rurais, arruamentos, estradas, pontes; construção de fontanários ou redes de distribuição de água; infra-estruturas de combate a incêndios e limpeza de matas; exploração de rochas e águas para a agricultura; infra-estruturas económicas – moagens, salas de ordenha, um lagar de azeite e um alambique; projectos de florestação e reflorestação; novas pastagens; apoio aos agricultores ao nível dos aproveitamentos tradicionais dos baldios – manutenção da pastorícia em muitas zonas serranas, aproveitamento de lenhas, estrumes, pedra, saibro, água.

- **Desenvolvimento sociocultural e comunitário.** A construção de centros culturais, recreativos ou de convívio, o apoio à criação e funcionamento de associações que desenvolvem a sua actividade nestas e noutras áreas, o apoio a ranchos folclóricos e à construção ou aquisição de equipamento para capelas e igrejas, o estímulo a actividades desportivas – contam-se entre as iniciativas desenvolvidas neste plano.

Toda uma acção em que há que destacar o desenvolvimento do espírito comunitário, concretizado «no próprio exercício desta genuína forma de democracia directa» e a defesa dos baldios «corporizada em centenas de actos de luta».

- **Desenvolvimento ambiental.** Através da «manutenção dos ecossistemas serranos, com grande equilíbrio ecológico; a pureza do ar, da água, de muitos espaços verdes, da biodiversidade e da fundamental relação de equilíbrio entre a natureza e o homem».

Três grandes inimigos

Entre 1976 e 1992 registaram-se 18 iniciativas legislativas – por parte do PSD, PS e CDS/PP – no sentido de tornar possível a sua privatização. Projectos de lei que não foram avante por força da luta dos compartes.

Entretanto, essas iniciativas no plano político têm as suas bases económico-sociais e institucionais.

O Encontro de Viseu apontou, como «os três grandes inimigos dos baldios»:

- **Os grandes interesses económicos,** nomeadamente as indústrias de celulose, de turismo de montanha e especuladores imobiliários;

- **Autarquias locais,** que «tentam fazer deles fontes de financiamento» e lançam mão de vários expedientes para a sua passagem à propriedade administrativa autárquica.

- **Ex-estruturas florestais** que, em muitos casos, não souberam ou não puderam assumir uma postura de apoio e cooperação perante os conselhos directivos e assembleias de compartes e, ao invés, levantaram dificuldades e entraves, retiraram verbas, mantiveram atitudes de interferência, controlo e fiscalização.

Os perigos da empresa pública

O Encontro de Baldios de Viseu manifestou o seu desacordo e desconfiança em relação à decisão do actual governo de criar uma empresa pública para gerir as matas públicas e comunitárias e a todo o desenvolvimento deste processo e alertou para alguns perigos.

Perigos que, como se afirma no documento do Encontro, passam pela possibilidade de tal empresa vir a transformar-se gradativamente em empresa de capitais mistos e depois em empresa privada, «tentando, por



esta forma, o objectivo nunca conseguido na Assembleia da República, ou seja, arrastar os baldios para o domínio privado, no próprio processo de privatização da empresa».

Por outro lado, esta empresa visa o lucro. Pelo que «poderá cair na tentação fácil de tratar os baldios *com vários pesos e várias medidas*, conforme os baldios estejam melhor situados, disponham de mais recursos instalados, tenham melhores acessos, sejam constituídos por maiores manchas contínuas, etc., abandonando investimentos em baldios com inferiores condições, deixando de cumprir a função social que ao Estado caberia sempre cumprir, desenvolvendo por igual todos os baldios para maior riqueza dos povos».

Uma situação face à qual os compartes se afirmam «preparados

Garantir direitos

«Os baldios estiveram no passado, estão no presente e terão de continuar a estar no futuro na posse, uso e fruição dos povos e sujeitos a leis que garantam formas de administração democráticas por esses mesmos povos.» Este o primeiro ponto da Resolução aprovada no Encontro de 5 de Julho em Viseu.

O documento valoriza, de seguida, os recursos e potencialidades dos baldios e reclama o apoio técnico, jurídico e financeiro na implementação de projectos de exploração de novos recursos, designadamente ao nível da florestação, pastorícia, cinegética, piscicultura, apicultura, exploração e aproveitamento de águas, massas minerais, aproveitamentos agrícolas, aproveitamentos turísticos, desenvolvimento e ambiente.

Tendo em conta seu o papel no desenvolvimento económico, social e cultural, as estruturas organizativas dos baldios reclamam que lhes seja atribuído o *estatuto de instituições de utilidade pública*, de par do acesso à informação e participação na negociação de todas as matérias que se prendam com os baldios e a canalização de verbas para o apoio ao associativismo ligado à administração dos baldios.

Na perspectiva de criação de uma futura **empresa pública**, os compartes exigem a obrigatoriedade desta negociar, colectivamente, com os Secretariados Distritais de baldios as bases gerais e contratos com os Conselhos Directivos de baldios e desde já mandatam o Secretariado dos Baldios de Viseu para acompanhar técnica e juridicamente todas as matérias que tenham a ver com o estabelecimento de protocolos ou contratos.

O Encontro considerou ainda essencial que seja estudada «uma forma superior de organização nacional de baldios, enquadradora e coordenadora da acção dos povos dos baldios, como espaço de diálogo e forma institucional de negociação».

Um conjunto de decisões que visa garantir que sempre que venham a ser postos em causa os «interesses das comunidades serranas em relação ao seu histórico direito à posse, uso, fruição e administração dos seus bens comunitários, se desenvolvam as lutas necessárias à garantia de tais direitos».

A concluir, o documento cita as palavras-advéncia de Aquilino Ribeiro: «A serra é dos serranos desde que o mundo é mundo, herdada de pais para filhos; quem vier para no-la tirar, conosco se há-de haver!»



As «dificuldades» de Cavaco

Cavaco Silva não perdeu o jeito de se imiscuir nos assuntos políticos do seu partido e do País enquanto finge que não está a meter-se em nada, o que, ainda por cima, tem a vantagem de não o comprometer, nem sequer com as consequências da sua «não intervenção».

PONTOS CARDEAIS

cavaquista. É o próprio «homem do leme» que avisa, se calhar na ilusão de que o voltem a chamar para o comando da nau...

Conselho... de guerra

Por coincidência - se é que em política há coincidências -, estas asserções de Cavaco Silva surgiram em mais um momento de «tudo ou nada» na vida do PSD, mais uma vez, como é da praxe neste partido de «batalha campal», protagonizado pelo líder Marcelo Rebelo de Sousa.

objectivo de «desfazer dúvidas» sobre o seu apoio ao líder - a quem ele afrontara claramente, ao assumir-se defensor da regionalização. O mesmo fez Alberto João Jardim, a quem o líder visitou oficialmente na Madeira e dele extraiu, em público, a garantia de que o PSD/Madeira iria trabalhar para a estratégia do PSD nacional, quando pouco antes afirmava que, na Madeira, se estavam nas tintas para o referendo sobre as regiões.

Não levar a sério

Conta o Diário de Notícias ter o ministro Pina Moura afirmado que se as declarações de Alberto João Jardim fossem levadas a sério, poderiam implicar uma ruptura entre o Governo Autónomo da Madeira e o Governo da República, mas como o novel ministro diz já estar habituado «a não levar a sério as declarações de Alberto João Jardim», não

há-de haver novidade na visita oficial que esta semana fará ao Funchal e ao Porto Santo.

As afirmações de Alberto João Jardim, que, desta vez, Pina Moura «não leva a sério», são as que o presidente regional madeirense proferiu recentemente sobre a regionalização, onde de novo os insultos ao Governo da República e o achincalhamento da unidade do Estado foram atirados ao ar como confetis num dos carnavais de Jardim.

Crescer e diminuir

O Banco de Portugal saiu com um balanço sobre a

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Sonetos de Perto e de Longe Actualidade

A empresa faliu. O empresário (tem graça, agora já não há patrões!) diz que faltavam lá as condições para um bom rendimento monetário.

Foram meses e meses sem salário mas com os operários todos em funções e até houve bastantes transacções. «Isto é - disseram - um conto do vigário.»

Gritos. Bandeiras negras. Mas ao lado no seu bruto carrão metalizado o senhor Serafim desaparece.

Para as termas com a mulher e os filhos vai. Depois... Quênia... Seychelles... Ou Hawai. Faz bem, faz bem. Cuidado com o stress...

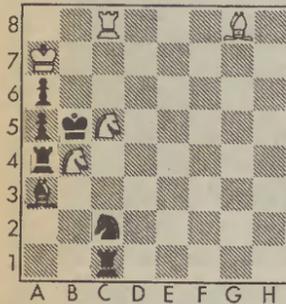


XADREZ

DCLXVII - 30 DE JULHO DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998X30

Por: P. Behhdund 1º Prémio «Sjakk. Nytt.» - 1947

Pr.: [7]: Ps. a5, a6-Cç2-Ba3-Ts.a4ç1-Rb5 Br.: [5]: Cs. b4, ç5 - Bg8 - Tç8 - Ra7



Mate em 2 [dois] lances

SOLUÇÃO DO Nº 1998X30 [P. B.]

1. C64! [Ameaça: 2. Tb8 #], T:b4; 2. Cç3 #

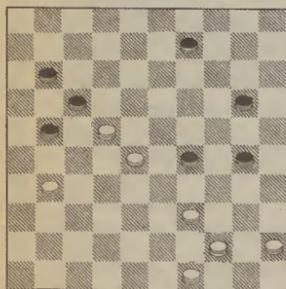
A. de M. M.

DAMAS

DCLXVII - 30 DE JULHO DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998D30

Por: Maurice Nicholas [F.] «Pergignan», F. 20.VII.1959

Pr.: [7]: 9-11-17-20-21-29-30 Br.: [7]: 22-28-31-39-44-45-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998D30 [M.N.]

1. 39-33! (29x38); 2. 49-43, (38x40); 3. 45x50; 4. 49-43, (49x54); 5. 45x50; 6. 49-43, (49x54); 7. 45x50; 8. 49-43, (49x54); 9. 45x50; 10. 49-43, (49x54); 11. 45x50; 12. 49-43, (49x54); 13. 45x50; 14. 49-43, (49x54); 15. 45x50; 16. 49-43, (49x54); 17. 45x50; 18. 49-43, (49x54); 19. 45x50; 20. 49-43, (49x54); 21. 45x50; 22. 49-43, (49x54); 23. 45x50; 24. 49-43, (49x54); 25. 45x50; 26. 49-43, (49x54); 27. 45x50; 28. 49-43, (49x54); 29. 45x50; 30. 49-43, (49x54); 31. 45x50; 32. 49-43, (49x54); 33. 45x50; 34. 49-43, (49x54); 35. 45x50; 36. 49-43, (49x54); 37. 45x50; 38. 49-43, (49x54); 39. 45x50; 40. 49-43, (49x54); 41. 45x50; 42. 49-43, (49x54); 43. 45x50; 44. 49-43, (49x54); 45. 45x50; 46. 49-43, (49x54); 47. 45x50; 48. 49-43, (49x54); 49. 45x50; 50. 49-43, (49x54); 51. 45x50; 52. 49-43, (49x54); 53. 45x50; 54. 49-43, (49x54); 55. 45x50; 56. 49-43, (49x54); 57. 45x50; 58. 49-43, (49x54); 59. 45x50; 60. 49-43, (49x54); 61. 45x50; 62. 49-43, (49x54); 63. 45x50; 64. 49-43, (49x54); 65. 45x50; 66. 49-43, (49x54); 67. 45x50; 68. 49-43, (49x54); 69. 45x50; 70. 49-43, (49x54); 71. 45x50; 72. 49-43, (49x54); 73. 45x50; 74. 49-43, (49x54); 75. 45x50; 76. 49-43, (49x54); 77. 45x50; 78. 49-43, (49x54); 79. 45x50; 80. 49-43, (49x54); 81. 45x50; 82. 49-43, (49x54); 83. 45x50; 84. 49-43, (49x54); 85. 45x50; 86. 49-43, (49x54); 87. 45x50; 88. 49-43, (49x54); 89. 45x50; 90. 49-43, (49x54); 91. 45x50; 92. 49-43, (49x54); 93. 45x50; 94. 49-43, (49x54); 95. 45x50; 96. 49-43, (49x54); 97. 45x50; 98. 49-43, (49x54); 99. 45x50; 100. 49-43, (49x54); 101. 45x50; 102. 49-43, (49x54); 103. 45x50; 104. 49-43, (49x54); 105. 45x50; 106. 49-43, (49x54); 107. 45x50; 108. 49-43, (49x54); 109. 45x50; 110. 49-43, (49x54); 111. 45x50; 112. 49-43, (49x54); 113. 45x50; 114. 49-43, (49x54); 115. 45x50; 116. 49-43, (49x54); 117. 45x50; 118. 49-43, (49x54); 119. 45x50; 120. 49-43, (49x54); 121. 45x50; 122. 49-43, (49x54); 123. 45x50; 124. 49-43, (49x54); 125. 45x50; 126. 49-43, (49x54); 127. 45x50; 128. 49-43, (49x54); 129. 45x50; 130. 49-43, (49x54); 131. 45x50; 132. 49-43, (49x54); 133. 45x50; 134. 49-43, (49x54); 135. 45x50; 136. 49-43, (49x54); 137. 45x50; 138. 49-43, (49x54); 139. 45x50; 140. 49-43, (49x54); 141. 45x50; 142. 49-43, (49x54); 143. 45x50; 144. 49-43, (49x54); 145. 45x50; 146. 49-43, (49x54); 147. 45x50; 148. 49-43, (49x54); 149. 45x50; 150. 49-43, (49x54); 151. 45x50; 152. 49-43, (49x54); 153. 45x50; 154. 49-43, (49x54); 155. 45x50; 156. 49-43, (49x54); 157. 45x50; 158. 49-43, (49x54); 159. 45x50; 160. 49-43, (49x54); 161. 45x50; 162. 49-43, (49x54); 163. 45x50; 164. 49-43, (49x54); 165. 45x50; 166. 49-43, (49x54); 167. 45x50; 168. 49-43, (49x54); 169. 45x50; 170. 49-43, (49x54); 171. 45x50; 172. 49-43, (49x54); 173. 45x50; 174. 49-43, (49x54); 175. 45x50; 176. 49-43, (49x54); 177. 45x50; 178. 49-43, (49x54); 179. 45x50; 180. 49-43, (49x54); 181. 45x50; 182. 49-43, (49x54); 183. 45x50; 184. 49-43, (49x54); 185. 45x50; 186. 49-43, (49x54); 187. 45x50; 188. 49-43, (49x54); 189. 45x50; 190. 49-43, (49x54); 191. 45x50; 192. 49-43, (49x54); 193. 45x50; 194. 49-43, (49x54); 195. 45x50; 196. 49-43, (49x54); 197. 45x50; 198. 49-43, (49x54); 199. 45x50; 200. 49-43, (49x54); 201. 45x50; 202. 49-43, (49x54); 203. 45x50; 204. 49-43, (49x54); 205. 45x50; 206. 49-43, (49x54); 207. 45x50; 208. 49-43, (49x54); 209. 45x50; 210. 49-43, (49x54); 211. 45x50; 212. 49-43, (49x54); 213. 45x50; 214. 49-43, (49x54); 215. 45x50; 216. 49-43, (49x54); 217. 45x50; 218. 49-43, (49x54); 219. 45x50; 220. 49-43, (49x54); 221. 45x50; 222. 49-43, (49x54); 223. 45x50; 224. 49-43, (49x54); 225. 45x50; 226. 49-43, (49x54); 227. 45x50; 228. 49-43, (49x54); 229. 45x50; 230. 49-43, (49x54); 231. 45x50; 232. 49-43, (49x54); 233. 45x50; 234. 49-43, (49x54); 235. 45x50; 236. 49-43, (49x54); 237. 45x50; 238. 49-43, (49x54); 239. 45x50; 240. 49-43, (49x54); 241. 45x50; 242. 49-43, (49x54); 243. 45x50; 244. 49-43, (49x54); 245. 45x50; 246. 49-43, (49x54); 247. 45x50; 248. 49-43, (49x54); 249. 45x50; 250. 49-43, (49x54); 251. 45x50; 252. 49-43, (49x54); 253. 45x50; 254. 49-43, (49x54); 255. 45x50; 256. 49-43, (49x54); 257. 45x50; 258. 49-43, (49x54); 259. 45x50; 260. 49-43, (49x54); 261. 45x50; 262. 49-43, (49x54); 263. 45x50; 264. 49-43, (49x54); 265. 45x50; 266. 49-43, (49x54); 267. 45x50; 268. 49-43, (49x54); 269. 45x50; 270. 49-43, (49x54); 271. 45x50; 272. 49-43, (49x54); 273. 45x50; 274. 49-43, (49x54); 275. 45x50; 276. 49-43, (49x54); 277. 45x50; 278. 49-43, (49x54); 279. 45x50; 280. 49-43, (49x54); 281. 45x50; 282. 49-43, (49x54); 283. 45x50; 284. 49-43, (49x54); 285. 45x50; 286. 49-43, (49x54); 287. 45x50; 288. 49-43, (49x54); 289. 45x50; 290. 49-43, (49x54); 291. 45x50; 292. 49-43, (49x54); 293. 45x50; 294. 49-43, (49x54); 295. 45x50; 296. 49-43, (49x54); 297. 45x50; 298. 49-43, (49x54); 299. 45x50; 300. 49-43, (49x54); 301. 45x50; 302. 49-43, (49x54); 303. 45x50; 304. 49-43, (49x54); 305. 45x50; 306. 49-43, (49x54); 307. 45x50; 308. 49-43, (49x54); 309. 45x50; 310. 49-43, (49x54); 311. 45x50; 312. 49-43, (49x54); 313. 45x50; 314. 49-43, (49x54); 315. 45x50; 316. 49-43, (49x54); 317. 45x50; 318. 49-43, (49x54); 319. 45x50; 320. 49-43, (49x54); 321. 45x50; 322. 49-43, (49x54); 323. 45x50; 324. 49-43, (49x54); 325. 45x50; 326. 49-43, (49x54); 327. 45x50; 328. 49-43, (49x54); 329. 45x50; 330. 49-43, (49x54); 331. 45x50; 332. 49-43, (49x54); 333. 45x50; 334. 49-43, (49x54); 335. 45x50; 336. 49-43, (49x54); 337. 45x50; 338. 49-43, (49x54); 339. 45x50; 340. 49-43, (49x54); 341. 45x50; 342. 49-43, (49x54); 343. 45x50; 344. 49-43, (49x54); 345. 45x50; 346. 49-43, (49x54); 347. 45x50; 348. 49-43, (49x54); 349. 45x50; 350. 49-43, (49x54); 351. 45x50; 352. 49-43, (49x54); 353. 45x50; 354. 49-43, (49x54); 355. 45x50; 356. 49-43, (49x54); 357. 45x50; 358. 49-43, (49x54); 359. 45x50; 360. 49-43, (49x54); 361. 45x50; 362. 49-43, (49x54); 363. 45x50; 364. 49-43, (49x54); 365. 45x50; 366. 49-43, (49x54); 367. 45x50; 368. 49-43, (49x54); 369. 45x50; 370. 49-43, (49x54); 371. 45x50; 372. 49-43, (49x54); 373. 45x50; 374. 49-43, (49x54); 375. 45x50; 376. 49-43, (49x54); 377. 45x50; 378. 49-43, (49x54); 379. 45x50; 380. 49-43, (49x54); 381. 45x50; 382. 49-43, (49x54); 383. 45x50; 384. 49-43, (49x54); 385. 45x50; 386. 49-43, (49x54); 387. 45x50; 388. 49-43, (49x54); 389. 45x50; 390. 49-43, (49x54); 391. 45x50; 392. 49-43, (49x54); 393. 45x50; 394. 49-43, (49x54); 395. 45x50; 396. 49-43, (49x54); 397. 45x50; 398. 49-43, (49x54); 399. 45x50; 400. 49-43, (49x54); 401. 45x50; 402. 49-43, (49x54); 403. 45x50; 404. 49-43, (49x54); 405. 45x50; 406. 49-43, (49x54); 407. 45x50; 408. 49-43, (49x54); 409. 45x50; 410. 49-43, (49x54); 411. 45x50; 412. 49-43, (49x54); 413. 45x50; 414. 49-43, (49x54); 415. 45x50; 416. 49-43, (49x54); 417. 45x50; 418. 49-43, (49x54); 419. 45x50; 420. 49-43, (49x54); 421. 45x50; 422. 49-43, (49x54); 423. 45x50; 424. 49-43, (49x54); 425. 45x50; 426. 49-43, (49x54); 427. 45x50; 428. 49-43, (49x54); 429. 45x50; 430. 49-43, (49x54); 431. 45x50; 432. 49-43, (49x54); 433. 45x50; 434. 49-43, (49x54); 435. 45x50; 436. 49-43, (49x54); 437. 45x50; 438. 49-43, (49x54); 439. 45x50; 440. 49-43, (49x54); 441. 45x50; 442. 49-43, (49x54); 443. 45x50; 444. 49-43, (49x54); 445. 45x50; 446. 49-43, (49x54); 447. 45x50; 448. 49-43, (49x54); 449. 45x50; 450. 49-43, (49x54); 451. 45x50; 452. 49-43, (49x54); 453. 45x50; 454. 49-43, (49x54); 455. 45x50; 456. 49-43, (49x54); 457. 45x50; 458. 49-43, (49x54); 459. 45x50; 460. 49-43, (49x54); 461. 45x50; 462. 49-43, (49x54); 463. 45x50; 464. 49-43, (49x54); 465. 45x50; 466. 49-43, (49x54); 467. 45x50; 468. 49-43, (49x54); 469. 45x50; 470. 49-43, (49x54); 471. 45x50; 472. 49-43, (49x54); 473. 45x50; 474. 49-43, (49x54); 475. 45x50; 476. 49-43, (49x54); 477. 45x50; 478. 49-43, (49x54); 479. 45x50; 480. 49-43, (49x54); 481. 45x50; 482. 49-43, (49x54); 483. 45x50; 484. 49-43, (49x54); 485. 45x50; 486. 49-43, (49x54); 487. 45x50; 488. 49-43, (49x54); 489. 45x50; 490. 49-43, (49x54); 491. 45x50; 492. 49-43, (49x54); 493. 45x50; 494. 49-43, (49x54); 495. 45x50; 496. 49-43, (49x54); 497. 45x50; 498. 49-43, (49x54); 499. 45x50; 500. 49-43, (49x54); 501. 45x50; 502. 49-43, (49x54); 503. 45x50; 504. 49-43, (49x54); 505. 45x50; 506. 49-43, (49x54); 507. 45x50; 508. 49-43, (49x54); 509. 45x50; 510. 49-43, (49x54); 511. 45x50; 512. 49-43, (49x54); 513. 45x50; 514. 49-43, (49x54); 515. 45x50; 516. 49-43, (49x54); 517. 45x50; 518. 49-43, (49x54); 519. 45x50; 520. 49-43, (49x54); 521. 45x50; 522. 49-43, (49x54); 523. 45x50; 524. 49-43, (49x54); 525. 45x50; 526. 49-43, (49x54); 527. 45x50; 528. 49-43, (49x54); 529. 45x50; 530. 49-43, (49x54); 531. 45x50; 532. 49-43, (49x54); 533. 45x50; 534. 49-43, (49x54); 535. 45x50; 536. 49-43, (49x54); 537. 45x50; 538. 49-43, (49x54); 539. 45x50; 540. 49-43, (49x54); 541. 45x50; 542. 49-43, (49x54); 543. 45x50; 544. 49-43, (49x54); 545. 45x50; 546. 49-43, (49x54); 547. 45x50; 548. 49-43, (49x54); 549. 45x50; 550. 49-43, (49x54); 551. 45x50; 552. 49-43, (49x54); 553. 45x50; 554. 49-43, (49x54); 555. 45x50; 556. 49-43, (49x54); 557. 45x50; 558. 49-43, (49x54); 559. 45x50; 560. 49-43, (49x54); 561. 45x50; 562. 49-43, (49x54); 563. 45x50; 564. 49-43, (49x54); 565. 45x50; 566. 49-43, (49x54); 567. 45x50; 568. 49-43, (49x54); 569. 45x50; 570. 49-43, (49x54); 571. 45x50; 572. 49-43, (49x54); 573. 45x50; 574. 49-43, (49x54); 575. 45x50; 576. 49-43, (49x54); 577. 45x50; 578. 49-43, (49x54); 579. 45x50; 580. 49-43, (49x54); 581. 45x50; 582. 49-43, (49x54); 583. 45x50; 584. 49-43, (49x54); 585. 45x50; 586. 49-43, (49x54); 587. 45x50; 588. 49-43, (49x54); 589. 45x50; 590. 49-43, (49x54); 591. 45x50; 592. 49-43, (49x54); 593. 45x50; 594. 49-43, (49x54); 595. 45x50; 596. 49-43, (49x54); 597. 45x50; 598. 49-43, (49x54); 599. 45x50; 600. 49-43, (49x54); 601. 45x50; 602. 49-43, (49x54); 603. 45x50; 604. 49-43, (49x54); 605. 45x50; 606. 49-43, (49x54); 607. 45x50; 608. 49-43, (49x54); 609. 45x50; 610. 49-43, (49x54); 611. 45x50; 612. 49-43, (49x54); 613. 45x50; 614. 49-43, (49x54); 615. 45x50; 616. 49-43, (49x54); 617. 45x50; 618. 49-43, (49x54); 619. 45x50; 620. 49-43, (49x54); 621. 45x50; 622. 49-43, (49x54); 623. 45x50; 624. 49-43, (49x54); 625. 45x50; 626. 49-43, (49x54); 627. 45x50; 628. 49-43, (49x54); 629. 45x50; 630. 49-43, (49x54); 631. 45x50; 632. 49-43, (49x54); 633. 45x50; 634. 49-43, (49x54); 635. 45x50; 636. 49-43, (49x54); 637. 45x50; 638. 49-43, (49x54); 639. 45x50; 640. 49-43, (49x54); 641. 45x50; 642. 49-43, (49x54); 643. 45x50; 644. 49-43, (49x54); 645. 45x50; 646. 49-43, (49x54); 647. 45x50; 648. 49

AGENDA

**S. PEDRO DA COVA****Festa da Unidade**

promovida pela Com. de Freg. do PCP
1 e 2 de Agosto na Gandra

Sábado

Duo Pedro e Rui Pedro às 21h30

Noite de Fado a partir das 22h30

Domingo

Música de baile com os Music Band

Às 17h: **Intervenções políticas**
de Humberto de Sousa e José Timóteo

*

CASEBRES**Festa do PCP e da JCP**

1 de Agosto às 22h

Animação musical - Petiscos
Divulgação da Festa do Avante!

*

SETÚBAL - FEIRA DE SANTIAGO**PAVILHÃO DO PCP e da JCP**

com exposição política
venda da EP

**Faro**

ACAMPAMENTO
ECO-
-REVOLUCIONÁRIO
NA MATA
DE MONTE GORDO
31 Julho a 2 Agosto

(Informações: 089-805734)

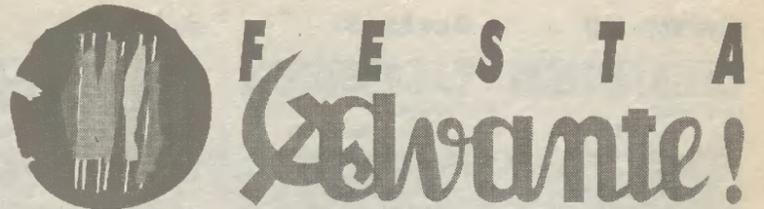
Porto/Gaia

FIM-DE-SEMANA
DESPORTIVO
EM
VILA NOVA DE GAIA

1 e 2 de Agosto
Torneio de Damas,
Matacos, Ténis de Mesa
Jantar
Pintura de um mural
(sábado à noite)

TORNEIO
DE FUTEBOL DE 5
NA AFURADA

Início a 1 de Agosto
no Polidesportivo
do S. P. Afurada
(Org. Secundário
e JCP/Afurada)

**Concurso****"Novos Valores"**

em Vila Nova de Famalicão

Pç. Cupertino de Miranda
Hoje, dia 30, 21h

Grupos

FACTS OF LIFE e FEAR LESS, de Braga

CHEMICAL DESIRE, de Vila Verde

SOLDADOS DE BACO, de Barcelos

BERGASMOS e SWALLOW RAGE, de Famalicão

O grupo apurado

apresentar-se-á no

Palco NOVOS VALORES

Festa do Avante! 1998

**Festival
"Audácia
de Conquistar"**

na Praia da Baía
de Espinho

Domingo, 2, 16h

Bandas em concurso

para o Palco Novos Valores
da Festa do Avante!:

DARSH, DROOL SNIPER,
KONK, CLINGER de Aveiro;
NO SENSE, LYRIC DOPE
MACHINE de Espinho;
PRUNE de S. João da Madeira.

Banda convidada

STRANGE AIRPLANE

SINES

Plenário de camaradas
e amigos de Sines,
construtores da Festa do Avante!

Dia 12 - 17h30 - CT do PCP

Vamos visitar o Forte de Peniche!

Sábado, 22 de Agosto

Saída do CT Vitória às 8h - Regresso às 21h

em excursão a Peniche promovida

pela organização da Zona Centro da Cidade de Lisboa.

Inscrições no CT Vitória - Cam. Lurdes Correia e Emília Sousa



TELEVISÃO

Quinta, 30

RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.25 O Mundo de Cá
15.15 Isto Só Vídeo
15.30 Reis do Estúdio
17.55 Chiquititas
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.40 Cais do Oriente
21.05 As Lições do Tonecas
21.50 Terra Mãe
22.50 Maria Elisa
00.40 24 Horas
01.30 Ciclismo - Volta a França
01.00 Especial Musical
02.05 Um Sonho Real
(de Tom Clegg, EUA/1990, com Rob Lowe, Jennifer Grey, Andrea Ferreol, Elisabeth Vitali. Comédia romântica)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.35 Superesquadra
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.30 Portugalmente
21.35 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece



"O Riso ao Poder": dois cómicos que se diz serem herdeiros dos Monty Python. Na RTP2

22.50 Simão do Deserto
(de Luis Buñuel, México/1965, com Claudio Brook, Silvia Pinal, Hortensia Santovena, Enrique Álvarez Félix. Drama)
23.40 De Apolo às Estrelas

SIC
08.00 Buêreré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Fátima Lopes
17.50 Corpo Dourado



À beira das de férias na RTP está o "Acontece", assim como a Praça da Alegria e os Mestres Cozinheiros

19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 A Última Chance
23.15 Moda Mar
00.45 Último Jornal
01.20 Flash
02.40 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Terra: Conflito Final
23.00 Projeto Final
(de William Malone, EUA/1995, com Dana Ashbrook, Marshall Bell, Audie England, Paula Marshall, Fantástico / Ficção Científica)
01.00 Seinfeld
01.30 Ponto Final

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 As Teias da Máfia
23.00 A Esquadra de Brooklin
24.00 Dadores
(de Larry Shaw, EUA/1990, com Jack Scallia, Gale Mayron, Gregory Serra, Melissa Gilbert. Telefilme. Mistério)
02.00 Seinfeld
02.30 Ponto Final

Sexta, 31

RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.25 O Mundo de Cá
15.35 Os Andrades
16.15 Programa a designar
17.55 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.10 Terra Mãe
22.10 Concurso 1, 2, 3
00.25 24 Horas
01.15 Máquinas
01.50 Ciclismo - Volta a França
02.00 O Depredador
(de Kurt MacCarley, EUA/1992, com Gary Hudson, Michele Brian, Sarah Hill. Erótico)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.35 Superesquadra
17.30 Rali da Madeira
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.10 O Fantasma Escritor
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 O Riso ao Poder
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece



22.50 Viridiana
(de Luis Buñuel, Esp.-Méx./1961, com Silvia Pinal, Francisco Rabal, Fernando Rey, Margarita Lozano, Teresa Rabal. Drama)
00.30 Ternuras e Arrufos

SIC
08.00 Buêreré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Fátima Lopes
17.50 Corpo Dourado



À beira das de férias na RTP está o "Acontece", assim como a Praça da Alegria e os Mestres Cozinheiros

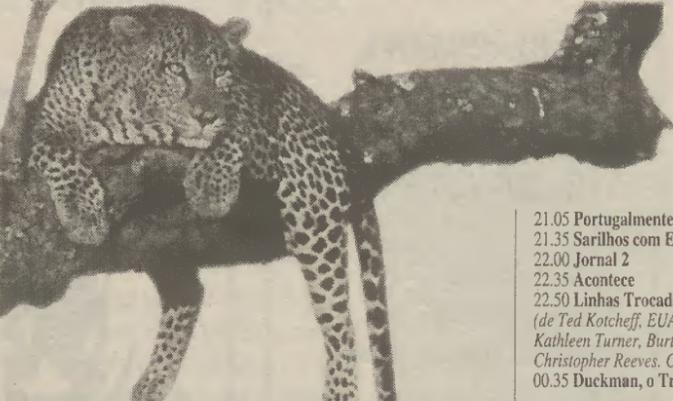
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 Bom Baíão
21.30 Torre de Babel
22.30 Ponto de Encontro
23.30 A Besta de Guerra
(de Kevin Reynolds, EUA/1988, com Steven Bauer, George Dzundza, Jason Patrick. Acção)
01.30 Jacknife
(de David Jones, EUA/1989, com Robert De Niro, Ed Harris, Kathy Baker. Drama)
03.30 Último Jornal

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 As Teias da Máfia
23.00 A Esquadra de Brooklin
24.00 Dadores
(de Larry Shaw, EUA/1990, com Jack Scallia, Gale Mayron, Gregory Serra, Melissa Gilbert. Telefilme. Mistério)
02.00 Seinfeld
02.30 Ponto Final

Sábado, 1

RTP 1
08.00 Infantil/Juvenil
12.00 Fórmula 1 - GP da Alemanha
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
15.00 Simpsons
15.35 Horizontes Selvagens
16.05 Novas Aventuras de Robin dos Bosques
17.10 Amor Fraternal
17.50 Conan, o Guerreiro
18.50 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.25 Nós, os Ricos
22.00 Em Nome da Justiça
23.00 86-60-86
23.40 24 Horas
00.30 A Lojinha dos Horrores
(de Frank Oz, EUA/1986, com Rick Moranis, Ellen Greene, Vincent Gardenia, Steve Martin, James Belushi, John Candy. Comédia musical)

RTP 2
10.00 O Príncipe e a Corista
(de Laurence Olivier, G.Bret./1957, com Laurence Olivier, Marilyn Monroe, Sybil Thorndike, Jeremy Spenser. Comédia)
12.00 Faenas
12.30 Música Maestro
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Sinais do Tempo/Zoom
15.00 Desporto 2
19.05 Ruby Wax entrevista...
19.45 2001
20.25 Tenchi Muyo



Felinos imponentes no capítulo da semana das histórias da Natureza que a RTP2 conta ao domingo

21.05 Onda Curta
(O Baile do Criado, The Waiter's Ball, filme de Mark Sennett, EUA/1914; Morrer um Pouco, Dó En Smula, filme Mats Ekberg, Suécia/1997; Sua Alteza Manhosa, His Royal Slynness, filme de Hal Roach, EUA/1919. Curtas-metragens anunciadas para a passada semana e entretanto substituídas pela RTP)
22.00 Jornal 2
22.30 O Lugar da História
00.30 Sweetie
(de Jane Champion, Austrália/1989, com Genevieve Lemon, Karen Colston, Tom Lycos, Jon Darling. Drama)
02.20 Sexo Sagrado

SIC
08.00 Buêreré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Pepsi Chart
14.00 Hércules no Inferno
(de Bill L. Norton, EUA/1994, com Kevin Sorbo, Anthony Quinn, Marlee Shelton. Acção / Fantástico)
16.00 Xena
16.50 Walker
17.50 Rocky
(de John G. Avildsen, EUA/1976, com Sylvester Stallone, Talia Shire, Burt Young. Drama)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
21.30 Big Show Sic
00.50 Último Jornal
01.25 Os Incorruptíveis Contra a Droga II
(de John Frankheimer, EUA/1975, com Gene Hackman, Fernando Rey, Bernard Fresson. «Thriller»)

TVI
10.00 Animação
13.35 Contra-Ataque
15.00 Feed Back
15.40 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
16.35 Competente e Descarada
17.05 A Colina das Viúvas
(de John Irvin, EUA/1995, com Mia Farrow, Joan Plowright, Natasha Richardson, Adrian Dunbar. Drama)
19.05 Aventuras no Pacífico
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Tudo Por um Filho
(de John Kent Harrison, EUA/1994, com Meredith Baxter, Keegan-Michael Key, Joanna Gleason, Nick Mancuso. Telefilme. Drama)
24.00 Os Rapazes da Companhia C
(de Sidney J. Furie, EUA/1977, com Stan Shaw, Michael Lembeck, James Canning, Craig Wasson. Drama / Guerra)

Domingo, 2

RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
12.30 Jornal da Tarde
13.00 Fórmula 1 - GP da Alemanha
15.00 Made in Portugal
16.10 Emoções Fortes
16.45 Pânico em Florida Beach
(de Joe Dante, EUA/1993, com John Goodman, Cathy Moriarty, Simon Fenton. Comédia/Horror. Telefilme)
18.45 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.05 Assalto à Televisão
22.40 Millennium
24.00 24 Horas
00.40 Ciclismo - Volta a França
00.50 Limites do Terror

RTP 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 O Reino dos Leões
12.30 Grandes Romances do Séc. XX
13.30 Jornal d'África
14.00 White Room
15.00 Desporto 2
18.25 Era uma Vez um Alferes
(de Luís Filipe Costa, Port./1987, com José Jorge Duarte, Júlio César, João Lagarto, Victor Norte, Manuel Coelho, Argentina Rocha. Drama)



21.05 Portugalmente
21.35 Sarrilhos com Elas
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Linhas Trocadas
(de Ted Kotcheff, EUA/1987, com Kathleen Turner, Burt Reynolds, Christopher Reeves. Comédia)
00.35 Duckman, o Trapalhão

SIC
08.00 Buêreré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Mundialito
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda dos Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.00 Último Jornal
02.00 Vibrações

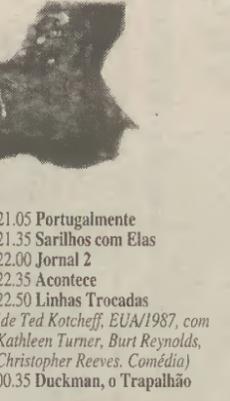
TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Pensacola
23.00 Juízo Final (I)
00.50 Seinfeld

TVI
10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Geo: Os Olhos do Mundo
15.10 Hospital Universitário
16.30 Competente e Descarada
17.00 Balbúrdia no Paraíso
(de Bill Norton, EUA/1995, com Shelley Long, Mel Harris, Delane Matthews. Comédia)
18.40 Desafios
19.05 A Lenda de Guilherme Tell
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Causa Justa
23.00 Contaminação
(de Alan Metzger, EUA/1997, com Philip Bosco, Bill Nunn, Nicholas Pryor. «Thriller»)
01.00 A Magia do Cinema

Segunda, 3

RTP 1
08.00 Infantil
10.35 A Banqueira do Povo
11.20 Malha de Intrigas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Regata Vasco da Gama
14.10 Perdidos de Amor
14.50 O Pátio da Fama
15.50 O Espião Sai às Nove
(de Robert Stevenson, EUA/1965, com Hayley Mills, Dean Jones, Dorothy Provine, Roddy McDowall. Comédia)
17.45 Chiquititas
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.10 Reformado e Mal Pago
21.35 Terra Mãe
22.30 Espiões de Classe
23.30 24 Horas
00.30 Wetherby
(de David Hare, G.Bret./1985, com Vanessa Redgrave, Ian Holmes, Judi Dech, Marjorie Yates. Drama)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 As Aventuras de Tarzan
16.30 Fora de Casa
16.35 Superesquadra
17.30 Especial Musical - Oasis
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Fudge
20.10 O Fantasma Escritor
20.35 Tudo em Família



21.05 Portugalmente
21.35 Sarrilhos com Elas
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Linhas Trocadas
(de Ted Kotcheff, EUA/1987, com Kathleen Turner, Burt Reynolds, Christopher Reeves. Comédia)
00.35 Duckman, o Trapalhão

SIC
08.00 Buêreré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Mundialito
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda dos Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.00 Último Jornal
02.00 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Pensacola
23.00 Juízo Final (I)
00.50 Seinfeld



"Mundo de Cá" ou algumas das maravilhas do nosso mundo: só mais um episódio, esta semana

Terça, 4

RTP 1
08.00 Infantil
10.35 A Banqueira do Povo
11.20 Malha de Intrigas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.25 Pátio da Fama
15.35 Só os Fracos se Rendem
(de Norman Tokar, Prod. Walt Disney, EUA/1965, com Brian Keith, Brandon de Wilde, Vera Miles. Drama/Natureza)
17.40 Chiquititas
19.00 País País
19.40 Festival Mundial da Juventude
22.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 TV Verdade
21.35 Terra Mãe
22.35 O Legionário
(de Sheldon Lettich, EUA/1990, com Jean-Claude Van Damme, Deborah Rennard. Acção)
00.30 24 Horas
01.20 Rotações
01.55 Perseguida
(de Douglas Jackson, Can.-EUA/1994, com Jay Underwood, Maryam D'Abó, Tod Fennell, Lisa Blount. «Thriller»)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 As Aventuras de Tarzan
16.25 Fora de Casa
16.30 Superesquadra
17.30 Musical
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Fudge
20.05 O Fantasma Escritor
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 Ellen
22.00 Jornal 2
22.35 Vão Matar Penn & Teller
(de Arthur Penn, EUA/1989, com Penn Jillette, Teller, Caitlin McGuire. Comédia)
00.10 Desejos Proibidos

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 A Caminho das Estrelas
16.35 Superesquadra
17.30 Musical - Metallica
18.00 Informação Religiosa
18.25 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Fudge
20.05 O Fantasma Escritor
20.30 Tudo em Família
21.00 Portugalmente
21.25 Simpsons
22.00 Jornal 2
22.35 Ginger e Fred
(de Federico Fellini, It.-Fr.-RFA/1986, com Giulietta Masina, Marcello Mastroianni. Drama)
00.45 Musical

SIC
08.00 Buêreré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Mundialito
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Imagens Reais
22.00 Torre de Babel
23.20 Força em Alerta
(de Geoff Murphy, EUA/1995, com Steven Seagal, Eric Bogosian, Katherine Heigl. Acção)
01.45 Último Jornal
02.20 Extraordinário
03.40 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 A Bela e o Monstro
19.00 Nightman
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Tal Pai, Tal Filho
22.30 Amor Irresistível
(de Anthony Minghella, EUA/1993, com Matt Dillon, Annabella Sciorra, Mary-Louise Parker, William Hurt. Drama)
01.00 Seinfeld
01.00 Lanterna Mágica
01.30 Ponto Final

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 A Bela e o Monstro
19.00 Nightman
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Casos de Arquivo
23.00 Juízo Final (II)
01.00 Seinfeld
01.30 Ponto Final

Quarta, 5

RTP 1
08.00 Infantil
10.35 A Banqueira do Povo
11.20 Malha de Intrigas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.25 Pátio da Fama
15.35 Comédia Louca
(de Peter Chelsom, G.Bret./1995, com Oliver Platt, Lee Evans, Oliver Reed, Jerry Lewis, Leslie Caron. Comédia)
18.00 Chiquititas
19.00 País País
19.40 Festival Mundial da Juventude
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 TV Verdade
21.35 Terra Mãe
22.35 O Legionário
(de Sheldon Lettich, EUA/1990, com Jean-Claude Van Damme, Deborah Rennard. Acção)
00.30 24 Horas
01.20 A Revolta dos Malucos do Ski
(de David Mitchell, EUA/1994, com Dean Cameron, Heather Campbell, Brent Sheppard. Comédia)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 A Caminho das Estrelas
16.35 Superesquadra
17.30 Musical - Metallica
18.00 Informação Religiosa
18.25 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Fudge
20.05 O Fantasma Escritor
20.30 Tudo em Família
21.00 Portugalmente
21.25 Simpsons
22.00 Jornal 2
22.35 Ginger e Fred
(de Federico Fellini, It.-Fr.-RFA/1986, com Giulietta Masina, Marcello Mastroianni. Drama)
00.45 Musical

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 A Caminho das Estrelas
16.35 Superesquadra
17.30 Musical - Metallica
18.00 Informação Religiosa
18.25 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Fudge
20.05 O Fantasma Escritor
20.30 Tudo em Família
21.00 Portugalmente
21.25 Simpsons
22.00 Jornal 2
22.35 Ginger e Fred
(de Federico Fellini, It.-Fr.-RFA/1986, com Giulietta Masina, Marcello Mastroianni. Drama)
00.45 Musical

SIC
08.00 Buêreré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Mundialito
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Imagens Reais
22.00 Torre de Babel
23.20 Força em Alerta
(de Geoff Murphy, EUA/1995, com Steven Seagal, Eric Bogosian, Katherine Heigl. Acção)
01.45 Último Jornal
02.20 Extraordinário
03.40 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 A Bela e o Monstro
19.00 Nightman
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Tal Pai, Tal Filho
22.30 Amor Irresistível
(de Anthony Minghella, EUA/1993, com Matt Dillon, Annabella Sciorra, Mary-Louise Parker, William Hurt. Drama)
01.00 Seinfeld
01.00 Lanterna Mágica
01.30 Ponto Final

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 A Bela e o Monstro
19.00 Nightman
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Casos de Arquivo
23.00 Juízo Final (II)
01.00 Seinfeld
01.30 Ponto Final

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

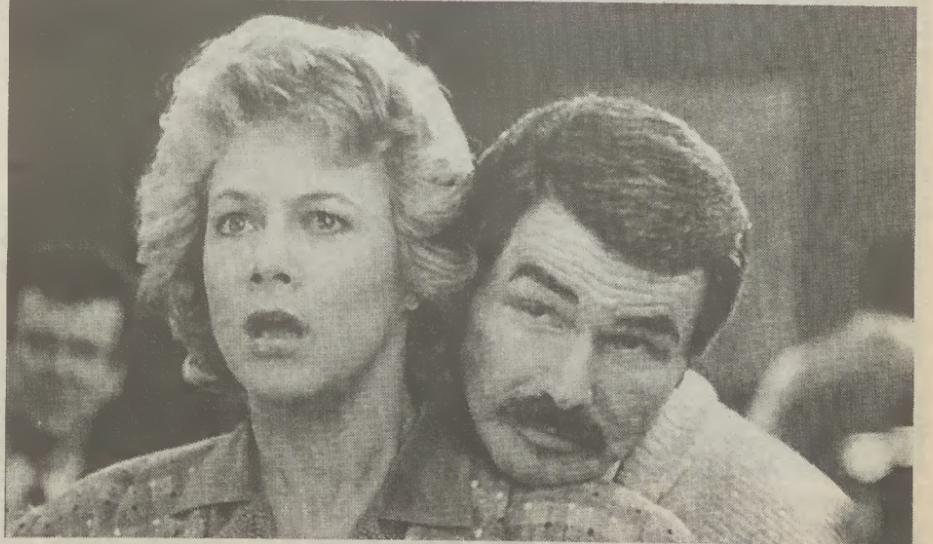
Luís Buñuel

(Quinta-feira, 22.50; Sexta-feira, 22.50. RTP2)

Conclusão dos «Cinco Noites, Cinco Filmes» dedicados a **Luís Buñuel**. A película de quinta-feira, **Simão do Deserto**, vale essencialmente como uma exposição da técnica cinematográfica do realizador, uma vez que se trata de uma película inacabada do seu período mexicano, ele próprio controverso. Em compensação, sexta-feira proporcionará a visão de uma obra-prima que consagrou **Buñuel** em todo o mundo: **Viridiana**. A película não necessita de apresentação, fala por si, mas é seguramente útil lembrar que foi das películas mais perseguidas da história do cinema, perseguida em Itália, proibida em Espanha e, claro, em Portugal. Em Espanha e em Itália só pôde ser exibida depois do fascismo acabar. É que ele existiu.



Fotograma de "Viridiana", de Luís Buñuel



"Linhas Trocadas", um dos filmes do ciclo "Cinema e Televisão" a exibir na RTP2

e uma universalidade à teia de conflitos que concedem especial interesse ao filme.

primeiro; em compensação, a cinematografia introduz elementos de clareza, digamos, documental de evidente interesse.

O Príncipe e a Corista

(Sábado, 10.02, RTP2)

O extremamente *british* **Sir Lawrence Olivier** desdobra-se em realização e representação para ilustrar o seu deslumbramento perante **Marilyn Monroe**. Essencial ver como **Norma Jean** seduz **West End**...



Lawrence Olivier e Marilyn Monroe com Arthur Miller durante as filmagens de "O Príncipe e a Corista"

A Colina das Viúvas

(Sábado, 17.05, TVI)

Um daqueles filmes para se ver bem instalado, para apreciar a boa e velha arte de representar ao serviço de uma bom enredo... Aliás, tudo começou com uma simpática história: **Maureen O'Sullivan**, então ainda lembrada como **Jane**, a companheira de **Tarzan** dos anos 30/40, confessou uma vez ao realizador **John Irvin** que tinha pena de nunca ter feito um filme com sua filha **Mia Farrow**... Quinze anos mais tarde, **Irvin**, com a colaboração do argumentista **Hugh Leonard**, fez um daqueles filmes com cenário irlandês para enquadrar o talento e a beleza de **Mia Farrow** (no papel cobiçado por sua mãe), a segurança de **Joan Plowright** e um cortejo de outros excelentes actores... de que **Maureen Sullivan** está, porém, ausente.

A Lojinha dos Horrores

(Sábado, 00.30, RTP1)

Sob a aparência de uma comédia de ficção científica, **Little Shop of Horrors** contém uma série de elementos que justifica que o argumento tenha não apenas servido para um aplaudido musical da Broadway como para dois filmes, o mais bem sucedido dos quais é inquestionavelmente este realizado por **Frank Oz**, sucesso que não se deve exclusivamente - embora também - à experiência do realizador como um dos autores dos portentosos **Marretas**. **A Lojinha dos Horrores** baseia-se na relação entre uma planta extraterrestre devoradora de homens que vai inquietantemente crescendo, mas o mais interessante é a relação que se estabelece entre ela e o seu «tratador» numa sucessão de situações de humor bem mais profundas do que à primeira vista parece. Ao que há a acrescentar uma muita bem conseguida solução para manter a componente musical herdada da Broadway.

Sweetie

(Sábado, 00.30, RTP2)

No fundo, o mais importante do filme talvez seja apreciar o cuidado trabalho da realizadora, a australiana **Jane Campion**, o que é simultaneamente fazer um elogio e uma crítica. O retrato de um processo de desagregação de uma família é um tema caro às cinematografias de países de constituição relativamente recente onde as estruturas sociais reflectem a instabilidade da ausência de um passado familiar, fenómeno aliás recorrente na cinematografia americana ainda há poucas décadas. Neste caso, a reconhecida sensibilidade da realizadora - confirmada recentemente com o enorme êxito que foi **O Piano** - introduz uma intemporalidade

uma forma particularmente criadora de realização e exibição cinematográfica: além dos efeitos especiais contidos dentro da própria película, **Castle** inventou diversos dispositivos para funcionarem dentro da própria sala (instalações eléctricas nas cadeiras que provocavam pequenos choques aos espectadores, por exemplo!) que fizeram história. **Dante** situa historicamente o filme exactamente nesse período, mais concretamente em plena crise dos mísseis de Cuba, uma altura que, de certa forma, corresponde a uma mutação de um período de ilusões da sociedade norte-americana em que o imaginário de Hollywood desempenhara papel determinante.

Era uma vez um Alferes

(Domingo, 18.20, RTP2)

Baseado numa novela de **Mário de Carvalho**, **Luís Filipe Costa** realizou um dos poucos filmes que a cinematografia nacional dedicou à guerra colonial. O discutível exercício de colocar lado a lado o livro e o filme acaba por imputar deste alguns dos aspectos mais sugestivos do

A Minha Mãe é uma Sereia

(Domingo, 13.30, SIC)

A história tem aquela qualidade das boas comédias de Hollywood, com mãe e filha em fase de competição feminina. **Cher** desempenha com previsível eficácia o papel de... **Cher**... Mas o que é verdadeiramente interessante é constatar como há oito anos já se adivinhava que **Winona Ryder** - aqui no papel de uma filha a desabrochar na sua juventude - ia ser a consistente actriz que hoje se revela.

Cinema e Televisão

(Segunda-feira, 22.35; Terça-feira, 22.35; Quarta-feira, 22.35, RTP2)

Há que reconhecer critério na elaboração habitual da série «Cinco Noites, Cinco Filmes», até na medida em que, por vasto que seja o acervo cinematográfico, muitas vezes parece que já está tudo feito... A RTP 2 optou para a próxima semana pelo tema «Cinema e Televisão» e embora obviamente ocorram outras hipóteses além das seleccionadas, o programa é aliciante. Na segunda-feira, **Linhas Trocadas**, de **Ted Kotcheff**, uma adaptação ao universo televisivo da inesquecível «Primeira Página» de **Billy Wyler**, que vale essencialmente pelas qualidades (maiores) do tema explorado na versão original e pela oportunidade de ver **Kathleen Turner**, infelizmente entrada ultimamente em crepúsculo. Na terça seguinte, a realização de mestre **Arthur Penn** explica como se faz um notabilíssimo (de todos os pontos de vista) filme com uma ideia vinda de dois ilusionistas célebres - **Penni & Teller** - especialmente para eles próprios a desempenharem! Na quarta, outro mestre: **Federico Fellini** agarra num elenco de luxo - **Giulietta Massina**, **Marcello Mastroianni**, inesquecíveis - para realizar **Ginger e Fred**, um dos mais comoventes e enternecedores retratos da velhice transpostos para o cinema - por causa da televisão.

CABO & SATÉLITE

Tudo resolvido...

Em matéria de cinema, está tudo resolvido: ligue o vídeo para hoje às 16.30 (é hora de trabalho, que diabo...) e grave uma lenda: **O Gigante**, a saga de duas gerações de texanos, a melhor interpretação de sempre de **Rock Hudson**, talvez a melhor de **Elizabeth Taylor** e a derradeira de **James Dean**. **Georges Stevens** realizou e a inspiração chegou mesmo até essa infanda e eficaz pessegada chamada «Dallas»... No dia seguinte, mais trabalho para o vídeo ou então uma excelente forma de atrasar o jantar: às 20.00 horas passa um dos melhores filmes do mundo: **Laura**, essa obra prima de **Otto Preminger** que, além de tudo o mais, nos deixa estarecido como é que se podia filmar com tal modernidade em 1944!

Angkor

Os documentários sobre as maravilhas do mundo são um pouco como alguns pratos de cozinha: ou se adoram ou se detestam... Mesmo para os que detestam o turismo videográfico, o **Odisseia** apresenta na sexta-feira (a umas 06.00 de insónia, mas a umas 22.00 mais decentes) um documentário sobre o que é inquestionavelmente (e em particular para os nossos olhos europeus) uma das mais espantosas criações arquitectónicas da Humanidade: os templos de **Angkor**, a capital da civilização khmer, imagens que nos devolvem a confiança na capacidade do homem criar e manter beleza que resistem mesmo a genocídios.





O cante e o drama

Há muitos, muitos meses que assisto com interesse e prazer a «Portugal Português», na TVI. Chegou a coisa ao ponto de me ter surpreendido a reflectir que «Portugal Português» seria razão bastante para justificar a sobrevivência da TVI: exagero meu, decerto, mas também indício de que a rubrica tem méritos. Não é difícil imputar-lhe pendores passadistas, talvez retrógrados, porventura reaccionários, mas nem isso me impede de ser seu espectador assíduo. É grato. Por vir lembrar-me que nem tudo no meu País, na área musical ou outra, tende a ser «Made in Portugal». Por encher-me os olhos com imagens lindas e, na generalidade dos casos, com gente autêntica. Por injectar-me uma esperança difusa que não sei ao certo de onde vem e para onde me impele, mas claramente sinto que me merece. E é claro que o que me acontece também acontecerá a muitos outros telespectadores, embora não tantos que coloquem «Portugal Português» nas tabelas dos dez ou vinte programas mais vistos. Não me importo: sei que mesmo uma audiência de 2 ou 3% corresponde a um Estádio da Luz recheado como nos bons tempos. Até talvez goste: sei que entre os «top» estaria «Portugal Português» em muito más companhias.

É certo que quase sempre «Portugal Português» passa em total silêncio pelo País que é português também pelas penúrias, as angústias, as servidões, e essa omissão fica a morder-me como um remorso de pecado meu. Então, contra mim próprio argumento que «Portugal Português» está a tentar servir-nos um país ilídico e a fazer esquecer-nos um outro. Mas, como sempre acontece quando queremos mesmo gostar, de alguém ou de um simples programa de televisão, arranjo desculpas. Digo-me que «Portugal Português» não pode ser obrigado a fazer levantamentos sociais e/ou políticos, sobretudo desde que esses aspectos sejam adequadamente cobertos por outras rubricas da mesma estação. Perguntar-se-á: «Mas onde estão essas?» Não estão, isto é, não existem na TVI nem, com um carácter sistemático, na generalidade da TV portuguesa. Mas talvez não se deva pedir contas a «Portugal Português» por essa ausência que, sendo também sua, não o é em primeira linha.

Apesar disto, foi com particular gosto que assisti a um certo momento da última emissão de «Portugal Português». O programa foi especialmente consagrado à música do Alentejo, sobretudo ao cante alentejano, e em estúdio estavam, em conversa com Francisco Máximo, Vitorino e Francisco Torrão. A dada altura, falou-se desse enigma por resolver, e de resolução duvidosamente prioritária, que é a determinação das origens do cante: foram referidos a herança árabe, a influência beiróia, o canto gregoriano em tempos, praticado em centros monásti-

cos da região, a eventual transfusão veiculada por trabalhadores sazonais vindos da Extremadura espanhola ou mesmo idos do Alentejo para o lado de lá da fronteira. Estes últimos, salientou Vitorino, partindo a trabalhar apenas «pelo grão», isto é, sem receberem salário, só em troca do acesso a uma alimentação mínima que os salvasse da fome.

De súbito

Por mim, ouvi aquilo e foi como se uma outra luz iluminasse o estúdio e viesse revelar novas e mais marcadas cores. Até então, estávamos todos ali, eles a falarem, nós a ouvirmos, uns e outros a discorrermos quase academicamente acerca das origens de um género musical. E, de súbito, aquela alusão de Vitorino vinha apontar, exibir, as raízes dramáticas de um quotidiano de onde emergia a música, sem dúvida, mas também a difícil sobrevivência sempre paredes meias com a angústia, por vezes desembocando no desespero do suicídio. É certo que já víamos grupos corais com aquela cerrada formação humana que é como um quadrado a resistir contra tudo no decurso de um combate que é invisível, mas está «lá». Desta vez, porém, era a palavra explícita, o cumprimento de um dever que era homenagem a anónimas tragédias, a seculares suores nunca pagos. E era, pareceu-me, «Portugal Português» a completar-se com a dimensão que quase sempre lhe falta.

Depois disto, a conversa veio a encaminhar-se para outras zonas que nem sempre se ativeram aos aspectos estritamente musicais, e ainda bem, até porque, como se saberá, nada na música é «estritamente musical», por muito que o pareça. Tratou-se, designadamente, de perscrutar o futuro e de avaliar as dificuldades de sobrevivência do cante alentejano. Já tinha sido dito que começam a ser raros, nos grupos corais, os elementos com menos de sessenta anos e que, por consequência, é preciso motivar os jovens para que recebam um património que não pode perder-se. Falou-se então do papel que cabe ao Estado na preservação dessa herança e, de caminho, no alheamento do poder central em relação ao Alentejo. Foi ainda Vitorino quem aludiu a isso; Francisco Máximo não pareceu entender, Francisco Torrão não interveio nesse momento. Mas ninguém tinha lembrado que, no Alentejo de hoje, talvez milhares de jovens tenham outras preocupações: por exemplo, a de partirem para lugares onde não lhes seja negado o direito ao trabalho. E também ninguém lembrou que quando contra uma região são disparadas saraivadas de anedotas pode não ficar muito espaço para cuidados ministeriais.

Correia da Fonseca

Por um lamentável lapso, a crónica de televisão do último número, intitulada **O argumento humanitário**, da autoria de **Correia da Fonseca**, foi atribuída a Francisco Costa. A ambos os camaradas apresentamos as nossas desculpas.

O Militante

Como já referimos na passada semana, está em distribuição o número de Julho/Agosto de **O Militante**, a revista bimensal do Partido Comunista Português, dirigida por **Blanqui Teixeira**. Damos hoje aqui, folheando as páginas deste número, aos leitores assíduos desta publicação e sobretudo aos menos assíduos, algumas razões para a sua leitura. Começando pela abertura, um editorial que apela a uma **Maior iniciativa para ampliar e fortalecer a esquerda**.

Uma carta aberta aos militantes do Partido, assinada pelo camarada **Edgar Galiza Carneiro**, preenche a secção dedicada à Organização e, traduzindo a experiência de um militante comunista que será porventura comum a outras experiências, constitui um valioso contributo para um maior empenhamento nas actividades partidárias de muitos camaradas menos ligados à organização.

No capítulo das lutas, dois artigos: o de **Jerónimo de Sousa**, que dá conta do aprofundamento da ofensiva capitalista contra os direitos dos trabalhadores e da necessidade de lhe responder com o esclarecimento, a mobilização e a luta; e o de **Arménio Carlos**, que traça o quadro das reivindicações dos trabalhadores no primeiro semestre deste ano, particularmente no distrito de Lisboa.

construção da Festa do «Avante!», o que acontece num artigo de **Virgílio Azevedo** que salienta a necessidade de *combinar as enormes tarefas que temos por diante com a divulgação, a mobilização e a construção da Festa*.

De novo, uma série de artigos da responsabilidade de camaradas da **Juventude Comunista Portuguesa**. Colaboram desta vez **Fernando Ramalho**, **Helder Cunha**, **Vitória Antunes**, **Marto Alves** e **Marco Quintino**.

Por sua vez, **Fernando Correia** continua a propor-nos a viagem pela problemática da comunicação social, debruçando-se agora sobre **A informação e o Partido**, um tema que desenvolve em uma das suas vertentes - a política de informação do Partido.

A movimentação das populações tem sido uma das principais formas de contestação e uma das mais eficazes expressões políticas incómodas para o Governo, afirma **Edgar Silva** em entrevista. Deputado regional da Madeira, cargo para o qual foi eleito nas listas da CDU, como independente, **Edgar Silva** inscreveu-se recentemente no PCP.

Alguns aspectos do funcionamento do sistema económico capitalista mundial

66 PCP realista no plano da luta de classes - O PCP realista no plano da luta de classes, defendendo a necessidade de uma estratégia de longo prazo para a transformação social.

66 O novo mundo - O novo mundo está a ser criado, com a tecnologia a revolucionar a produção e a distribuição de bens e serviços.

66 O mundo em mudança - O mundo está a mudar rapidamente, com a globalização a criar novas oportunidades e desafios.

66 O mundo em crise - O mundo está a viver uma crise profunda, com a economia global a entrar em recessão e a sociedade a enfrentar grandes desafios.

66 O mundo em guerra - O mundo está a viver uma guerra de classes, com os ricos a explorar os pobres e a destruir o planeta.

66 O mundo em paz - O mundo pode ser pacífico, se houver uma luta justa e organizada pela justiça social e ambiental.

Edgar Silva

"Somos obrigados ao dever de intervenção"

Uma intervenção no Parlamento Europeu, defendendo a necessidade de uma estratégia de longo prazo para a transformação social.

Uma intervenção no Parlamento Europeu, defendendo a necessidade de uma estratégia de longo prazo para a transformação social.

Uma intervenção no Parlamento Europeu, defendendo a necessidade de uma estratégia de longo prazo para a transformação social.

Mértola - Um projecto de intervenção cultural

Um projecto de intervenção cultural em Mértola, visando a recuperação do património histórico e a promoção do turismo cultural.

Um projecto de intervenção cultural em Mértola, visando a recuperação do património histórico e a promoção do turismo cultural.

Um projecto de intervenção cultural em Mértola, visando a recuperação do património histórico e a promoção do turismo cultural.

Recordações da cadeia de Peniche

Recordações da cadeia de Peniche, um espaço de luta e resistência política.

Recordações da cadeia de Peniche, um espaço de luta e resistência política.

Recordações da cadeia de Peniche, um espaço de luta e resistência política.

Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no Parlamento Europeu, adverte em artigo para um **ainda maior desequilíbrio social na União Europeia** e para o **risco de se criar, na UE, uma nova forma de exclusão, a dos «pobres se bem que empregados»**.

Democracia, terror e imperialismo é o título de um trabalho de **Jorge Cadima** em que se estabelece a ligação entre o fortalecimento da Mafía em Itália e o favorecimento dado àquela organização criminosa pelos Estados Unidos durante a 2ª Guerra Mundial.

Com o 25 de Abril e o reforço do Poder Local, foram possíveis novos olhares sobre velhas coisas, escreve **Cláudio Torres** em artigo sobre o projecto de intervenção cultural em Mértola.

Por fim, e antes das páginas finais preenchidas com notas e comentários diversos, assinalamos o artigo de **José Vitoriano** que lembra as condições em que viveram os presos políticos durante o fascismo, nomeadamente na cadeia de Peniche durante as décadas de 50 e 60.

ESCAPARATE

MÚSICA

Claustros do Convento

Integrados nos Serões Culturais promovidos pela Câmara Municipal de Faro durante o Verão, destaque para os espectáculos musicais a realizar nos próximos dias nos Claustros do Convento. Na próxima sexta-feira, anuncia-se a actuação de Gianmaria Testa e do seu grupo que traz as Canções Populares Italianas. Na próxima segunda-feira, dia 3 de Agosto, a língua continua a ser a italiana, mas vinda da Suíça. Um conjunto coral dirigido por Armin Carduff interpreta obras de Verdi, Bizet, Rossini e canções populares italianas.

Quinta do Bill

No âmbito da Semana da Juventude/98, vai realizar-se amanhã, às 22,30 horas, no Recinto da Feira, em Mora e promovido pela respectiva Câmara Municipal, um concerto com o grupo Quinta do Bill. Quatro anos passados sobre as primeiras actividades deste grupo, na estrada e no estúdio, e sobre os dois álbuns já editados, aqui se celebram, segundo os próprios, mais estes Dias de Cumplicidade.



EXPOSIÇÕES

Com música

Uma exposição de Pintura e Escultura reúne no Espaço Arte-Café & Moira (na Rua Garrett, 29-1º - Esq., em Lisboa) os artistas Teresa Triguilhos, Carlos Neto, Soren e Gérard Sarrouy até ao dia 1 de Setembro. Dito isto, aí vem a novidade - durante a exposição serão apresentados concertos de música clássica. Aí estão alguns dos concertos confirmados para o mês de Agosto: Dia 1 - Costa Campos (baixo barítono) e Nuno Lopes (piano). Dia 2 - Jovens músicos. Dia 8 - Anna Kaasa, recital de Piano. Dia 15 - Amadeu Oliveira (piano). Dia 22 - Amadeu Oliveira e Jacinta de Almeida. Dia 23 - «Os Três Baixos», Costa Campos, João Miranda e José M. Coelho. Sempre às 19 horas. No dia 30, às 17 horas - Vladimir Viardo e Elizabeth Allen (quatro mãos), piano.

Vasco da Gama em Sines

As Festas na Cidade, que Sines promove este ano, dispõem de um programa muito especial. A figura central destas festividades, que têm início hoje e se vão prolongar até Setembro, é Vasco da Gama, o navegador português a que se deve a descoberta do caminho marítimo para a Índia e cuja vida esteve ligada a Sines.

Exposições, concertos, espectáculos, animação de rua, uma série de iniciativas culturais convergem nestas «comemorações».

Um concerto

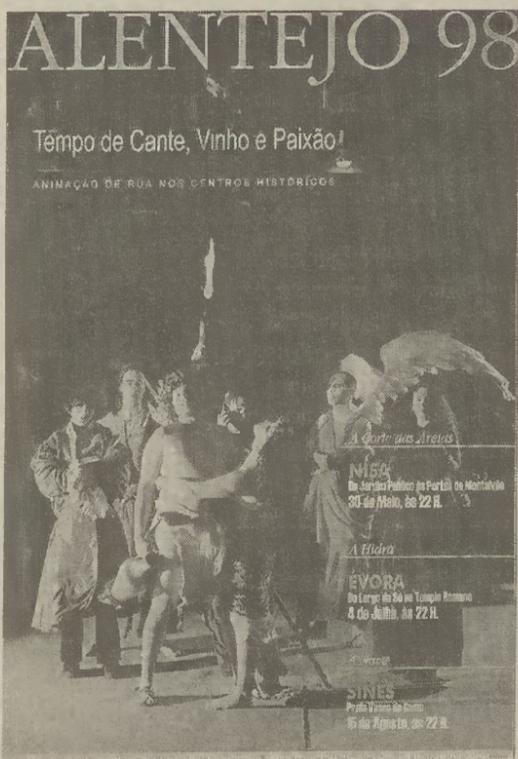
Para hoje mesmo, dia da inauguração oficial da exposição Da Ocidental Praia Lusitana - Vasco da Gama e o seu tempo, está prevista a realização de um concerto, às 22,30 horas, no Castelo de Sines, com Maria João e Mário Laginha. A exposição estará patente também na Capela de Nossa Senhora das Salas e no Forte do Revelim.

Uma exposição

Foi entretanto inaugurada, no passado dia 24, e encontra-se patente até 6 de Setembro, uma exposição de pintura e desenho de Graça Morais, reunindo trabalhos da artista realizados entre 1982 e 1997. A exposição tem lugar no edifício do Centro Cultural Emérico Nunes e na Capela da Misericórdia.



pintura e desenho 1982-1997
graça morais
24 de julho a 6 de setembro 98



Tempo de Cante, Vinho e Paixão

Animação de rua nos centros históricos é o que se propõe e tem vindo a realizar este grupo de alentejanos. Já promovidos em Nisa e em Évora outros espectáculos, é agora a vez de Sines os acolher na Praia Vasco da Gama, em 15 de Agosto próximo, com o espectáculo A Nave. A concepção é de Luís Cruz, a direcção artística de Julieta Aurora Santos e Luís Cruz, a direcção de produção de Carla Serão.



LIVROS

Luiz Francisco Rebello

A DESOBEDIÊNCIA



A Desobediência

Mais uma peça a juntar à vasta obra teatral de Luiz Francisco Rebello. A Desobediência, peça em 3 actos, 1 prólogo e 1 epílogo, agora publicada pela Campo das Letras na sua colecção Campo do Teatro, é mais uma obra que, como o autor nos habituou, intervém junto da consciência do leitor, ao nível moral e também político. E intervirá, também, como espectáculo, quando for levado à cena, que é onde os textos teatrais se confirmam e se elevam à devida altura. Baseada a história dramática e verídica na aventura de Aristides Sousa Mendes, o cônsul de Portugal em Bordéus que, desobedecendo a Salazar e arriscando a vida, salvou milhares de vidas de judeus da perseguição nazi e da cumplicidade salazarista, a peça vai aos anos 40 e às figuras reais da história buscar-lhes as palavras num tema que é o de hoje e de sempre - o da coragem e da dignidade em face da opressão.

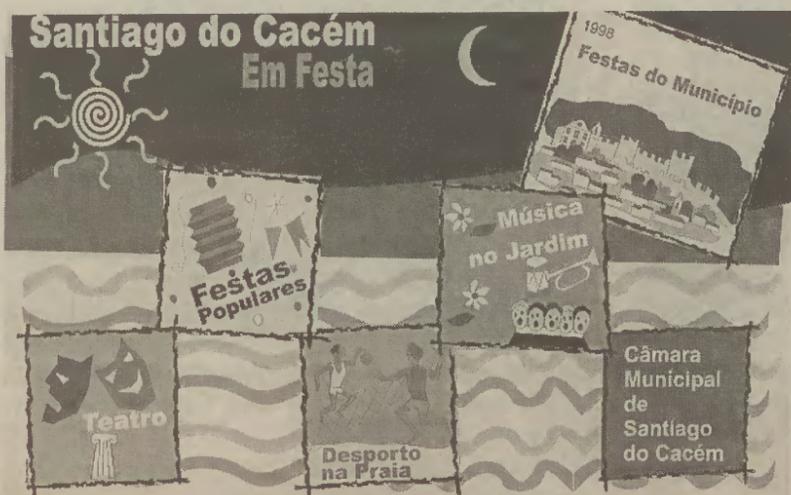


Oceano(grafia)

Não se trata de um título a condescender à moda dos oceanos, este do livro de poesia de Appio Cláudio que hoje apresentamos. As raízes deste gosto por horizontes tão largos como só os mares propõem foi o autor certamente buscá-lo à infância e à terra natal, Ovar. Eis que, passados vinte e três anos de vivência em terras ribatejanas, a voz lhe surge repassada de mar. E também de consciência do que o mar, para além da vaga e dos horizontes, significou para os portugueses - o trabalho, o sonho, a mesquinhez, a miséria, e as grandezas que lhe andam afins. O autor, que desde a adolescência se lançou na navegação da poética, promete ir às gavetas buscar mais. Para já, a leitura desta Oceano(grafia).

FESTAS

Santiago do Cacém



Entre as numerosas festas de Verão, destaque para as que se realizam no concelho de Santiago do Cacém, promovidas pela Câmara Municipal, nos meses de Julho e Agosto. Depois de várias iniciativas que ocuparam os últimos fins-de-semana, desde competições desportivas a espectáculos, assinalamos, para amanhã, sexta-feira, um concerto no Jardim Municipal, em que vai actuar às 21,30, a Banda da Sociedade de Instrução Musical da Quinta do Anjo (Palmela). Outros concertos estão previstos. No dia 7 de Agosto, actua, no mesmo lugar e à mesma hora, o grupo de música popular portuguesa Cantos d'Aurora. Na sexta-feira seguinte, dia 14, participam no espectáculo o grupo italiano Tamorra e o Grupo Coral e Instrumental de Alvalade Sado.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Silêncios

Um jovem morreu esta semana em Lisboa vítima de espancamento.

A informação apareceu primeiro no placard electrónico, letras vermelhas num fundo preto - se a memória não falha - com a mesma ligeireza dum horário de comboio, um anúncio de pizzas ou um desfile de modas.

Era segunda-feira, a noite estava quente e a letargia em que alguns insistem em mergulhar o País não podia ser abalada.

Tanto quanto sei, não teve honras de abertura nem direito de antena aproximado sequer a uma qualquer notícia de futebol. Remetida lá para o fim do noticiário por um alinhamento ditado por cada vez mais insondáveis 'critérios jornalísticos', a informação foi servida como um isco a acenar ao espectador: «Fique connosco que já lhe contamos tudo.»

E, no entanto, a notícia era brutal e séria. Um murro na boca do estômago à hora de jantar, um caso a exigir o despertar das consciências a todo o momento: um jovem dera entrada no hospital em estado de coma profundo após ter sido espancado à porta de uma badalada discoteca lisboeta.

Que não estava bêbado nem drogado confirmaram os médicos logo nas primeiras análises. Que apenas tentara acalmar os ânimos numa briga em que um amigo se envolvera atestaram as testemunhas do caso. Que fora brutalmente espancado, já depois de estar caído por terra, por dois 'seguranças' da dita discoteca comprova o registo captado por uma câmara de filmar de um posto de gasolina próximo do local dos incidentes. Que ficara em estado muito grave e com lesões irreversíveis disseram os médicos que o assistiram, prenunciando o pior.

E o pior aconteceu, como foi informado terça-feira, outra vez a meio de um naipe diversificado de notícias.

Um jovem morreu num hospital de Lisboa na sequência do espancamento de que fora alvo, na madrugada de domingo, por parte de dois homens cuja missão, teoricamente, é garantir a segurança de discotecas.

Desconheço-lhe o nome, o rosto, a história. Mas sei o bastante para gritar a indignação por esta vida deixada por viver.

Dir-se-á que é um caso de polícia, mas não é totalmente verdade. A polícia já fez o que lhe competia, prendendo os suspeitos do crime.

O que resta por fazer, o imenso vazio, está na ausência de medidas por parte das autoridades competentes, a quem não parece incomodar o facto de funções de segurança de locais públicos estarem entregues a pessoas sem a mínima formação, a irresponsáveis, que só não se classifica de marginais porque se lhes concede o direito de exercerem uma função que noutras circunstâncias seria condenável - o direito à força bruta.

O jovem assassinado - não há outra palavra - podia ser o filho, o irmão, o marido, o amigo de qualquer um de nós. Podia ser mesmo qualquer um de nós. Trata-se em qualquer dos casos de uma vida humana barbaramente aniquilada. Por pura bestialidade.

Como é possível não gritar a revolta, a indignação, a raiva? Como é possível fazer de conta que não é nada connosco?

Ontem, esta morte matada não teve 'honras' de primeira página em lugar nenhum. Nenhum ministro veio a público falar do assunto. Ninguém - tanto quanto pude verificar - se deu ao trabalho de vir exigir responsabilidades que não se esgotam na prisão dos criminosos.

É um silêncio pesado, um silêncio de morte.

É um silêncio cúmplice.

■ Anabela Fino

Luta dos pilotos das barras PCP condena atitude do Governo e exige abertura do diálogo

O Executivo do Organismo de Direcção do Sector dos Transportes da DORL do PCP acusou o Governo de pôr em causa a lei da greve ao suspender o regulamento dos serviços de pilotagem. Esta espécie de «lock out» imposto pelo Executivo, no processo de luta que o opõe aos pilotos da barra, desrespeitando as normas comunitárias e as leis do País, “põe em perigo a navegação, a segurança e o meio ambiente”, alertam ainda os comunistas da Organização Regional de Lisboa, que exigem a “abertura do diálogo” com vista ao desbloqueamento do conflito e o respeito pelas normas e leis em vigor.

Condenada é também a atitude do Governo de lançar sobre todo um grupo profissional “um clima de suspeição e de condenação antes de os Tribunais se pronunciarem”, só porque alguns têm processos judiciais contra si a decorrer. Lamentando esta atitude, o PCP adverte que o Governo está a entrar por um

caminho reprovável, lembrando, a este propósito, que a “ética política e a separação entre o poder político e o judicial” nunca o consentiriam.

O PCP acusa ainda o Governo de ser responsável pela agudização do conflito que o opõe aos trabalhadores, devido à sua intransi-

gência e à falta de diálogo, chamando simultaneamente a atenção para o facto de este comportamento não estar dissociado da “estratégia de privatização dos portos e liberalização de alguns importantes sectores estratégicos”.

No comunicado onde expressam esta posição, divulgado segunda-feira, os comunistas tomam ainda posição sobre outras lutas recentes travadas no sector dos transportes. Saudando todos os trabalhadores nelas envolvidos, o PCP realça a justeza das suas reivindicações, pondo em evidência o facto de estarem em causa “o respeito pela dignidade de quem trabalha, melhores salários, a garantia dos seus postos de trabalho, a defesa do interesse nacional e o fim das privatizações e da provo-

cação que constituem as tentativas do Governo PS de alteração à legislação laboral”.

“Lutar vale a pena”, sublinha ainda o Organismo de Direcção do Sector dos Transportes do PCP noutra passagem do texto, recordando, a este respeito, as lutas desenvolvidas na Carris, no sector ferroviário e no sector rodoviário de mercadorias perigosas.

“A luta, a força e unidade dos trabalhadores obrigaram o Governo e a associação patronal a importantes recuos na sua posição de intransigência inicial”, fazem notar os comunistas, referindo-se a este último processo, agora novamente em fase de negociações, cujo desfecho, esperam, permita satisfazer as reivindicações que motivaram a luta.

Alentejo sofre um dos piores anos agrícolas do século Urge plano de emergência

Os deputados comunistas Lino de Carvalho e Rodeia Machado, eleitos, respectivamente, pelos círculos de Évora e Beja, criticaram a “despreocupação do ministro da Agricultura” pela situação de catástrofe agrícola que atinge o Alentejo, considerando que a mesma revela não apenas a sua “extrema insensibilidade em relação à agricultura”, como configura uma “tentativa de desvalorização dos prejuízos”.

Em conferência de imprensa realizada segunda-feira, na

sequência de várias visitas e encontros na região, condenaram ainda o que dizem ser a “falta de instrumentos financeiros para acudir à situação” (nem o seguro agrícola nem o fundo de calamidade funcionam) e exigiram a adopção de um plano de emergência para fazer face à perda de receitas resultantes do mau ano agrícola, prejuízos que no Alentejo rondam já os 30 milhões de contos.

Num primeiro balanço da agricultura alentejana, os deputados confirmaram que se está

perante uma “situação dramática ao nível dos cereais, da vinha e do olival”. O período anormal das chuvas na época das sementeiras, a seca no princípio do ano e, mais tarde, as trovoadas, o granizo e ventos fortes”, explicaram, foram determinantes para o quadro actual onde avultam “enormes prejuízos e perdas de produção”.

A escassa produção cerealífera, cuja área semeada não ultrapassou os 30 por cento, confirma, segundo Lino de Carvalho, “um dos piores anos agrícolas deste

século”. Destes 30 por cento semeados, Lino de Carvalho estima que a produtividade será menos de metade do que é habitual. Quanto ao olival, de acordo com as informações obtidas, os deputados comunistas contabilizaram uma perda de produção que ronda os 50 por cento, sem contar com a qualidade da azeitona e do azeite dela extraído. Também na vinha os danos são estimados em 50 por cento.

Defendida pelos deputados do PCP é, entretanto, face à ineficácia dos instrumentos financeiros capazes de minorar os efeitos dos prejuízos, a adopção imediata de um conjunto de medidas por parte do Governo, a primeira das quais, frisam, deve passar pela levantamento objectivo dos prejuízos registados.

“A reformulação do seguro, o reforço das verbas do fundo de calamidade e, através do Orçamento do Estado, o accionamento de mecanismos de calamidade que cubram a perda de rendimento, entre os quais deve ser tida em conta uma linha de desendividamento que permita adiar o pagamento dos investimentos feitos e das dívidas contraídas à banca, constituem outras tantas medidas defendidas por Lino de Carvalho, que reclamou do Governo “uma reflexão profunda sobre a agricultura alentejana para solucionar questões de fundo que preocupam os homens da terra”.

No Dia da Conservação da Natureza Guardas e vigilantes descontentes com o Governo

Os guardas e vigilantes da natureza, mais de dois anos depois da apresentação do seu caderno reivindicativo, continuam sem ver aprovadas pelo Governo a unificação e a reestruturação das suas carreiras. Terça-feira, na passagem do Dia da Conservação da Natureza, aquele facto foi evocado pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, em comunicado onde sublinha que “uma correcta e consequente política de conservação da Natureza começa pela adopção de medidas que consagrem melhores condições de trabalho àqueles que, diariamente, garantem que os interesses nacionais àquele nível não são ofendidos e, naturalmente, são preservados”.

Não tem sido esse, porém,

o entendimento do Governo. Para aquela estrutura sindical, em matéria de Ambiente, “pouco ou nada” tem sido feito neste capítulo das condições de trabalho, o que a leva a concluir que o balanço, na hora de comemorar o Dia Nacional do Ambiente, “não é de modo algum positivo”.

Desde logo, para além do referido atraso na resposta ao seu caderno reivindicativo, pela falta de reforço de efectivos, actualmente insuficientes para garantir uma protecção eficaz do nosso património ambiental e natural. Mas também pela falta de melhores meios de comunicação individual e de transportes, bem como de programas de formação que, com a frequência necessária, actualizem os seus conhecimentos profissionais.

Lembrado pela Federação da Função Pública é ainda o facto de os problemas não se confinarem aos guardas e vigilantes da natureza, uma vez que, observa, “de um modo geral, os trabalhadores do Ministério do Ambiente sofrem as consequências da falta de atenção e de rigor na gestão dos recursos humanos”.

“Os quadros de pessoal ou estão por aprovar, como no caso do Instituto de Conservação da Natureza (criado há seis anos) e do Instituto de Meteorologia ou precisam de uma actualização”, refere a Federação sindical, antes de salientar que o resultado está à vista: “estagnação profissional de muitos trabalhadores, impedidos, por falta de abertura de concursos ou de vagas, de serem promovidos na carreira”.

